



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANGÉLICA LYRA DE ARAÚJO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O JOVEM ELEITOR DE LONDRINA**

Londrina
2007

ANGÉLICA LYRA DE ARAÚJO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O JOVEM ELEITOR DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Luzia Helena Herrmann de Oliveira.

Londrina
2007

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A663j Araújo, Angélica Lyra de.

Juventude e participação política: o jovem eleitor de Londrina /
Angélica Lyra de Araújo. – Londrina, 2007.
186f.

Orientador: Luzia Helena Herrmann de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2007.

Bibliografia: f. 168-171.

1. Participação política – Teses. 2. Jovens – Participação política –
Londrina (PR) – Teses. 3. Cultura política – Teses. I. Oliveira, Luzia
Helena Herrmann de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

CDU 32(81)

ANGÉLICA LYRA DE ARAÚJO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O JOVEM ELEITOR DE LONDRINA**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a Dr^a Luzia Helena Herrmann de
Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dr^a Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dr^a Jussara Reis Prá
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Londrina, 17 de maio de 2007.

DEDICATÓRIA

A todos os jovens que acreditam na construção de uma nova humanidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela persistência, por ter me dado todas as condições para superar os desafios encontrados ao longo deste caminho;

À Prof^a Dra Luzia Helena Herrmann de Oliveira, orientadora, companheira e motivadora de todas as etapas desse trabalho;

A minha família pela compreensão nos momentos em que tive que me ausentar;

Ao Núcleo Regional de Educação de Londrina, pela disponibilidade e apoio à nossa pesquisa;

Às escolas públicas e particulares que permitiram a aplicação dos questionários juntos a seus alunos;

Aos jovens estudantes entrevistados, pela concessão de informações valiosas para a realização da pesquisa;

Ao Edivan Pedro dos Santos, que acompanhou com suas preciosas sugestões o desabrochar deste estudo;

Ao Carlos, Josilene e Wesley pela colaboração e apoio importantes para a finalização deste trabalho;

A todos que, com boa intenção e compreensão, contribuíram para a realização deste estudo.

Mas renova-se a esperança nova aurora a
cada dia e há que se cuidar do broto pra que
a vida nos dê flor e fruto.

Coração de Estudante - Milton Nascimento

ARAÚJO, Angélica Lyra de. **Juventude e Participação Política**: o jovem eleitor de Londrina. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

Estudos sobre juventude brasileira indicam que na atualidade, ela se encontra ausente da política nacional, seja por seu baixo interesse pela política, seja por sua frustração com a conjuntura atual de nossos processos políticos e eleitorais. Os jovens não se interessam, menos ainda buscam participar da política, o que, a longo prazo, compromete a nossa democracia. A intenção deste estudo é analisar o grau de interesse político dos jovens de Londrina e não estamos nos referindo somente ao fato de eles votarem ou não. A partir dos estudos teóricos sobre cultura política, e sobre juventude, e apoiados numa pesquisa feita com estudantes em Londrina, pretendemos refletir e entender o seu comportamento em relação à política e em que medida a situação sócio-econômica dos jovens de Londrina, sua percepção sobre política e participação comunitária pode interferir ou não nas variáveis: gênero, trabalho, escola pública ou privada e atividade comunitária. Observamos, assim, o papel fundamental desempenhado pela socialização política realizada por agentes, como a família, a escola, os grupos sociais e profissionais, os meios de comunicação e os partidos políticos. Arelada à questão da socialização política, está à idéia de capital social, como um meio que leva a maior participação política. Por outro lado, nos grupos informais, o jovem brasileiro vem garantindo seu espaço de atuação. Nesses espaços alternativos, em que se encontram para realizar atividades religiosas, esportivas e culturais, os jovens desenvolvem redes associativas, cuja atuação interfere no processo de geração de capital social. Nesses grupos desenvolve-se a confiabilidade, a solidariedade e tolerância. Como esses elementos são fundamentais para o fortalecimento de sistemas políticos democráticos, a pesquisa procurou assim ver em que medida a participação nesses grupos interferem no interesse pela política, sobretudo entre aos jovens.

Palavras-chave: Participação política. Juventude brasileira. Cultura política. Capital social.

ARAÚJO, Angélica Lyra de **Youth and Political Participation: the young voter of Londrina**. 2007. 186f. Dissertation (Master's Degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

Studies on Brazilian youth indicate that in the present time it is out of the national politics, either for its low interest for politics, either for its frustration with the current conjuncture of our electoral processes and with the politicians. Young people do not interest, less still look for participating in politics, what, in a long period, compromises our democracy. The intention of this study is to analyze the degree of political interest of the young of Londrina, and we don't refer to the fact of voting or not. From the studies theoretical on culture politics, and youth, and supported in one survey done with students of Londrina, we intend to reflect and to understand its behavior in relation to the politics and in what measure the social and economic situation of the young of Londrina, its perception on politics and communitarian participation, can intervene or not in the variable: sort, work, public or private school and communitarian activity. We observe, thus, the fundamental role played by the political socialization carried through by agents, as school, family, social and professional groups, the media and the political parties. Linked to the question of the political socialization, there is the idea of capital stock, as a way that takes to a bigger political participation. On the other hand, in informal groups the Brazilian young comes guaranteeing its space of performance. In these alternative spaces, where they meet to do religious, sportive and cultural activities, the young people develop associative nets, whose performance intervenes on the process of generation of capital stock. In these groups it's developed trustworthiness, solidarity and tolerance. As these elements are fundamental for the enhancement of democratic political systems, this research looked to see in what measure the participation in these groups intervenes on interest for politics, specially among young people.

Keywords: Political participation. Brazilian youth. Culture politics. Capital stock.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de cultura política.....	45
Tabela 2 - Grupos mais conhecidos pelos jovens.....	85
Tabela 3 – Gênero	95
Tabela 4 – Escola	96
Tabela 5 – Trabalho.....	96
Tabela 6 – Participação Comunitária	97
Tabela 7 – Participação Comunitária por Gênero	98
Tabela 8 – Participação Comunitária por Trabalho.....	98
Tabela 9 – Participação Comunitária por Escola	99
Tabela 10 – Definição de Vida por Gênero	100
Tabela 11 – Definição de Vida por Trabalho	101
Tabela 12 – Definição de Vida por Escola	102
Tabela 13 – Definição de Vida por Atividade Comunitária	102
Tabela 14 – Expectativa do Jovem em relação ao Futuro por Gênero	103
Tabela 15 – Expectativas do Jovem em relação ao Futuro por Trabalho.....	104
Tabela 16 – Expectativas do Jovem em relação ao Futuro por Escola.....	104
Tabela 17 – Expectativa do Jovem em relação ao Futuro por Atividade Comunitária	105
Tabela 18 – Definição do Jovem por Gênero	107
Tabela 19 – Definição do Jovem por Trabalho	107
Tabela 20 – Definição do jovem por Escola	108
Tabela 21 – Definição do jovem por Atividade Comunitária.....	108
Tabela 22 – Cooperação entre os Jovens por Gênero.....	110
Tabela 23 – Cooperação entre os jovens por Trabalho.....	110
Tabela 24 – Cooperação entre os jovens por Escola	111
Tabela 25 – Cooperação entre os jovens por Atividade Comunitária	111
Tabela 26 – Consideração do Jovem sobre a Política por Gênero	114
Tabela 27 – Consideração do Jovem sobre a Política por Trabalho.....	115
Tabela 28 – Consideração do Jovem sobre a Política por Escola.....	115
Tabela 29 – Consideração do Jovem sobre a Política por Atividade Comunitária	116
Tabela 30 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política	117
Tabela 31 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Gênero	117
Tabela 32 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Trabalho	118

Tabela 33 – Costuma Conversar e se Informar-se sobre Política por Escola.....	119
Tabela 34 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Atividade Comunitária ...	120
Tabela 35 – Participação nas Eleições.....	120
Tabela 36 – Participação nas Eleições por Gênero.....	121
Tabela 37 – Participação nas Eleições por Trabalho	122
Tabela 38 – Participação nas Eleições por Escola.....	122
Tabela 39 – Participação nas Eleições por Atividade Comunitária.....	123
Tabela 40 – Preferência Partidária por Gênero.....	124
Tabela 41 – Preferência Partidária por Trabalho	125
Tabela 42 – Preferência Partidária por Escola.....	125
Tabela 43 – Preferência Partidária por Atividade Comunitária.....	125
Tabela 44 – Identificação Partidária por Trabalho	127
Tabela 45 – Identificação Partidária por Escola	127
Tabela 46 – Identificação Partidária por Atividade Comunitária.....	128
Tabela 47 - Influência sobre o Voto do Jovem por Gênero.....	129
Tabela 48 – Influência sobre o Voto do Jovem por Trabalho	130
Tabela 49 – Influência sobre o Voto do Jovem por Escola	131
Tabela 50 – Influencia sobre o Voto do Jovem por Atividade Comunitária	131
Tabela 51 – Regime Político por Gênero	133
Tabela 52 – Regime Político por Trabalho.....	133
Tabela 53 – Regime Político por Escola	134
Tabela 54 – Regime Político por Atividade Comunitária	134
Tabela 55 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático?.....	135
Tabela 56 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por gênero).....	135
Tabela 57 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por trabalho)	136
Tabela 58 - Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por escola)	136
Tabela 59 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por atividade comunitária).....	137
Tabela 60 – Participação nas Organizações Políticas por Gênero.....	139
Tabela 61 – Participação nas Organizações Políticas por Trabalho	140
Tabela 62 – Participação nas Organizações Políticas por Escola.....	140
Tabela 63 – Participação nas Organizações Políticas por Atividade Comunitária.....	141
Tabela 64 - Futura participação em organizações políticas por gênero.....	142
Tabela 65 – Futura Participação em Organizações Políticas por trabalho	143

Tabela 66 – Futura Participação nas Organizações Políticas por Escola	144
Tabela 67 – Participação do Jovem	145
Tabela 68 – Participação do Jovem por Gênero	147
Tabela 69 – Participação do Jovem por Trabalho	148
Tabela 70 – Participação do Jovem por Escola	149
Tabela 71 – Participação do Jovem por Atividade Comunitária	150
Tabela 72 – Nível de Confiança	151
Tabela 73 – Nível de Confiança por Gênero	152
Tabela 74 – Nível de Confiança por Trabalho	153
Tabela 75 – Nível de Confiança por Escola	154
Tabela 76 – Nível de Confiança e Grupos Comunitários por Atividade Comunitária.....	155
Tabela 77 – Principais problemas do Brasil	156
Tabela 78 – Principais Problemas do Brasil por Trabalho	157
Tabela 79 – Principais Problemas do Brasil por Escola.....	158
Tabela 80 – Principais Problemas do Brasil por Atividade Comunitária.....	159
Tabela 81 – Questões para melhorar o Brasil por Gênero.....	160
Tabela 82 – Questões para Melhorar o Brasil por Trabalho.....	161
Tabela 83 – Questões para Melhorar o Brasil por Escola	161
Tabela 84 – Questões para Melhorar o Brasil? (por atividade comunitária).....	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Renda familiar (em salário mínimo).....	97
Gráfico 2	– Definição de Vida.....	100
Gráfico 3	– Expectativa dos Jovens sobre o Futuro	103
Gráfico 4	– Definição do Jovem.....	106
Gráfico 5	– Cooperação entre os Jovens.....	109
Gráfico 6	– Consideração do Jovem sobre a Política	113
Gráfico 7	– Preferência Partidária	124
Gráfico 8	– Identificação Partidária.....	126
Gráfico 9	– Influência sobre o Voto do Jovem.....	128
Gráfico 10	– Regime Político	132
Gráfico 11	– Participação nas Organizações Políticas.....	138
Gráfico 12	– Futura Participação em Organizações Políticas.....	141
Gráfico 13	– Principais Problemas do Brasil.....	156
Gráfico 14	– Questões para Melhorar o Brasil	159

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
PARTE I – JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA	19
2 A JUVENTUDE E A POLÍTICA	20
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE.....	20
2.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS.....	30
3 CIDADANIA, CAPITAL SOCIAL E DEMOCRACIA	41
3.1 POLÍTICA COMO ELEMENTO DA CULTURA	41
3.2 COMUNIDADE CÍVICA.....	48
3.2.1 A Confiança, Solidariedade, Tolerância.....	50
3.2.2 Capital Social.....	54
3.3 CAPITAL SOCIAL E CONFIABILIDADE.....	57
3.4 CAPITAL SOCIAL E JUVENTUDE	60
4 TRÊS ELEMENTOS DA CULTURA POLÍTICA NACIONAL	65
4.1 TRÊS EXPLICAÇÕES CLÁSSICAS.....	65
4.1.1 O Estamento Burocrático	67
4.1.2 O Coronelismo.....	68
4.2 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRÁTICA NO BRASIL.....	71
4.3 CULTURA POLÍTICA HÍBRIDA	75
4.4 PESQUISAS SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA E POLÍTICA.....	79
4.4.1 Relatório da UNESCO	80
4.4.2 DADOS DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO	85
4.4.3 ANÁLISE DAS PESQUISAS.....	88
PARTE II – OS JOVENS DE LONDRINA	91
5 JUVENTUDE E POLÍTICA EM LONDRINA	92
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	92
5.2 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS JOVENS DE LONDRINA.....	95

5.3 OPINIÃO DO JOVEM SOBRE A JUVENTUDE.....	99
5.3.1 Definição da Vida.....	100
5.3.2 Expectativas sobre o Futuro	103
5.3.3 Definição do Jovem.....	106
5.3.4 Cooperação Juvenil	109
6 PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE POLÍTICA.....	113
6.1 INTERESSE PELA POLÍTICA.....	113
6.2 FREQUÊNCIA DO CONTATO DOS JOVENS COM ASSUNTOS DE POLÍTICA	116
6.3 VOTO E PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES	120
6.4 VISÃO SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS.....	124
6.5 INFLUÊNCIA SOBRE O VOTO DO JOVEM.....	128
6.6 REGIME POLÍTICO E DEMOCRACIA BRASILEIRA	132
7 ATIVIDADE COMUNITÁRIA	138
7.1 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS.....	138
7.2 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES POLÍTICAS ESPECÍFICAS	144
7.3 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	151
7.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS BRASILEIROS	155
7.5 PONTOS PARA MELHORAR O BRASIL	159
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS	168
ANEXOS	172
Anexo 1 – Amostra.....	173
Anexo 2 – Questionário para Definição do Perfil Político dos Jovens de 16 e 17 anos.....	175

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é contribuir para a reflexão sobre a juventude e sua atuação política, sobretudo a partir das observações já constatadas por meio da pesquisa realizada com jovens estudantes do município de Londrina, Estado do Paraná.

Este trabalho foi uma experiência única e desafiadora, visto tratar de um tema de grande relevância social. Foi a experiência, desde muito cedo, de trabalhar com os jovens estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual que nos fez despertar a atenção sobre esse tema que ora discutimos. Entender a juventude, especialmente no que se refere à sua participação na esfera pública, parece-nos uma tarefa fascinante e, ao mesmo tempo, complexa. Há uma vasta literatura sobre o tema da juventude em si, mas quando se trata da questão específica de nossa pesquisa, qual seja a participação política dos jovens, o mesmo não se verifica. Juventude e a participação política são temas que vêm chamando a atenção dos pesquisadores, mas a participação política dos jovens não recebe ainda muitos estudos sobre essa questão. Assim, pretendemos contribuir com a discussão acerca da juventude e política no Brasil.

Nosso estudo girou em torno da hipótese de que as recentes mudanças no perfil de nossa história política, que envolvem aspectos sociais e econômicos, acabam interferindo no processo de participação política e no modo como a juventude nele encontra-se inserida. Democracia, cidadania e consumo estão engrossando o caldo de uma nova cultura política em nosso país. Trata-se de elementos que são pertinentes aos anseios da juventude recente e que, de uma forma ou de outra, estabelecem valores e padrões de comportamento político dessa categoria social.

As novas formas de atuação política dos jovens revelam esses movimentos, isto é, configuram-se em espaços de resistência à política formal, ainda de cunho autoritário, e, ao mesmo, de promoção de valores mais democráticos para a política nacional. Sendo assim, grande parte das discussões arroladas neste trabalho gira em torno do debate teórico que nos ajuda a melhor compreender as mudanças nas atitudes políticas da juventude brasileira, especialmente após o processo de redemocratização iniciado na década de 1980.

Seguindo a hipótese lançada observamos o nível de desmotivação dos jovens, em particular dos que estão entre 16 e 17 anos, em participar do processo político eletivo. Segundo as estimativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde que a Constituição Brasileira de 1988 instituiu o voto facultativo para os jovens de 16 e 17 anos,

nunca foi tão reduzido o número de títulos emitidos nessa faixa etária. Até as eleições de 2002 houve quedas contínuas no número desses não eleitores.

Temos, também, a impressão de que há um deslocamento dos jovens no que se refere à sua atuação social. Eles, na maioria das vezes, não praticam a política de cunho partidário ideológico, como ocorria com o movimento estudantil, na década de 60. Mas, por outro lado, diríamos que os jovens podem ser encontrados em outros grupos comunitários como de dança, de teatro, de futebol ou em movimentos ecológicos, ou ainda em grupos vinculados à religião. Desse modo, é possível pensar que o descrédito em relação às instituições públicas estaria levando os jovens a buscarem alternativas de participação na sociedade, isto é, estaria aumentando sua adesão a projetos sócio-culturais distantes da esfera pública, da política convencional.

Todavia, nosso trabalho não é apenas teórico. Ele também se constitui de uma pesquisa de campo, com jovens estudantes de Londrina, com idade entre 16 e 17 anos, já que a eles é facultado o direito ao voto. A pesquisa tem a intenção de averiguar quais os valores juvenis em relação à sua participação política. Para isso, foram inquiridas questões relacionadas à sua vida e como vêem a situação dos jovens (definição de vida e de jovem, cooperação). Também questionamos sobre a política institucional como interesse e freqüências de se informar a respeito da política, assim como interesse em participar das instituições, desejo ou não de retirar o título, o grau de confiança nas instituições, problemas e soluções para os problemas mais graves encontrados no Brasil.

Em outras palavras, o objetivo do trabalho foi verificar se os problemas detectados em outras pesquisas sobre juventude em nível nacional, refletem-se também na nossa região. Procuramos também analisar as variantes desse processo em sua dinâmica social, econômica e cultural. Procuramos compreender a interferência de determinados fatores sobre a identidade dos jovens. A pesquisa, portanto, visa detalhar o comportamento dos jovens de Londrina, levando em conta as discussões teóricas sobre o tema juventude e política.

Com efeito, o problema que suscitou academicamente este estudo refere-se à constatação de um paradoxo entre a juventude no que tange à política. Nas últimas décadas, parece que os jovens recusam-se a participar da política formal, procurando, no entanto, outras formas e espaços de atuação política. A questão é entender como o fenômeno está acontecendo, bem como que tipo de jovem ele atinge. Ainda ligada a essa discussão, há o problema da apatia e indiferentismo dos jovens em relação à política, até porque grande parte

das pesquisas indicam que a maioria esmagadora dos jovens não participa de atividade política de nenhuma natureza.

É diante dessas situações que pretendemos apontar os problemas, no que tange a questão da juventude e política, assim como as diferenças entre elas.

Assim sendo, de modo mais específico, tendo em vista os fatos e questionamentos prévios, vamos apresentar o debate teórico que considera esses novos cenários de participação política dos jovens, sobretudo aquele que define a nova cultura política brasileira como uma “cultura híbrida”. Também, procuraremos relacionar o papel que o capital social, por meio de grupos associativos, tem na formação e promoção dos espaços alternativos de atuação da juventude, servindo-se de nossa pesquisa de campo para mostrar essas alterações.

Em termos de desenvolvimento do trabalho, esta dissertação está dividida em duas grandes partes. Uma composta de três capítulos destinando-se fundamentalmente à construção de um referencial teórico para interpretação da participação política dos jovens. A outra que compreende do capítulo quarto ao sexto se ocupa da pesquisa realizada em Londrina entre estudantes de escolas públicas e particulares, na faixa etária de 16 e 17 anos, de ambos os sexos.

No primeiro capítulo, tratamos sobre *A Juventude e a Política*, apontando como a teoria tem definido a juventude. Mostramos, em primeiro lugar, a dificuldade em trabalhar com o conceito de juventude. Em segundo, mostramos a importância do processo de socialização política, voltado para a formação de cidadãos ativos. Nesse sentido, é enfatizado o papel desempenhado pela família e pela escola, bem como por instituições como Igreja, partidos políticos e meios de comunicação.

No segundo capítulo, intitulado *Cidadania, Capital Social e Democracia*, procuramos definir os estudos teóricos sobre cultura política desde os clássicos de Almond e Verba e de Robert Putnam, no sentido de relacionar política com a experiência democrática. Portanto, neste capítulo tratamos do conceito de cultura política e suas implicações nos sistemas políticos: conceito de participação como um elemento ligado à cultura política e também ao capital social, como elemento fundamental para a estabilidade da democracia. As propostas de análise presentes nessa discussão perpassam o desenvolvimento de valores como confiança, solidariedade e tolerância, que são parte do capital social das sociedades. Sua construção envolve como explicaremos a idéia do papel ativo dos agentes de socialização política.

Mas afinal, qual é relação entre capital social e juventude? Como desenvolver a confiança, o comprometimento político dos jovens? Quem está, de fato, socializando politicamente os jovens? Com efeito, a partir da discussão e apresentação das teorias sobre cultura política, sobre capital social e democracia, nossa compreensão é que a participação política dos jovens, como de qualquer indivíduo, deve ser vista a partir da cultura, na qual a política figura como algo que pode ser aprendido e vivenciado. Ou melhor, as atitudes e orientações políticas relacionam-se diretamente com a cultura política em que os jovens estão inseridos. A juventude atua politicamente a partir das mudanças da cultura em que se encontra. Daí, serem notáveis as diferenças entre atuação política os jovens brasileiros desse início de milênio e a juventude dos anos 60: dois contextos culturais distintos, com demandas e perspectivas diversas.

No terceiro capítulo, *Elementos da Cultura Política Nacional*, procuramos demonstrar o processo de construção de nossa democracia, de acordo com a teoria política. Para isso, foram escolhidos três elementos da nossa cultura brasileira, destacados pelos trabalhos clássicos de Oliveira Vianna, Raymondo Faoro e Vitor Nunes Leal. Através desses autores, abordamos a base e a formação social, política e institucional do Brasil, deparando-nos com o patrimonialismo, o personalismo e coronelismo. São características culturais antigas que persistem na cultura brasileira, dificultando o desenvolvimento de uma cultura política fundada em valores democráticos. Trata-se de uma estrutura cultural que interfere na cultura política dos jovens brasileiros. Entretanto, a literatura política mostra que há outras características que coexistem com essas.

A idéia é estabelecer em qual contexto está inserido o jovem brasileiro o que poderia explicar muito de seu comportamento atual em termos de participação ou não na política nacional. São questionamentos que ocupam as discussões desse capítulo, no sentido de percebermos que há no Brasil democrático contemporâneo uma cultura híbrida, que oscila entre práticas autoritárias e democráticas. Esses outros comportamentos produziram alterações no modo como a juventude brasileira lida com a política. Pesquisas revelam, e a nossa também corrobora que ainda de forma muito tímida, vem ganhando espaço, nos estudos de Ciência Política, novas formas dos jovens de buscarem, participação social, por meio da criação de novos espaços de atuação na esfera pública. O que se observa é que grupos alternativos, como ONGs, grupos religiosos, esportivos e artísticos reúnem os jovens de várias classe sociais.

De acordo com grande parte dos estudos, são os grupos informais que permitem aos jovens desenvolver a confiança e a reciprocidade. Para os pesquisadores desses

temas, esses elementos seriam importantes, pois se estenderiam para a esfera pública formal, para a política institucionalizada, gerando capital social. Segundo tal ótica, teríamos a possibilidade de iniciar um processo de mudança na conjuntura política atual, sobretudo em função do elemento confiança que se faz presente em tais redes sociais informais.

É esse o fenômeno que queremos estudar e esboçar academicamente. E nosso ponto diz respeito à questão: é possível afirmar que, por meio de atividades comunitárias alternativas, os jovens estão desenvolvendo novos valores cívicos?

Essa questão foi abordada na segunda parte de trabalho, com a pesquisa em Londrina. Fizemos uma pesquisa de campo entrevistando 270 estudantes de 13 escolas, do município, por meio de um questionário com 27 questões. Inquirimos os jovens a respeito de como vêem a política, o processo eleitoral, a democracia, a cidadania, e onde, como e por que participam da política.

Na pesquisa, procuramos verificar como as variáveis: gênero, trabalho, tipo de escola e tipo de atividade comunitária interferem na visão dos jovens sobre a política.

Os resultados quantitativos mostram os níveis em que os jovens estão participando dos processos políticos democráticos de nossa sociedade. Trata-se de uma pesquisa semelhante a outras já existentes sobre a juventude, que visa estabelecer as mudanças operadas na cultura política do jovem, e também perceber as semelhanças e diferenças dos jovens londrinenses com a juventude brasileira em geral. Analisaremos separadamente o comportamento dos jovens segundo algumas variáveis sócioeconômicas e culturais, no sentido de estabelecer dados novos.

Os capítulos dessa segunda parte foram organizadas de acordo com os eixos temáticos em que foram agrupadas as respostas dos jovens estudantes, configurando-se três grupos específicos. O primeiro (capítulo quarto), além de conter a apresentação da metodologia da pesquisa, é uma descrição da *Situação Sócio-econômica dos Jovens de Londrina*. O capítulo quinto diz respeito aos resultados acerca da *Percepção dos Jovens sobre Política*. E o capítulo sexto refere-se à *Atividade Comunitária*, ou seja, à percepção dos jovens em relação às atividades comunitárias e aos temas políticos da atualidade.

Investigamos, assim, a juventude, discutindo-a num contexto mais amplo, isto é, sua cultura e seu papel político no estabelecimento do capital social, considerando que isso é importante para o fortalecimento de nossa democracia.

PARTE I
JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA

2 A JUVENTUDE E A POLÍTICA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Ao fazermos uma retrospectiva histórica sobre juventude, percebemos que os jovens tendem a se agrupar para partilhar expectativas, vivências e, conseqüentemente, acabam organizando sua vida e moldando a sua identidade a partir de muitas experiências vividas nos mais diversos grupos que participam.

Desde a antiguidade clássica e primórdios da civilização moderna há referências sobre os jovens e suas particularidades, suas diferenças e conflitos com os adultos, seu estilo próprio de vida. Na Filosofia, por exemplo, encontramos reflexões variadas a respeito dos jovens, seja no campo moral como também no pedagógico³², por exemplo, a existência de grupos juvenis pode ser encontrada desde a cultura greco-romana, com a formação de associações juvenis. Na Grécia Antiga, as atividades se davam em torno da *pólis* e da *paidéia*. Eram atividades sociais, culturais e desportivas, cujo objetivo era estabelecer laços de solidariedade entre os jovens, preparando-os para a vida pública.

Em Roma, as associações juvenis foram estimuladas pelas autoridades políticas, com finalidade exclusivamente militar. Por meio das organizações juvenis ocorria na Itália o ‘espetáculo dos jovens’, pelo qual se demonstravam os vários tipos de competências dos jovens. Era a partir dessas organizações que eles participavam ativamente da política na sociedade romana.

Na obra *História Social da Criança*, Philippe Áries (1978) data a Europa a partir do século XVIII como o marco da estruturação de um sistema escolar. Sua característica foi à separação entre crianças e adultos, criando uma faixa etária intermediária, já que até então, desde a Idade Média européia, não havia uma distinção entre essas três fases da vida. Essa separação acabou por impulsionar a definição da juventude como um grupo com características peculiares e próprias.

³²No aspecto da moral e da educação, citamos a obra e *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, século XVIII como marco na teoria educacional moderna. Um outro exemplo seria o teórico Johann Pestalozzi que, ao estudar os problemas sociológicos do abandono e da criminalidade juvenil, propôs uma teoria da influência do meio sobre os processos educacionais.

Em 1920, quando os jovens começam a se definir como um estrato social estável e identificável, justamente pelas suas características diferenciadas dos adultos, ele passa a ser objeto de investigação também no campo da Sociologia e da Psicologia Social.

A sociologia funcionalista norte-americana, mais especificamente com a Escola de Chicago, em 1940, foi precursora na pesquisa empírica a respeito dos jovens. Os dados apresentados enfatizavam e relacionavam os jovens com a marginalidade e a delinqüência, sendo um fator de instabilidade social. Segundo Schmidt (2001), a partir desses estudos, “a delinqüência juvenil foi entendida como um defeito no processo de socialização, uma disfunção no sistema social, a ser corrigida por medidas sóciopolíticas corretivas”. (2001, p.180) E, assim, as produções realizadas na sociologia da juventude traziam a marca de uma “sociologia do desvio”, isto é, “jovem é aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia do padrão” (ABRAMO, 1997, p.05). Foi logo após a Segunda Guerra Mundial que as produções sociológicas sobre juventude deixaram de ter conotações de delinqüência para serem, então, de mudança social, com o ápice na década de 1960. Sabemos que esse período foi marcado por grandes mobilizações juvenis de protesto³³. Assim, a Ciência Política, através de estudos de cultura e de socialização política, começou a debruçar-se sobre fenômeno da juventude.

De modo geral, segundo Schmidt (2001), pode-se constatar que as produções teóricas apresentam características acerca dos jovens que, embora não possam valer do mesmo modo para diferentes países e meios sociais, podem aparecer insistentemente em diferentes espaços. Portanto, a juventude, para Schmidt, apresenta as seguintes características:

- *Transitoriedade*: consiste no fato de que os jovens, por passar por mudanças psico-físico-sociais, “encontram-se em estado de desequilíbrio interno e externo, o que faz com que nada seja permanente em sua vida”. (2001, p. 187) Trata-se de uma situação que certamente influencia o modo de ele perceber a realidade que o cerca;

- *Marginalidade*: baseia-se na questão de que o jovem está ‘a margem’, ou ‘por fora’ das diversas dimensões da vida social, como “ao mundo do trabalho, ao acesso ao consumo, à inserção nas instituições, ao acesso aos postos de decisão, dos valores e hábitos sociais”. (2001, p.187) Isso oportuniza o descompromisso da juventude com o sistema social e mesmo com a política convencional:

³³Acerca das ações políticas juvenis nos anos 60, Zaneti diz que “um dos exemplos mais marcantes desse fenômeno foram os acontecimentos de maio de 1968 na França, cujos efeitos têm servido como inspiração dos jovens para muitas manifestações políticas em diferentes países do mundo”. (2001, p. 21). Tal movimento se expandiu por toda a Europa, assim, como nos Estados Unidos, Tchecoslováquia, entre outros.

- *Adaptabilidade*: caracteriza-se no fato de que os jovens, assim como as crianças quando colocadas em um novo meio social, são sempre abertos às suas influências assimilando novos hábitos e atitudes inconscientes;

- *Potencialidade de mudança*: é marcada pelo fato de que os jovens não são progressistas, nem conservadores por natureza. O jovem é, portanto, “uma potencialidade pronta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos, que pode levá-lo a apoiar desde movimentos totalitários ou conservadores até iniciativas democráticas ou de transformação social” (2001, p.188);

- *Reação contra o mundo adulto*: caracteriza-se pela busca da independência iniciada da adolescência e que prossegue na sua juventude. É “o que impulsiona a questionar o conjunto da realidade social, identificada com os adultos”. (2001, p.188) Trata-se de uma característica que indica que as mudanças não são apenas em nível de personalidade, mas afeta a própria sociedade, que se renova no confronto que a juventude tem com a tradição.

Todas essas características nos levam a compreender que a juventude é condicionada por fatores estruturais e conjunturais, isto é, “a juventude não existe como fenômeno universal supra-histórico. O que existe em cada período é um conjunto multifacetado de jovens, condicionados e interagindo com o meio social em que vivem” (SCHMIDT, 2001, p.188).

Com efeito, essa temática nos leva também a elaborar uma reflexão a partir do que se entende por juventude. Embora não haja uma classificação rígida da categoria juventude, podemos identificar três idéias básicas a respeito do que se entende por juventude, a saber:

- A primeira diz respeito a uma fase de passagem no ciclo da vida, situada entre o período de dependência, que caracterizaria a infância, e a posterior autonomia adulta;
- A segunda é a que atribui aos jovens uma predisposição natural para a rebeldia, como se fossem portadores de uma essência revolucionária;
- E a terceira é aquela que constitui um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal (FORACCHI, 1972, p. 302-4).

Na primeira visão, referimo-nos à questão da juventude como um ciclo natural e universal da vida. Identificamos em todas as sociedades de forma bem demarcadas as etapas da vida: como infância, adolescência, juventude, maturidade. Entretanto, sabemos

que a idéia de etapas de vida é um processo histórico, ou seja, existem diferenças entre os jovens que são contemporâneos e vivem em uma mesma sociedade.

Segundo Maria Helena Oliva Augusto (2005), essa primeira concepção vê a juventude como uma fase que traz em si marcas de uma “etapa que antecede a maturidade, fase dramática da revelação do eu, essencial para a formação da pessoa, a juventude corresponderia a um momento definitivo de descoberta da vida e da história” (2005, p. 5).

De acordo com o sociólogo Gustavo Venturi (2000), quando consideramos a juventude como passagem de uma das etapas da vida, partimos do pressuposto de que se trata de “um período de transformações e, por isso, de buscas e definições de identidade, de valores e idéias, de modos de se comportar e agir” (2000, p. 1).

Com efeito, a percepção da juventude passa por um momento de instabilidade, ora intensa e arrojada, ora por turbulência e descaminhos. Para o mesmo sociólogo, a resposta recomendável a essa percepção é a idéia de que tal momento de transição deve ser centrado na preparação para a vida futura, principalmente através da “formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social – sob rígido controle dos adultos, é claro, para que as buscas e inquietações não levem a ‘desvios’ ” (2000, p. 1).

Nesse sentido, essa preparação para a vida futura supõe uma suspensão ou retardamento da entrada em vários âmbitos e funções da vida social, como, por exemplo, o trabalho, as obrigações e compromissos familiares, econômicos e civis. Por isso, dentro dessa visão, durante muito tempo só foram considerados efetivamente jovens, sob condição social, aqueles que podiam viver tal suspensão, proteção e preparação. E não foi difícil, portanto, identificar tal conceito de juventude com os jovens das classes médias e altas, caracterizados principalmente por sua condição de estudante. Isso se explica na medida em que a figura juvenil era por excelência o estudante³⁴. Enquanto isso, os jovens das classes populares se caracterizam por terem de trabalhar, interrompendo os estudos muito cedo, ou, muitas vezes, nem sequer ter acesso a eles. Essa parcela da juventude ficava excluída dessa construção, como se vivessem a juventude em negativo, isto é, não fossem, de fato, jovens.

Há, portanto, diferenças muito importantes em conseqüência do pertencimento a classes sociais distintas, das relações de gênero, de estilos de vida, de local

³⁴De acordo com a socióloga Helena Wendel Abramo, os estudantes foram figuras sempre muito visíveis na história brasileira, isto é, “participaram de todos os principais momentos de transformações política, cultural e moral, sempre num sentido de busca de democratização e modernização da sociedade”. (2000, p. 16)

em que se habita, e outras diferenças tantas que nos levam a pensar até que a idéia de juventude, nesse viés, corre o risco de se tornar um conceito vazio.

Lembremos também que as trajetórias possíveis para os jovens são estabelecidas socialmente. “Cada sociedade constitui o jovem à sua imagem” (FORACCHI, 1995, p. 302), ou, utilizando outra formulação, impõe-lhe um modo de ser, que jamais poderia surgir a partir dele próprio – cria-o (fabrica-o) como indivíduo social (CASTORIADIS, 1982, p. 343). Em outros termos, a mesma sociedade pode produzir tipos de jovens bastante diversos, pois, originados de diferentes estratos sociais, inserindo-se em posições distintas e apropriando-se de hábitos e valores específicos de acordo com essa inserção, as "maneiras de ser" que lhes são impostas – ou que têm possibilidade de constituir – não são as mesmas para todos. Na distribuição diferencial que forçosamente ocorre, uns são mais privilegiados do que outros.

Desse modo, fica claro que a juventude não é una, e que a diferenciação social e a diversidade econômica têm peso importante na configuração das distintas "maneiras de ser" impostas aos jovens.

Na segunda concepção, isto é, que a juventude é rebelde e revolucionária, compreendemos que o jovem é aquele que, cronologicamente, está mais longe da morte e tem mais predisposição à vida, tem certo gosto pela aventura e maior curiosidade pelo novo. Ora, se assim for, poderíamos dizer que existe um lado mais propenso ao revolucionário. Também, se olharmos os aspectos históricos e temporais das sociedades, perceberemos que existem várias juventudes que convivem num mesmo espaço e tempo.

Por sua vez, no pensamento da esquerda, houve uma forte relação entre a ausência de compromissos sociais já estabelecidos, que pode ser direcionada pela suspensão temporária das funções e responsabilidades, com uma maior disponibilidade dos jovens às mudanças culturais e políticas. Assim, para Venturi (2000), “a juventude passou a ser definida como sendo por essência ser rebelde, revolucionária, sempre pronta a propor utopias transformadoras” (2000, p. 1).

A juventude, segundo Foracchi (1995), é também identificada como força dinamizadora da vida social, atuante em sua transformação, para a qual se une a outras forças operantes na sociedade. De um lado, sua busca por uma sociedade mais justa leva-a a emergir como porta-voz dos desfavorecidos, revelando as formas de opressão existentes; de outro, sua flexibilidade permite-lhe experimentar novas alternativas e se adaptar com relativa facilidade a modos de conduta e padrões de vida anteriormente desconhecidos. Entretanto, as mesmas características que fazem o jovem ser percebido como forjador do futuro podem, igualmente,

aparecer com cores negativas. Ou melhor, há sempre "outro lado", outra maneira de avaliar, a partir da qual suas qualidades são julgadas de forma ambivalente: o jovem é sério, mas imaturo; é audacioso, mas inexperiente; impulsivo, mas indeciso. Isso faz com que suas manifestações com frequência sejam vistas somente como manifestações de espíritos rebeldes, avessos à ordem e propícios a promover distúrbios e atitudes inconseqüentes.

Trata-se de uma visão já encontrada no século XVIII, nos primórdios da Revolução Francesa. Ela seria renovada e se consolidou nos anos 60 do século passado, com a mobilização juvenil, de dimensão internacional, em questionamento a padrões culturais e comportamentais da sociedade capitalista. Esse processo se deu, de modo especial, através da imagem do *hippie* em comunidades alternativas ou ainda de estudantes em passeata pelas ruas das grandes cidades.

Assim sendo, o termo juventude por si só não designa uma problemática comum a todos que se encontram com a mesma idade biológica. É o lugar social que os jovens ocupam na sociedade que influi no modo como a idade é tomada para definir como essa faixa etária é ou não definida como jovens. Há sempre interesses econômicos e políticos na delimitação das etapas da juventude.

De fato, essas duas concepções apresentadas anteriormente, ou seja, da juventude como fase de transição para vida adulta e como fase de rebeldia revolucionária, vistas em separado ou tomadas como complementares, são, segundo Venturi (2000), insuficientes para se fazer qualquer análise ou caracterizar os jovens na atualidade brasileira. Deparamos com jovens que não têm condições de se ver livre de obrigações e compromissos de ordem econômica e familiar. Muitos estão longe de ter sua vida centrada no estudo e de tentar levantar questões relacionadas à sua própria condição de jovem, como os dramas, os riscos e desvios. São situações que contribuem para a caracterização do protótipo de um jovem ora como vítima, ora como produtor de gravíssimos problemas sociais. De outro modo, é possível encontrar altos índices de envolvimento de jovens com drogas, crimes, roubos, consumismo e tudo o que torne a juventude refém de um modelo de sociedade fundado na desigualdade.

Encontramos também reflexões afirmando que os jovens, de hoje, se apresentam como a negação da essência juvenil, concebida como rebeldia, se comparados com as gerações anteriores dos anos 60 e 70, mais especificamente com o movimento estudantil. Essas gerações são lembradas miticamente, como se em sua totalidade tivessem se envolvido nas mobilizações por mudanças na ordem política nacional.

Todavia, não podemos deixar de lembrar que o comportamento do jovem dos anos 60 e 70, por estar inserido num ambiente com fortes sentimentos libertários, apresentava um comportamento reformador e a participação era vista como meio de mudança na estrutura do sistema. Já Keil (2004) observa que, para o jovem dos anos 90, o contexto é marcado pela presença do capitalismo globalizado, num ambiente democrático. Daí, esse jovem apresentar um comportamento consumista, e ver a participação política de forma desinteressada. Porém, é possível também observamos uma propensão da juventude brasileira dos anos 90 em realizar atividades voluntárias e desvinculadas de partidos políticos. Com efeito, tem-se a impressão de que os jovens de hoje parecem estar no pólo oposto do compromisso político e da postura rebelde e revolucionária.

Entretanto, segundo Abramo (2000), em meados da década de 80, novas questões redefiniram a condição dos jovens. Isso ocorreu devido ao surgimento de novos espaços de vivência juvenil, como lugares de diversão e fruição cultural, nos mais diversos níveis correspondentes às diferentes faixas de poder aquisitivo, inclusive a rua, alterando a condição vista sob o aspecto de preparação para uma vida futura. Evidenciam-se, nesse período, as culturas juvenis das periferias urbanas, abrangendo desde *os punks*, no final dos anos 70, até os grupos de *hip-hop* em São Paulo, Brasília e outras metrópoles, e mesmo o *reggae*, no Maranhão, entre outros.

A respeito desse novo fenômeno, envolvendo a juventude brasileira, a socióloga Helena Wendel Abramo faz a seguinte observação:

esses diferentes grupos juvenis, marcados por diferenças sociais, econômicas, culturais, étnicas, regionais, etc, mostram que existem inúmeras questões que os jovens de hoje enfrentam, que não são idênticas às questões colocadas pela condição estudantil, e que são também diferentes das questões vividas pelas crianças, assim como pelas dos adultos. (ABRAMO, 2000, p.16)

Questões como quem fala pelos jovens no espaço da política institucionalizada ou quem tem reivindicado políticas públicas de promoção da juventude reforçam a idéia de uma invisibilidade dos jovens no que tange à participação política, e uma visibilidade na mídia, seja como protagonista de uma nova juventude ou como alvo de consumo. O que se observa de órgãos públicos ou de ONGs que trabalham com a juventude são medidas paliativas, isto é, a política adotada tem como características ações de caráter de correção emergencial, desarticulado e descontínuo, com baixa eficácia.

E, então, como se encontram e onde estão os jovens atuando politicamente? Podemos encontrar, no Brasil, inúmeras e variadas formas de grupos juvenis e organizações expressas através das Pastorais da Juventude, de grupos de convivência que se articulam em torno da cultura, como *rock*, *hip-hop* e *reggae*, do meio ambiente, da sexualidade e prevenção de DST, de esportes, como skatistas, ciclistas, times de futebol, entre outros.

Sendo assim, de antemão, compartilhamos da seguinte análise:

não há, portanto, apatia e desmobilização entre os jovens. O que há é um grande número de atores coletivos juvenis, muito diferentes entre si, quanto ao setor social de que se originam, aos temas de que tratam, à forma de se organizar, o tipo de atuação, o caráter mais explícito ou implicitamente político, o tamanho e quantidade de seus integrantes, a pretensão de representatividade, a formalidade ou informalidade de suas estruturas. Mas todos eles com questões, reivindicações, propostas para transformar a vida dos jovens e a do próprio país (ABRAMO, 2000, p.16).

A partir dessa perspectiva, podemos perceber que o conceito de participação política sofreu profundas mudanças. Nas décadas de 1950 e 1960, a participação estava mais restrita aos processos democráticos e parlamentares de decisão, especificamente no voto e na cooperação em partidos políticos.

Já, nas últimas décadas, houve uma ampliação do conceito, dividindo-o em atividades convencionais (participação política partidária) e não-convencionais (protestos). Sobre isso, Marcello Baquero comenta a respeito dos movimentos políticos da América Latina:

Bajo esos factores podemos estar asistiendo a la ‘muerte de la política’ en su sentido formal convencional, dando lugar al surgimiento de formas no convencionales que incentivan la participación política por medio de organizaciones informales, asociaciones voluntarias, organizaciones no gubernamentales, las cuales generalmente no son vistas como entidades legítimas por los gobernantes, pero que proliferan cada vez más, asumiendo inclusive un papel protagónico en la política de la región (AVRITZER apud BAQUERO, 2005, p.139). Como ejemplo podemos citar el movimiento de los sin tierra en Brasil; el papel Del Ejército Zapatista en Chiapas México; el movimiento indigenista en varios países de América Latina, así como los milhares de asociaciones informales, que surgen cotidianamente para ocupar espacios que tradicionalmente eran monopolio de los partidos políticos (ibidem).

No que tange ao estilo próprio do jovem como existência, é possível contrastar estilos de vida peculiares aos jovens com aqueles da maturidade, vivenciados pelos adultos. Enquanto as características juvenis referem-se principalmente a essa capacidade de vivenciar e dar origem ao novo, a condição social de adulto caracteriza-se pela independência econômica e emocional, e pela legitimação da atividade sexual, manifesta pelo casamento e pelo direito de estabelecer família.

Assim, num contexto diverso daquele em que Foracchi (1995) sustentou a idéia de a juventude forjar um estilo próprio de existência, seu registro pode ser utilizado de outra forma, para pensar o momento contemporâneo. Na sociedade atual, em que a longevidade torna-se uma marca fundamental, o que possibilita a coexistência de várias gerações, "o envelhecimento postergado transform[ou] o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente" (PERALVA, 1997, p. 230). Em outros termos:

[...] A imagem da juventude [passou a] representa[r] o ideal de todas as idades. As pessoas desejariam permanecer jovens e conservar os atributos da juventude: a beleza do corpo, a vivacidade do espírito, a liberdade de escolha na ocupação do tempo, a capacidade de renovar-se constantemente [...] Em virtude disso, a idade adulta perdeu seu poder de sedução e não mais constitui a norma a atingir (GAUTHIER, apud AUGUSTO, 2005, p. 24).

Portanto, ser jovem passou a ser um imperativo categórico para cada geração (FINKIELKRAUT, apud AUGUSTO, 2005, p. 130). Em virtude disso, a ansiedade em relação à "como permanecer jovem" se estende para muito além das idades consideradas juvenis, tendo se tornado um objetivo aspirado por muitas pessoas e cuja busca é incessante.

De qualquer modo, o que observamos atualmente é que os mais jovens parecem desinteressados de incorporar à sua vida o trajeto percorrido e o legado das gerações anteriores. Ao mesmo tempo, os mecanismos sociais capazes de vincular a experiência pessoal dos que agora são jovens àquela que sustentava a conduta e as maneiras de ver o mundo das gerações que vieram antes já não podem ser facilmente ativados. Afinal, com as alterações significativas que ocorreram nos padrões de sociabilidade e nas formas de ser, essa experiência não tem validade para aqueles que estão no início de sua vida. Podemos perceber, então, que o tempo decorrido é realmente passado, não faz mais sentido para a vida atual.

Assim sendo, ser adulto, além de ter deixado de ser objetivo prioritário aspirado pelos mais jovens, nem sempre é valorizado positivamente. Na verdade, o que existe

hoje é uma recusa generalizada ao "crescer" e ao "amadurecer", que adquiriram a conotação de "envelhecer" (AHMADI, apud AUGUSTO, 2005, p. 192). Supomos então, que não só privilegiar o presente (viver o *agora*) tornou-se característica comum a todas as faixas etárias, como também buscar a juventude extrapola os estratos juvenis, já que (quase) todos querem ser, manter-se ou parecer jovens³⁵.

Ao mesmo tempo, a juventude é considerada condição indispensável para que ocorra uma verdadeira experiência, o que promove clara inversão na maneira como a questão era proposta anteriormente. A experiência parece ter deixado de significar conhecimento ancorado na sabedoria do saber fazer, acervo de uma vida que pode ser transmitido, para resumir-se à vivência sem lastros do momento.

Entretanto, como lembra Singly (apud AUGUSTO, 2005), tudo depende do significado atribuído à formulação "ser adulto". Se fizer referência à aptidão para assumir responsabilidades, é identificado por pessoas mais jovens e mais velhas como característica sua; porém, se denotar "um ser acabado que não tem mais nada a descobrir no mundo e, sobretudo, nele próprio" (SINGLY, apud AUGUSTO, 2005, p. 10), é igualmente rechaçado por ambas as categorias.

Parece interessante articular a ênfase no presente com as características manifestas pelas pessoas mais jovens. A juventude aparece como o futuro da sociedade, segundo valores e critérios das gerações que a precederam, as quais viveram suas próprias juventudes num tempo passado (o seu presente), que foi crucial para a definição de sua identidade. Para os jovens de agora, entretanto, é possível supor que esse passado – o "tempo" de seus pais e avós – pareça muito distante e se revista de pouco conteúdo valorativo e simbólico. Afinal, o sentimento de pertença, o enraizamento, que configura a participação em um destino comum, é distintamente vivenciado por diferentes gerações que compartilham acontecimentos e situações em um mesmo período de tempo. Para algumas formulações, os jovens percebem a vida cada vez menos "como uma janela aberta para o futuro; [antes, ela] fascina pela ilusão de um eterno presente" (FURTER, apud AUGUSTO, 2005, p. 15).

É dentro do processo de constantes mudanças sócio-econômicas e culturais que percebemos um novo despontar nas discussões acerca da participação política da

³⁵Acerca da associação entre juventude e qualidade de vida, segue a análise de Carrano sobre a questão do modelo cultural dos grupos de terceira idade de mulheres: "Elas vestem, diária e obrigatoriamente camisetas com o nome do projeto: Sempre Jovem. (...) numa rápida observação, podemos apontar que, em grande medida, algumas propostas buscam reproduzir artificialmente um ambiente de juvenilidade, chegando mesmo a mais crassa infantilidade. Não estamos condenando aqui a ludicidade dos idosos, uma vez que a consideramos um processo social que deve estar vivificado em todos os momentos da vida social. Criticamos sim, o fetiche da juventude em suas diferentes formas e conteúdos" (CARRANO, 2000, p. 22).

juventude, e o quanto ela é vulnerável a todos as metamorfoses sociais. Assim, neste trabalho, a juventude é retratada como categoria social e histórica, situadas num contexto de transição sócio-econômicas, políticas ou culturais que marca o fim da infância e o início da vida adulta. Dessa forma, ao focar a juventude como objeto da Ciência Política, é preciso inseri-lo nas diversas realidades, ou seja, “há muitas maneiras de ser jovem e de viver a juventude e estas também se expressam em termos de classe social, raça/etnia, idade e gênero” (PRÁ, 2004, p.97).

Em outros termos, dizemos que novos elementos foram e estão sendo introduzidos nessa discussão. E isso tem sido provocado principalmente pelo índice de crescimento da população juvenil e, sobretudo, a partir dos problemas surgidos aparentemente sem solução (por exemplo, a relação entre juventude e violência, tráfico de drogas, gangues, prostituição, neonazismo). Trata-se de um fenômeno que demonstra o quanto a nossa sociedade deve se ocupar dessa reflexão no sentido de situar e re-propor os espaços sociais e políticos da juventude.

A seguir, veremos como essa situação pode ser trabalhada a partir de elementos ligados à formação política dos jovens. Abordaremos, portanto, umas das problemáticas na qual está inserida a juventude, e que nos chama atenção, por ser tratar de um meio já conquistado e reconhecido pelas esferas sociais, isto é, a importância e como se dá socialização da juventude, a partir da dimensão de que a política se liga ao fenômeno cultural no que se refere à sua aprendizagem, conservação e mudança.

2.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

Segundo Schmidt, nas literaturas acerca da socialização política³⁶, esse termo é apresentado como “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (2001, p. 68). E mais, esse conceito pode ser compreendido ainda como “aqueles processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento” (EASTON; DENNIS,

³⁶De acordo com Schmidt, o termo socialização política foi utilizado pela primeira vez por Seymour Lipset, em 1954, porém não era muito usado no meio científico. Em 1959, com a obra *Political Socialization*, de Herbert Hyman, o termo passou a ser utilizado pelos cientistas sociais.

apud SCHMIDT, 2001, p.68). Assim sendo, o termo é usado para designar a internalização de valores e a formação das atitudes políticas dos indivíduos.

Antes de prosseguimos, é interessante tratar sobre a história do conceito de socialização política. Ele foi empregado na década de 50, com a obra inaugural *Political Socialization*, de Herbert Hyman. Mas, o que, de fato, impulsionou os estudos sobre esse tema, tornando referência para outros trabalhos, foi à pesquisa realizada com mais de 12.000 crianças norte-americanas, sob a coordenação de David Easton, Jack Dennis e Robert Hess. O resultado desse estudo foi à obra *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*, de 1969. Ela marca o início da primeira etapa dos estudos acerca da socialização política, durando até meados dos anos 1970. Essa primeira etapa baseava na infância e na influência da família na transmissão de atitudes, que era vista como o principal agente de socialização. Segundo a pesquisa desenvolvida por David Easton e Jack Dennis, é nos primeiros três anos de vida da criança que são estruturadas as atitudes de autoridades; esses autores também afirmavam que as preferências partidárias eram o reflexo das opiniões dos pais.

Uma segunda etapa se deu em 1974, com o livro *The Political Character of Adolescence: The Influence of Families and Schools*, de M. Kent Jennings e Richard Niemi. A partir dessa obra, diversos outros autores trataram mais especificamente sobre a socialização de adolescentes e de adultos, demonstrando que “a família não é necessariamente a agência socializadora mais decisiva: quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, a escola pode exercer a principal influência sobre a identificação política dos indivíduos” (FERREIRA; SOUZA, apud SCHMIDT, 2001, p.68).

Já na Europa, as pesquisas sobre essa temática foram de cunho menos expressivo devido à resistência de questões metodológicas, como o uso de técnicas quantitativas de coleta de dados³⁷. Destaca-se a produção científica dos anos 60, ocorrida na França, conduzida por Amick Percheron e Charles Roig.

De modo geral, observamos que os debates em torno dessa temática não estão voltados para uma definição da socialização política, mas sim, buscam entender quando, de fato, ela ocorre na socialização primária e secundária³⁸, como ocorre nas agências³⁹ de

³⁷O fato de haver resistência aos métodos também trouxe vantagem na medida em que não incorreu num estreitamento teórico sob a influência do behaviorismo e do funcionalismo norte-americano. Na Europa houve a influência do pensamento filosófico e sociológico.

³⁸A socialização primária ocorre na infância sob influência da família. Já a socialização secundária é aquela que introduz o indivíduo em novos setores da sociedade, como as instituições sociais.

socialização, socialização manifesta e latente⁴⁰, se existe um padrão de socialização no que tange à universalidade e singularidade, e o que requer um olhar mais atencioso: a relação entre socialização política e sistema político.

Entretanto, para entender como e quando ocorre à socialização política na juventude, não podemos deixar de nos questionar se os jovens já possuem qualquer relação de aspecto afetivo, cognitivo ou avaliativo a respeito de política anteriormente formada na infância.

Acerca dessa discussão, podemos considerar que até os anos de 1960 prevalecia a idéia de que não havia uma real socialização na infância, pois “os adultos de um modo geral entendiam que as crianças não estavam preparadas moral e intelectualmente para a política – vista costumeiramente como um ‘jogo sujo’ – de forma que se buscava preservá-la delas” (EASTON; DENNIS, apud SCHMIDT, 2001, p. 70).

O trabalho de Herbert Hyman, intitulado *Political Socialization*, por sua vez, alterou a visão acima mencionada. Esse autor demonstra que há uma precariedade na formação das atitudes políticas, já que é na infância que ocorre a identificação partidária, mas as orientações ideológicas e autoritárias mostram-se pouco definidas.

Todavia, a pesquisa de Easton e equipe, desenvolvida nos anos 60, reforçou e consolidou a idéia de que a socialização infantil é decisiva na formação política do indivíduo. Segundo Schmidt, o foco da pesquisa consiste na formação de atitudes sobre a autoridade⁴¹, que se forma antes mesmo do período escolar. Dessa forma, para os pesquisadores “as crianças têm pouca intimidade com a política partidária, mas têm experiências, opiniões e sentimentos sobre outros aspectos do sistema político” (EASTON; DENNIS, apud SCHMIDT, 2001, p. 71).

A contribuição de Easton permitiu a criação de um modelo de socialização baseado na realidade norte-americana que acabou se tornando referência para posteriores estudos. Para Schmidt, de acordo com Scwartzenberg, esse modelo compreende quatro momentos, saber:

³⁹São agências de socialização a família, escola, igreja, ambiente de trabalho, partidos políticos, movimentos sociais, mídia, entre outros.

⁴⁰O termo socialização latente indica que a transmissão se dá de maneira difusa e não programada, e não só recebe a influência da família como também de outras instituições. Já a socialização manifesta designa aquela que ocorre de maneira explícita de orientações, de todas as esferas da sociedade.

⁴¹O autor cita um exemplo de autoridade quando o pai, ao tentar estacionar o carro, seu filho de três anos lhe indica um lugar proibido, e o pai, então, diz que naquele local é proibido estacionar, podendo até mesmo ser multado. Esse fato pode fazer com que a criança perceba que o pai não é onipotente, existindo uma outra autoridade.

(i) a politização: a sensibilização difusa à política; (ii) a personalização: o contato com o sistema político ocorre através de certas figuras com a autoridade; (iii) a idealização da autoridade: a autoridade é vista como benfezeja ou malfazeja; (iv) a institucionalização: a criança passa da visão personalizada para uma concepção impessoal do sistema político (2001, p.71).

Já Annick Percheron, na França, contrariando o modelo descrito acima, enfatiza que a socialização é um processo permanente, isto é, ocorre por toda a vida. De acordo com Schmidt, para essa pesquisadora,

não se pode estabelecer uma linha de continuidade entre as atitudes infantis e as adultas, porque (i) as atitudes adultas são mais estáveis; (ii) na adolescência há uma ruptura com o mundo infantil e um empréstimo de idéias do mundo dos adultos, e (iii) os eventos (casamento, trabalho, serviço militar, mudança de meio social ou geográfico) podem modificar as atitudes constituídas (PERCHERON, apud SCHMIDT, 2001, p.72).

No que se refere à pesquisa de socialização de adolescentes e de adultos, podemos situá-la em meados dos anos 70, nos Estados Unidos, a partir dos trabalhos de Kent Jennings e Richard Niemi. Os resultados foram reunidos numa publicação coletiva, intitulada *Political Learning in Adulthood: a Sourcebook of Theory and Research*, de 1989, coordenada por Roberta Sigel. Com efeito, essa obra aparece como um amadurecimento da questão de que a socialização é um processo permanente, resultado do conjunto das experiências vivenciadas pelo indivíduo, desde a infância até o final da vida. Portanto, “a autora insiste na importância do impacto dos processos e eventos históricos, sem desconhecer a singularidade de cada indivíduo, especificado pela personalidade política individual” (SCHMIDT, 2001, p.72).

É a partir dessa mesma linha teórica que Schmidt diz que as pesquisas sobre socialização realizada no Brasil acabam reforçando a idéia de que “a socialização infantil é fundamental e deixa marcas indeléveis na personalidade política, mas acontecimentos cotidianos ou traumáticos afetam as atitudes ao longo da vida”. (2001, p.73)

No contexto do Brasil, especialmente no tocante aos principais agentes de socialização política em termos de formação de atitudes políticas, identificamos ainda a família, somando logo depois com a mídia e a escola. Todos os esses agentes sofreram impactos das novas tecnologias, em que a família e a escola hoje “preocupam-se em habilitar os jovens para o mercado, mais competitivo e excludente, reforçando antes valores

individuais e consumistas que incentivando a formação de capital social” (NAZZARI, 2005, p.146).

Vejamos alguns dos principais aspectos de cada uma desses agentes de socialização, e que cujas transformações recentes têm sido importantes na redefinição das atitudes e dos comportamentos políticos dos jovens.

Ao tratar sobre a família, podemos compreender que tal instituição passa por profundas mudanças, tais como, o reconhecimento de direitos das mulheres, a liberdade sexual, a diminuição de atrativo do matrimônio, e tantos outros. A família continua sendo vista como a instituição mais confiável e os pais continuam sendo as referências para a vida dos jovens.

Em relação à transmissão de atitudes políticas na família, Schmidt constatou que se as orientações políticas dos pais são iguais, naturalmente os filhos reproduzem a visão política dos pais, pois quanto mais convivem com os filhos, mais cresce a possibilidade de influenciá-los politicamente. Porém, se essas orientações são diferentes, os filhos acabam por receber influência não da família, mas sim dos amigos, colegas e da mídia. Por isso, de acordo com Schmidt, “a transmissão de atitudes tende a crescer na proporção da confiança e intimidade existente entre filhos e pais. Onde há pouca confiança e intimidade, os filhos buscam distanciar-se dos pais em todos os âmbitos, inclusive na esfera política”. (2001, p.78) Também podemos mencionar o fato de que a mãe, por ter uma maior intimidade com os filhos, faz com ela seja um agente de transmissão de atitudes mais eficaz que o pai, na situação em que o nível de politização entre ambos é semelhante. No entanto, não podemos deixar de apontar que “a literatura ainda registra um *déficit* de politização das mulheres em relação aos homens em muitos casos, o que prejudica o seu potencial de transmissão de atitudes políticas” (SCHMIDT, 2001, p.78-9).

Por um outro lado, constatamos que os filhos também podem influenciar os pais, sobretudo quando eles possuem formação de nível superior e os pais, não. Os filhos nessa condição acabam por influenciar e, muitas vezes, provocar mudanças nas preferências partidárias e opções ideológicas dos pais. Sendo assim, a família contribui para a formação de opiniões e atitudes em relação ao poder e a autoridade, nos aspectos familiares, sociais e políticos. Ou melhor, esses fenômenos acima descritos apontam para o fato de que a transmissão de atitudes varia ao longo do ciclo da vida familiar.

Já sobre a mídia, mais especificamente, os meios eletrônicos, constatamos que o uso da televisão tem-se apresentado como agente principal de socialização da juventude uma vez que essa forma midiática atinge os mais diversos âmbitos da vida social.

Para Schmidt, Neil Postman (1999), na obra *O Desaparecimento da Infância*, aponta que a televisão é a responsável pelo fim da linha divisória entre a infância e a idade adulta de três formas: “primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente e nem ao comportamento; e terceiro, porque não segrega seu público” (POSTMAN, apud SCHMIDT, 2001, p.83). Em outros termos, a televisão homogeneiza as formas de pensar, oferecendo aos indivíduos os mesmos conteúdos.

No que se tange à socialização política, não é possível chegar a uma linha de pensamento acerca do papel da mídia, pois, segundo Schmidt, ela pode ser “responsável tanto pelo incremento do nível de informação dos cidadãos acerca do mundo, como pelo cinismo, apatia e desinteresse a respeito da política” (2001, p. 84-5). Nesse contexto de diferentes opiniões sobre a mídia, conhecida também como o quarto poder, temos uma idéia que impera denominada de *aprendizado de baixa saliência* (NEUMANN, apud SCHMIDT, 2001). A idéia desenvolvida nos diz que o aprendizado político apresentado pela mídia ocorre de forma fragmentária e incidental. Em outras palavras, isso significa que uma parte de cidadãos com mais formação cultural e política acompanha as nuances políticas, enquanto que a outra, formada por cidadãos com baixo nível de socialização política, não incorpora a informação política em todas as suas implicações, ou seja, “quem assimila mais informação tende a procurar e internalizar nova informação, enquanto o indivíduo pouco interessado em política tem pouca base informativa e tende a não incrementá-la” (SCHMIDT, 2001, p. 85).

Diante disso, os tele-noticiários são os preferidos dos jovens e adultos no que se refere a sua fonte de informação sobre política, vindo, logo a seguir, noticiários de rádio e os jornais impressos. Quanto aos programas partidários e eleitorais, apresentam uma audiência bem menor. Schmidt chama a atenção para o fato de que “nenhum país tem aparecido como exceção à luz das enquetes: o cidadão bem informado, que acompanha cotidianamente as notícias, é sempre minoritário. A maioria acompanha de forma inconstante, desatenta e seletiva as informações sobre o mundo político” (SCHMIDT, 2001, p. 86).

Consideramos, portanto, que há três tipos de público: a) um grupo que é a minoria e acompanha as notícias sobre política; b) um outro grupo que as acompanha de forma irregular e c) aqueles que não dão nenhuma atenção a eles, são os apolíticos. Esse último grupo está mais vulnerável às mensagens sutis e subliminares que estão permeando toda a programação da mídia, (novelas, filmes, programas humorísticos, entre outros) e que acabam por desprestigiar as atividades e os agentes políticos, ou seja, “a cobertura da mídia é quase inteiramente negativa acerca da política” (SCHMIDT, 2001, p.86). Assim sendo, Schmidt nos alerta para o fato de que é prejudicial para a democracia o uso dos meios de

comunicação visto como enfoque parcial dos acontecimentos políticos ou ainda, pela desinformação política completa, situação que pode contribuir e reforçar o ceticismo e a apatia dos cidadãos em relação à política e aos políticos, sobretudo entre a população jovem.

No que se refere à escola, de acordo com Schmidt, entre a mídia e a família, é a única que de fato está responsável pela transmissão intencional⁴² de atitudes políticas. No ambiente escolar são transmitidas informações acerca da sociedade e do mundo, apresentando e trazendo para o mundo dos jovens estudantes debates em torno das instituições políticas, de acontecimentos políticos. Desse modo, podemos atrelar o conhecimento político com a escolaridade, isto é, a escola como espaço de formação e socialização política da juventude. É nesse sentido que Almond e Powell (1972) dizem que:

a escola contém um padrão particular de adoção de decisões autorizadas, ao qual todos os estudantes são expostos. A participação na adoção de decisões na escola pode ajudar a superar a falta dela em casa – ou pode reforçar os padrões anteriores. Esse problema de padrões de participação e de autoridade é tão importante no nível adulto de educação como no primário (ALMOND; POWELL 1972, p.48).

Nesse processo, apontamos que sobretudo, os conteúdos de sociologia, filosofia, história permitem a socialização do aluno por estarem vinculados a fatos de ordem política. Aqui, destacamos a proposta educacional de um dos maiores expoentes da educação, o professor Paulo Freire. Sua proposta pedagógica é levar os alunos, a partir da leitura do mundo, a se posicionarem dentro do sistema político.

Até mesmo os métodos de ensino usados em sala de aula podem contribuir para a socialização política na medida em que se exige a participação, permitindo uma capacidade de atuar em grupo. Porém, caso o professor faça uso de métodos centralizado na sua pessoa, pode levar o aluno a ter uma predisposição à passividade e à ineficácia, assim como os métodos centrados na iniciativa individual que favorecem o senso de autonomia, também trazem em si o risco do individualismo.

O ambiente escolar também exerce um papel fundamental, mas ele pode promover uma socialização sadia, como também estabelecer formatos que estão na contramão da democracia. Assim, recentes pesquisas sobre socialização política apontam que a forma de socialização na escola transmitida é regida por padrões autoritários de ensino, cujas práticas

⁴²Para Schmidt, a socialização intencional não é o único modo de socialização desempenhado pela escola, pois também pode ocorrer nas relações entre colegas, aluno-professor, no próprio ambiente escolar e nas ações de atividades práticas.

educativas influenciam negativamente os jovens em relação a sua participação na escola como também na política. Schmidt aponta que o ambiente escolar “costuma ser avaliado pelos alunos como autoritário ou insuficientemente democrático. Mas, em contraposição, os estudantes também revelam que o espaço de participação disponível, como os grêmios estudantis, é pouco aproveitado por eles”. (SCHMIDT, 2001, p.81)

Existem duas concepções diferentes que avaliam o impacto dos conhecimentos difundidos pela escola acerca das atitudes políticas dos estudantes. A primeira diz respeito ao fato de que as atitudes democráticas estão associadas mais positivamente à educação. A educação escolar favorece o fortalecimento da democracia enquanto desenvolve nos cidadãos valores como cidadania, confiança, solidariedade, responsabilidade, incentivando a participação política. Logo, quanto mais instruídos e socializados politicamente são os indivíduos, mais democráticas se tornam suas atitudes. São defensores dessa visão, por exemplo, John Locke, John Stuart Mill, John Dewey, Charles Merriam. De acordo com essa visão, “a educação é o principal preditor de orientações e valores democráticos – este é um dos grandes *insights* da socialização política” (SCHMIDT, 2001, p. 81).

A segunda visão tem como marco os anos 80 e 90, e foi desenvolvida nos Estados Unidos. Ela busca enfatizar a contribuição, ainda que pequena, dos cursos de educação cívica⁴³ como divulgadores de conhecimentos políticos.

Mas Schmidt considera que:

os cursos cívicos não teriam virtualmente nenhum efeito importante no conhecimento político ou nos valores dos estudantes. Associada a essa avaliação negativa da educação cívica, a ineficácia do ensino escolar tem sido utilizada para explicar, em parte, os crescentes índices de apatia entre as atuais gerações de jovens (2001, p. 81).

Para Rute e Marcello Baquero (2005, p. 78), essa crítica de Schmidt se fundamenta na constatação de Blair de que a educação cívica incide em apenas duas de três dimensões da participação cidadã na democracia: competência democrática (conhecimento, habilidade e senso de eficácia política) e valores democráticos (tolerância e suporte à política

⁴³De acordo com Rute Baquero (2004), a disciplina de Educação Moral e Cívica, tornou-se obrigatória em diferentes níveis de ensino através do decreto-lei 869/69 pela Junta Militar que presidia o país durante o regime militar.

democrática). A educação cívica, portanto, não influencia a dimensão do comportamento democrático, que tem a ver com a participação política em nível local e mesmo nacional.

Entretanto, conforme aponta Schmidt (2001), nos últimos anos, estudiosos da socialização política como Richard Niemi e Mary Hepburn, com base em um levantamento nacional realizado entre estudantes norte-americanos no final do Ensino Médio, entram em defesa da importância de educação cívica e, sobretudo, da necessidade de envolvimento dos cientistas políticos na questão. Para os autores que defendem essa postura, ao avaliar estaticamente os efeitos dos cursos cívicos no que tange ao conhecimento político, tem-se a conclusão de que o efeito líquido chegava a 4%, somando mais 7%. De acordo com os pesquisados, trata-se de resultados que não equivalem a um percentual baixo, o que comprova o fato de que os cursos cívicos, apesar de suas fragilidades, fazem a diferença, contribuindo, assim, para com o desenvolvimento de atitudes democráticas dos estudantes.

É a partir dessas compreensões que Rute e Marcello Baquero dizem que parte da educação numa democracia liga-se a uma educação cívica que desenvolva atitudes democráticas. A educação cívica, aqui, não diz respeito aos cursos de Moral e Cívica do regime militar brasileiro. Muito pelo contrário, seu objetivo é “formar cidadãos que tenham disposições para agir no espaço público, no sentido de proteger liberdades civis e direitos políticos” (2005, p.78).

Nessa ótica, os autores também sugerem um programa de educação cívica que vise:

- a) incorporar mais os acontecimentos atuais e seus agentes; b) mais atenção aos grupos étnicos minoritários e às mulheres; c) mais espaço para estudos comparativos, incluindo outros países; d) desenvolver algumas habilidades para entender a política, por exemplo, a de leitura de tabelas; e) partir do nível local: observação direta dos acontecimentos e instituições facilita a compreensão dos aspectos mais gerais (SCHIMDT, 2001, p. 82-3).

Dessas discussões, na esteira de Schmidt (2001, p. 83), podemos considerar que a escola é um agente fundamental para a aquisição de conhecimentos políticos relevantes e atitudes condizentes com a cidadania. A escola é um espaço por excelência para a socialização política dos jovens, uma vez que se trata também de um processo de aprendizagem.

Richard Niemi e Mary Hepbrun, no seu artigo *The Rebirth of Political Socialization*, de 1995, propõem a socialização política juvenil. Eles abandonam os estudos

dos anos 60 e 70, ou seja, sobre socialização infantil e adulta, até agora discutidas. O novo foco deve ser a socialização política de jovens entre os 14 e 25 anos. Essa exigência parte especialmente de dois fatores, a saber: “a) são os anos de mais rápida e profunda mudança psicológica e social; b) é o período em que a sociedade tradicionalmente mais investe em educação e participação cívica” (NIEMI; HEPBRUN, apud SCHMIDT, 2001, p. 182).

No que refere aos cientistas políticos, eles são em grande parte criticados pelos defensores da educação cívica nas escolas por terem deixado a desejar em relação à promoção dos cursos cívicos que trabalhassem mais profundamente conceitos como cidadania, democracia e participação política. Há uma carência de esforços teóricos e empíricos a respeito da socialização e educação cívica dos jovens. Existem questionamentos que evidenciam a importância dos cursos de educação cívica, por exemplo, onde se espera que a juventude aprenda sobre a vida política em seus diferentes aspectos: na televisão, por experiência pessoal, ou no colégio? (SCHMIDT, 2001, p. 183).

Na mesma direção, Stephen Bennett (1997) apud Schmidt (2001)⁴⁴, também trata da falta de interesse acadêmico pela educação cívica. Segundo ele, o que mais pesa para a descrença dos jovens em relação à política é exatamente o descrédito em que se encontra a educação cívica. “Os estudantes de hoje – que viveram toda sua vida num ambiente de desvalorização da política onde a mídia se destaca pela sua cobertura negativa – não têm elementos para balancear essa imagem negativa” (SCHMIDT, 2001, p. 183.). Ainda para Bennet, é esse o motivo para o desinteresse e redução do número de matrículas nos departamentos de Ciência Política em todo o Brasil. Daí seu alerta: “se os cientistas políticos não fizerem nada, e outra década passe com cada primeiro ano da faculdade, mais cínico e desligado que o anterior, nós teremos menos estudantes para ensinar e haverá menos lugares para nosso Ph.D. preencherem” (BENNETT, apud SCHMIDT, 2001, p. 183).

A discussão apresentada neste trabalho a respeito da temática nos leva a perceber que não há um padrão universal sobre socialização política. Contudo, a relevância em estudar a socialização política está no fato de que é a partir dela que podemos entender a cultura política, pois ela forma, mantém e transforma, num “processo de transmissão e aquisição das idéias, das crenças, dos valores, das atitudes e dos comportamentos em relação às múltiplas manifestações do poder” (SOUZA, apud SILVEIRA; AMORIM, 2005, p.157).

⁴⁴Ao darmos destaque para a socialização política do jovem, na ótica de Niemi, Hepburn e Bennett, segundo o próprio Schmidt, isso “não implica de modo algum menosprezar a investigação do processo da formação política em crianças ou adultos” (2001, p. 184) .

Cabe ao pesquisador, então, estar atento às circunstâncias históricas, sociais, econômicas e psicológicas, que variam de grupo para grupo, de região para região, de nação para nação. Também devem ser considerados nos estudos sobre socialização política variáveis mais específicas, como: idade, gênero, situação sócio-econômica (SCHMDIT, 2001).

Portanto, compete aos agentes de socialização política, incentivar e criar mecanismos que induzam os jovens a incorporar elementos fundamentais para o capital social, como valores de confiança e de solidariedade e, sobretudo, de comprometimento com a sociedade o que leva a constituição de capital social entre os jovens, como forma de estabelecimento de uma cultura política democrática, participativa, cidadã.

3 CIDADANIA, CAPITAL SOCIAL E DEMOCRACIA

A formação da nossa história política, deparamos com uma cultura marcada por traços clientelísticos, personalistas e patrimonialistas, que atingem a todos os segmentos sociais. São situações que redundam e sustentam processos de corrupção que assolam nossas instituições democráticas, como tem sido evidenciado recentemente. Além dos sérios problemas nas áreas sociais, que se arrastam por governos, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como partidos políticos, Congresso Nacional, políticos, e mesmo Judiciário se desgastam por algumas atitudes abusivas e antidemocráticas. Em outros termos, uma grande parcela dos cidadãos brasileiros sente-se desconfiado em relação às instituições formais da democracia.

A conjuntura política brasileira, por outro lado, nos faz pensar e questionar acerca da efetividade de nossa participação na esfera público-política. Somos constantemente bombardeados por notícias de corrupção, de desvio de recursos, de compra de votos e segue uma enorme lista de ações que ofuscam o sentido da política.

É com a intenção de compreender o comportamento e o pensamento dos jovens em relação a essa situação, que nos reportaremos a uma discussão mais geral envolvendo o conceito de cultura política, pois acreditamos que ela pode colaborar no debate dessa problemática. Além de não ser algo novo nas pesquisas políticas, a dimensão cultural ajuda a explicar a estabilidade e as mudanças nos sistemas políticos, sendo um dos fatores que determinam a ação política da juventude, que é objeto de pesquisa deste estudo.

3.1 POLÍTICA COMO ELEMENTO DA CULTURA

Encontramos diversas obras que dizem respeito à definição de cultura, o que é compreensível na medida em que deparamos com a especificidade própria do conceito. De modo geral, cultura pode ser entendida como o conjunto de conhecimentos, crenças, artes, normas e costumes adquiridos e desenvolvidos pelos seres humanos em suas relações sociais. A cultura é, portanto, um fenômeno universal, ainda que apresente características próprias no seu modo de expressar e de ser na realidade. Para Rattner (2006), a cultura é vista como uma parte aprendida do comportamento humano. Em seus variados aspectos, confere sentido à

vida dos seres humanos, que se comportam de acordo com as normas e valores codificados em sua linguagem de símbolos que, em seu conjunto, configuram o estilo de vida do grupo, da comunidade e da sociedade. Sendo assim, a função básica da cultura é manter a coesão do grupo de seus portadores, nos seus diferentes segmentos sociais e configurações econômicas e políticas.

No que concerne ao emprego do conceito de cultura política, segundo Schmidt (2001), podemos encontrá-lo, de modo mais intenso, a partir da 2ª Guerra Mundial. Trata-se de um conceito que surge com a emergência e crescente utilização do *survey* – o método de investigação popularmente conhecido como pesquisa de opinião – quando os estudos em torno da cultura política se fortaleceram. Nesse sentido, Almond (1972) diz que:

a cultura política envolve um conjunto de fenômenos que podem ser identificados e, até certo ponto, medidos. (...) A cultura política é de tal importância para regular o desempenho de um sistema político que é válido qualquer esforço para conseguir informações relativamente seguras a seu respeito (1972, p.38).

No meio acadêmico, o conceito de cultura política se consolidou no fim da década de cinquenta, a partir das pesquisas de um grupo de pioneiros da Universidade de Chicago, capitaneados por Gabriel Almond e Sidney Verba. Um referencial teórico produzido pelos pesquisadores mencionados, que exerceu grande influência nesse campo de estudo é do livro clássico *The Civic Culture*, de 1963. Essa obra demonstra a relação entre atitudes políticas e democracia em cinco países, apontando para um conjunto de orientações e atitudes a respeito da política, ou seja, a predisposição para agir politicamente de uma determinada maneira, que denominaríamos de cultura cívica.

Em outros termos, através dos resultados de *surveys*, realizados com cidadãos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México, Almond e Verba tratam dos fatores que afetam a cultura política no que tange a questão da cultura cívica. Eles examinam “as relações entre padrões de interação social e de cultura política, relação entre afiliação e atividade organizacional e competência política e participação, e os efeitos dos padrões de participação na família, na escola e no grupo de trabalho acerca de atitudes políticas” (1963, p. 41). Ao discutir todas essas questões, a obra *The Civic Culture* inscreveu definitivamente o conceito de cultura política nos estudos de política comparada.

Esse estudo sugere que a cultura política pode ser entendida também “como um padrão de atitudes políticas e um substrato de atitudes sociais que são suportes de um

processo democrático” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 7). A partir de elementos históricos, sociológicos, econômicos, psicológicos, os autores em sua pesquisa identificam três modelos de cultura: a cultura tradicional, marcada por sistemas sociais autoritários; a cultura moderna, identificada pela presença de autoritarismo burocrático e tecnológico; e por fim, a cultura cívica, que se liga a sistemas sociais plurais e democráticos. A cultura tradicional é mais humanística, enquanto a moderna é mais científica e tecnológica. A cultura cívica não é a cultura moderna, mas sim, contém elementos de uma cultura moderna e tradicional. É por isso que há interações e trocas entre elas, sem que ocorra perda, destruição ou polarização de uma ou de outra.

A cultura cívica pode ser compreendida a partir da “qualidade que as culturas de ciência e de democracia partilham em comum: a atitude experimental” (ALMOND; VERBA 1963, p.6-7), isto é, a participação política dos indivíduos nos assuntos públicos, no que se refere às decisões que afetam a comunidade democrática. Portanto, o conceito de cultura cívica liga-se às sociedades democráticas, nas quais a participação dos cidadãos deve ser ativa, exigindo deles que tenham alto nível de conhecimento sobre os assuntos público e amplo senso de responsabilidade cívica (ALMOND; VERBA, 1963, p. 7-12).

Os problemas e questões evidenciados no trabalho de Almond e Verba, dizem respeito, sobretudo, à estreita relação existente entre cultura cívica e a situação social do indivíduo, buscando entender a relação entre democracia e participação política, a partir de dados recolhidos nesses cinco países: Estados Unidos, Grã Bretanha, Alemanha, Itália e México.

Os autores de *The Civic Culture* deixam transparecer que o conceito de cultura política diz respeito às “orientações psicológicas em relação a objetos sociais” (ALMOND; VERBA, 1963, p.14). Assim, “o termo ‘cultura política’ refere-se especificamente às orientações políticas – atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e atitudes em relação ao próprio papel no sistema”. (ALMOND; VERBA 1963, p. 13) Destacamos que essas orientações políticas incluem aspectos cognitivos, afetivos e avaliativos. Acerca da importância dessas dimensões para a elaboração desse conceito, Almond e Verba (1963) consideram:

Orientação refere-se a aspectos internalizados de objetos de relacionamentos. Isso inclui: (1) “orientação coletiva” que é conhecimento de uma crença sobre o sistema político seus papéis e os responsáveis desses papéis, suas entradas (input) e saídas (output); (2) “orientação afetiva”, ou sentimentos acerca do sistema político, seus papéis, pessoal e performance (3) “orientação avaliativa”, julgamentos e opiniões sobre objetos políticos que tipicamente envolve a combinação de valores comuns e critérios com informação e sentimento. (1963, p.15) (tradução nossa)

A partir dessas três dimensões, a cultura cívica também envolve a orientação política a respeito do sistema político em geral e do sujeito como ator político, isto é, os objetos políticos especializados. E podemos identificar três partes: estruturas específicas, os responsáveis desses papéis e as políticas e decisões públicas. Exemplos de estrutura são os corpos legislativos, executivos ou as burocracias. Os responsáveis são os monarcas, os legisladores e os administradores. No que se refere ao sujeito como um ator político, é preciso observar a qualidade das normas da obrigação política pessoal e a qualidade do senso de competência diante do sistema político. Já acerca dos três elementos do sistema político em geral, eles devem ser vistos a partir do processo de entrada (input) ou político, ou seja, o processo político que envolve a transformação das demandas da sociedade em políticas e envolve os partidos políticos, os grupos de interesses e a mídia. Quanto ao processo de saída (output), é administrativo, e diz respeito à aplicação prática das demandas sociais transformadas em políticas públicas, ou seja, envolve os sistemas burocráticos e jurídicos. (ALMOND; VERBA, 1963, p.14-6)

A partir dessas dimensões de orientação política, os autores chegam ao estabelecimento dos três tipos de cultura política, a saber: *a paroquial, do sujeito e participante*. Para tanto, se preocupam em responder as seguintes questões:

- 1.(objetivo geral) – Que tipo de conhecimento o indivíduo tem do seu país e do sistema político em geral, sua história, sua localização, poder, características “constitucionais” e semelhantes? Quais são os seus sentimentos em relação a essas características sistêmicas?Quais são suas opiniões consideradas e julgamentos?
- 2.(input) – Que conhecimento que ele tem das estruturas e papéis, das várias elites políticas e das propostas políticas que são envolvidas do ascendente fluxo do processo de construção de política? Quais são os seus sentimentos e opiniões sobre as estrutura, líderes e proposta política?
- 3.(output) – Que conhecimento ele tem do descendente fluxo da política de estabelecimento, das estruturas, indivíduos e decisões envolvendo esses processos? Quais são seus sentimentos e opiniões acerca delas?
- 4.(participação) – Como ele percebe a si mesmo como um membro do seu sistema político? Que conhecimento ele tem dos seus direitos, poderes, obrigações e das estratégias de acesso para influenciar? Como ele se sente a respeito de suas capacidades? Que normas de participação ou performance ele conhece aplica da formação de julgamentos políticos ou para chegar a essas opiniões? (ALMOND; VERBA, 1963, p.16-7). (tradução nossa)

O quadro abaixo elaborado pelos autores estabelece as relações entre os tipos e objetos de orientação política a partir das somatórias de pontos levantados na pesquisa nas quatro questões acima mencionadas:

Tabela 1 - Tipo de cultura política

	<i>Sistema como objeto geral</i>	<i>Objetos de Entrada (input)</i>	<i>Objetos de Saída (output)</i>	<i>Sujeito como Participante ativo</i>
Paroquial	0	0	0	0
Sujeito	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Fonte: Almond e Verba (1963, p. 17)

Com efeito, a partir dessa tabela, Almond e Verba dizem que a cultura política de um país relaciona-se com a frequência dos diferentes tipos de orientações cognitiva, afetiva e a avaliativa, ao sistema político em geral, seus aspectos de entradas e de saída e o sujeito como ator político. (1963, p. 16-7)

Dessa forma, num nível mais elementar, há cultura política *paroquial*, quando “a frequência de orientações para objetos de políticos especializados dos quatro tipos especificados no esquema se aproxima a zero” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 17). Trata-se de um tipo de cultura política própria das sociedades tradicionais, como aquela presente em reinos africanos e no Império Otomano, nas quais os indivíduos não têm expectativas em relação ao sistema político. Suas poucas orientações políticas têm um caráter mais afetivo do que cognitivo, inexistindo papéis políticos e expectativas de mudança.

Num segundo patamar, a cultura política de *sujeito* ocorre quando “há uma alta frequência de orientações em relação ao sistema político diferenciado e em relação ao aspecto de saída do sistema, mas as orientações em relação a objetos especificados de entrada, e em relação ao sujeito como participante ativo, se aproximam do zero” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 19). A cultura política do sujeito, segundo os autores, pode ser encontrada em países como a França, a Alemanha e Itália. Os indivíduos, aqui, possuem orientações sobre o sistema político que é mais estruturado, mas estas não consideram sua participação ativa no sistema. Nesses casos, os indivíduos têm uma atitude passiva em relação ao sistema e um sentimento de competência político muito limitado. Encontramos esse tipo de cultura política pura em sociedades em que não há estruturas *input* diferenciadas. Já em sociedades democráticas, a

orientação é semelhante ao paroquialismo, ou seja, são também mais afetivas e normativas que cognitivas.

Por fim, temos a cultura política *participante*. Nela, “os membros da sociedade tendem a ser explicitamente orientados ao sistema como um todo e a ambas as estruturas políticas e administrativas e processos: em outras palavras, a ambos os aspectos de entrada (input) e de saída (output) do sistema político” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 19). Portanto, nesse caso, os indivíduos adotam uma postura mais ativa sobre seu papel na sociedade, seja favorável, seja desfavoravelmente, a um papel ‘ativista’ de si próprio (SCHMIDT, 2001, p. 44).

Ao medir a capacidade e a disposição dos cidadãos em participar da política, Almond e Verba também identificam dois tipos de cultura política: a cultura submissa e a cultura cidadã. A cultura submissa é caracterizada por uma aceitação passiva do sistema político, com uma pequena tendência para a comunicação e muita pouca disposição para participar.

Já o que distingue principalmente a cultura cidadã, é que o papel do sujeito está combinado com a participação ativa no processo político. Portanto, a falta de participação implica influência política desigual. A partir dessas pesquisas, o que constatamos no processo político das sociedades é que os mais pobres e menos educados tendem a não tomar parte na política, tendo pouco ou nenhuma influência nela. No processo político de culturas políticas submissas, a maioria das pessoas apóia a elite governante e se identifica mais com o regime autoritário. Nas democracias, em contraste, os cidadãos controlam a elite política e a elite tenta antecipar as conseqüências possíveis das ações dos cidadãos.

A vitalidade democrática também pode ser vista a partir da confiança que os cidadãos têm na sua capacidade de influenciar a elite política. Almond e Verba denominaram esse processo de competência subjetiva, freqüentemente chamado de eficácia política. Na política, quanto mais os cidadãos acreditam que sua participação pode ter algum efeito, mais provavelmente tomarão parte nas questões públicas e responsabilizarão as elites. Por um outro lado, dá-se contrário se as pessoas sentem que têm pouca influência sobre as decisões políticas, tanto porque não têm confiança na sua própria capacidade política (a efetividade interna) ou porque a elite política falha em responder aos desejos dos cidadãos (a efetividade externa).

De acordo com Porto (2004), apesar de Almond e Verba insistirem que essa classificação acima não implica tratar as culturas políticas como homogêneas, ela é empregada pelos autores para “identificar o grau de congruência ou incongruência entre a

cultura política e as estruturas do sistema político” (p. 2). Segundo tal modelo, a cultura paroquial, sujeito e participante seriam mais congruentes com, respectivamente, uma estrutura política tradicional, uma estrutura política centralizada-autoritária e uma estrutura política democrática. Em outras palavras, para Almond e Verba, um sistema democrático pressupõe uma cultura cívica (1963, p. 13-30). A cultura cívica, assim, emerge da combinação das três formas de culturas, ela é uma cultura participante de lealdade que envolve a estrutura política democrática.

Dando uma configuração nacional ao conceito de cultura cívica apresentado acima Almond e Verba asseveram: “a cultura política de uma nação é a distribuição particular de padrões de orientações em relação a objetos políticos entre os membros de uma nação” (1963, p. 13). Assim, a cultura política refere-se tanto às orientações individuais em face do sistema político e suas instituições, quanto ao seu próprio papel dentro do sistema. A cultura política seria, então, um modelo formado pela distribuição dessas atitudes em meio à sociedade, enquanto a cultura cívica seria a descrição dessas orientações tal como existem na realidade (ALMOND; VERBA, 1963, p. 13-4). Os autores, portanto, tratam à cultura cívica como se representasse a distribuição aleatória das orientações políticas apropriadas por toda a população⁴⁵.

Nessa perspectiva, um dos pressupostos das análises de Almond e Verba é a questão de que a democracia tem dois princípios básicos, sendo um deles as instituições democráticas e o outro a cultura democrática. A partir dos *surveys* realizados nos cinco países, tanto a Grã-Bretanha como os Estados Unidos preenchem os requisitos institucionais e culturais, caracterizado por uma cultura cívica. Os alemães se caracterizavam por uma cultura de isolamento, na qual altos níveis de informação política são acompanhados de um baixo índice de participação ativa na política. A cultura política dos italianos foi definida como alienada, caracterizada não só por isolamento, mas também por uma forte falta de confiança. Finalmente, Almond e Verba identificam alienação e aspirações na cultura política mexicana.

Os autores destacam duas inconsistências básicas no caso do México. De um lado, os cidadãos mexicanos são os que menos expectativas têm em relação ao governo, mas ao mesmo tempo expressam grande orgulho em relação ao seu sistema político, especialmente a Revolução Mexicana. Por outro lado, os mexicanos expressaram um alto grau de competência política, mas tinham os níveis mais baixos de participação real em associações

⁴⁵A conexão entre situação econômica, classe, sexo e participação política ficou, entretanto, plenamente demonstrada nos resultados da própria pesquisa, isto é, a cultura cívica não tem distribuição aleatória em meio à população, mas é diretamente dependente da posição que o indivíduo ocupa na escala social.

voluntárias e em outras atividades políticas. Apesar de ressaltar o caráter inadequado das orientações cognitivas e a falta de experiência política dos mexicanos, Almond e Verba concluem que existiam aspirações democráticas na cultura política do país (1963, p. 308-315).

Para Porto (2004), Almond e Verba deixam transparecer tendências normativas e etnocêntricas quando tentam explicar as razões para a inclusão dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha em seu estudo, como modelo de experiências bem sucedidas de governos democráticos e por permitirem identificar as atitudes que estão associadas com a estabilidade democrática (ALMOND; VERBA, 1963, p. 35). Assim sendo, esses países passam a ser referências de valores e regimes políticos, ignorando qualquer compreensão de que outras sociedades passam partir de pressupostos diferentes.

Lembremos, aqui, que as pesquisas de Almond e Verba datam das décadas de 60 e 70, cujo foco é a questão cultural da participação política. Depois deles, outros pesquisadores avançaram nos estudos e nas críticas, abordando a problemática do ponto de vista social. Exemplo dessa vertente de pesquisa é Putnam, que desenvolve seu trabalho a partir do conceito de capital social, conforme veremos a seguir.

3.2 COMUNIDADE CÍVICA

O conceito de cultura cívica foi pesquisado por Robert Putnam, e o resultado de 20 anos de pesquisa e análise encontra-se na obra intitulada *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, de 1996. Nela, Putnam demonstra o processo italiano de regionalização, procurando explicar as diferenças nas *performances* dos governos regionais em termos de cultura cívica e as variações encontradas entre o norte (cívico) e o sul (atrasado) em termos do passado histórico de ambos e da existência ou não de redes de associações.

Através desse novo conceito, observamos que os fatores sócio-culturais assumem importância decisiva no estudo das democracias contemporâneas, particularmente quando se tem em perspectiva a necessidade de participação mais ativa do cidadão nas decisões de políticas que afetam a sociedade como um todo.

Os estudos de Putnam (1996) vão além da clássica análise de Almond e Verba sobre cultura cívica. Enquanto esses se preocupam em explicar as diferenças entre os governos democráticos a partir da cultura política dos países, as pesquisas de Putnam enfocam a nova ordem social, sobre a rubrica de capital social e comunidade cívica, sem negar os

elementos culturais do processo democrático. Ele aponta para a existência de uma correlação positiva entre desempenho institucional e comunidade cívica. Para esse autor, desempenho institucional refere-se ao "bom governo" – que pode ser caracterizado como aquele governo democrático que não só é sensível às demandas de seus cidadãos, mas também age com eficácia em relação a tais demandas.

No que se refere à idéia de comunidade cívica, ela pode ser definida a partir das seguintes características:

a) *Igualdade política* – não como resultado do cumprimento estrito da lei, mas fazendo parte de uma conduta cívica interiorizada e assumida com normalidade pela sociedade. Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. A comunidade mantém-se unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Nela, os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou governantes e requerentes. (1996, p.102)

b) *Solidariedade, confiança e tolerância* – os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes imbuídos de espírito público e igual. Eles costumam ser *prestativos, solidários, respeitosos e confiantes* uns com os outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, mas seus cidadãos são mais tolerantes para com seus oponentes.

De acordo com Putnam, a comunidade cívica liga-se à criação de condições para o desenvolvimento de um círculo virtuoso que envolve a participação cidadã, “numa densidade da malha de associações culturais e recreativas locais” (PUTNAM, 1996, p. 119), a fim de despertar a consciência cívica e o acúmulo de capital social. O pressuposto da formação desse círculo virtuoso é que exista uma estreita relação entre o nível cívico alcançado por uma comunidade e a consolidação do processo democrático. Isso significa que certas instituições, que incentivam a participação dos cidadãos na discussão e resolução dos problemas que os afetam, promoveriam o desenvolvimento de comunidades cívicas. Esse engajamento levaria à acumulação de um estoque de capital social e a sua disseminação em meio aos estratos sociais incentivaria o controle social sobre as ações de governo e promoveria o fortalecimento de comunidades cívicas quantitativa e qualitativamente com o decorrer do tempo. Em outros termos, as comunidades cívicas dizem respeito àquelas instâncias capazes de dar sustentabilidade à democracia política e social dos estados democráticos de direito.

Acerca disso, Putnam (1996, p.133) aponta “que quanto mais cívica for uma comunidade, mais abertos e democráticos tenderão a ser os processos de decisão pública e de

controle social”. São comunidades nas quais os cidadãos apresentariam maior interesse pelas questões públicas, se manteriam unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e a cidadania política implicariam direitos e deveres iguais para todos, ainda que “a comunidade cívica não é em absoluto harmoniosa nem tipicamente livre de tensões”(PUTNAM, 1996, p.130).

De modo geral, as comunidades cívicas atingiriam sua maior expressão em sociedades que acumularam certo estoque de capital social por meio da socialização de práticas baseadas em regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica que estimularam o estabelecimento da confiança generalizada entre os cidadãos.

Por outro lado, Putnam (1996, p.154) nos diz que a pobreza e a desconfiança mútua entre os cidadãos minam a solidariedade horizontal. Segundo ele, essa situação geraria o familismo amoral⁴⁶, que pode ser caracterizado por relações verticais de dependência e exploração entre o cidadão e o poder instituído. Entretanto, nesse caso, apesar do legado histórico desfavorável, da frágil situação econômica, da violência e do individualismo imperantes, tal estado de coisas pode ser revertido por ações que visem ao reforço da auto-imagem do indivíduo como cidadão consciente de seu agir e de suas capacidades, e por meio de ações que reduzam as desigualdades sociais e econômicas, e estimulem a consciência cívica.

3.2.1 A Confiança, Solidariedade, Tolerância

A respeito do tema em discussão, a confiança interpessoal emerge como uma das orientações mais importantes para o desempenho e a consolidação da democracia. A confiança interpessoal, a obediência às leis e a confiança nas instituições são consideradas componentes centrais de um padrão cultural democrático. Vários autores, como Almond, Verba e Putnam, por exemplo, sustentam que há uma relação direta e positiva entre valores políticos coletivos, como os mencionados acima, e a estabilidade dos regimes democráticos. O debate sobre os vetores da relação entre confiança interpessoal e democracia tem sido

⁴⁶De acordo com Putnam, podemos referir-nos ao familismo amoral como um exemplo de ausência de virtude cívica. Na sua definição está presente o ato de levar vantagem material e imediata da família nuclear, supondo que todos os outros agirão da mesma forma. O familismo é totalmente diferente da participação na comunidade cívica, uma vez que esta está voltada para um coletivo e aquela para o particular.

importante no sentido de nos esclarecer que a confiança interpessoal é a variável central no estudo da cultura política e do capital social.

Nesse sentido, a confiança interpessoal torna-se um dos principais valores culturais associados ao comportamento político. A comunidade cívica exige altos níveis de confiança interpessoal. Quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia.

O comportamento político apresenta também outros elementos, tais como, solidariedade e tolerância. Juntamente com o elemento confiança, esses atributos indicam, entre outras coisas, que uma comunidade cívica permite a coexistência de pontos de vista divergentes. Por outro lado, a confiança reforça a ação coletiva, pois minimiza os comportamentos oportunistas, que podem ser entendidos como uma preferência por atos isolados e imediatistas, em vez de envolvimento em empenhos coletivos (PUTNAM, 1996, p.103). Para esse autor, a confiança interpessoal está relacionada com a participação em associações cívicas, com o envolvimento em questões públicas, com o comportamento de obediência à lei e com a confiança nas instituições como aparato de solução de conflitos. Em suma, a confiança estimula a participação e a interação para além da esfera restrita da vida privada e estimula o engajamento nos assuntos públicos, que afetam toda a comunidade democrática.

Assim sendo, da série de elementos que compõem uma comunidade cívica, a confiança interpessoal pode ser vista como o mais decisivo de todos. Putnam sustenta que a confiança é um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões. Uma pessoa confia em outra porque tem certas expectativas sobre o modo como essa outra pessoa vai reagir. A confiança reforça, portanto, a ação coletiva e a cooperação, já que se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

Em sua abordagem teórica sobre confiança, Putnam (1996) destaca dois componentes que são essenciais para sua definição. O primeiro é a reciprocidade. A confiança é essencialmente um conceito relacionado com a interação entre atores. O segundo elemento da confiança é que ela pode criar dependência de trajeto. Os ciclos virtuosos que estimulam a cooperação e a ação coletiva tendem a durar tanto quanto os ciclos viciosos de desconfiança e alternativas hierárquicas, hobbesianas. A confiança constrói-se durante um longo período de tempo e, uma vez estabelecida, tende a continuar no tempo, ainda que exija constante exercício.

Esses argumentos teóricos são testados por Putnam usando indicadores agregados de civismo, tais como quantidade de associações voluntárias, um índice de participação política que inclui resultados de eleições e referendos e diversidade de meios de comunicação. Apesar da criatividade de seu modelo, ele não diz nada sobre crenças e valores individuais (religiosos e morais), que é uma dos pontos importantes na relação que Almond e Verba buscam estabelecer entre democracia, cultura cívica e as estruturas sociais que as sustentam (ALMOND; VERBA, 1963).

Ainda acerca da temática sobre confiança e cultura cívica, destacamos o estudo do cientista político norte-americano Ronald Inglehart (1997). Sua intenção é compreender melhor a ligação entre atitudes políticas e estabilidade de regime. Para isso, busca complementar o estudo de Putnam usando referentes empíricos em nível individual dos principais elementos que compõem a síndrome da cultura cívica. A principal hipótese de Inglehart é que a estabilidade de regime é altamente influenciada pelas orientações culturais dos cidadãos. Um padrão de comportamento coerente, constituído de satisfação de vida e política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente, são essenciais para o sucesso de um regime democrático. Inglehart (1997) baseia-se na caracterização anterior de Almond e Verba da cultura cívica, que é definida pela presença de altos níveis de orgulho das instituições políticas, sentimentos de competência política e, de novo, confiança mútua. Para ele a confiança é um pré-requisito para a formação de associações secundárias e é essencial para a participação política. Uma vez que é fundamental para a percepção de que os contratos serão respeitados, a confiança também é necessária para garantir o respeito à lei. A conclusão de Inglehart (1997) é que a cultura cívica desempenha um papel central na definição da viabilidade do governo democrático. A cultura é anterior ao regime político, portanto afeta seu desempenho.

Como ilustração dessas análises sobre confiança e cultura cívica, Inglehart cita os países latino-americanos. Segundo afirma o autor, eles possuem menos confiança interpessoal, em comparação com as democracias norte-americanas e européias. De acordo com suas pesquisas, sublinha que dados de 1996 indicam que mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos e a ausência de confiança deve ter um efeito no comportamento político na América Latina. Essa situação se explica dada à longa herança autoritária e as recentes mudanças institucionais no sentido da democratização do regime político e da diminuição da intervenção do Estado na economia. O quadro que se forma, assim, confere a esses países um status especial na discussão sobre os elementos que

estimulam a participação política. O estudo da confiança interpessoal pode oferecer algumas explicações para a ausência de participação política e de envolvimento.

Quando a desconfiança está estabelecida nos setores públicos e privadas, a democracia fica em terreno problemático. A dificuldade não é tanto com a democracia em si, mas com a comunidade cívica que toda democracia deve pressupor como base. Ela exige participação cívica, que definimos com Putnam, como a busca perseverante do bem público à custa de todo o interesse puramente individual e particular, ou seja, numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação cívica nos negócios públicos.

Há uma característica psicocultural que autores que trabalham com o conceito de cultura política, como Almond e Verba e Inglehart, consideram central para o funcionamento de um sistema democrático de governo⁴⁷: a confiança nos concidadãos. Isso nos indica sinais de uma estreita vinculação entre confiança mútua e democracia, pelo menos dentro da visão anglo-saxônica de cidadania, onde a cooperação, a capacidade de organização, de ação coletiva, é fundamental.

A pergunta sobre confiabilidade mútua está presente nas pesquisas de Almond e Verba e Putnam. As análises desse último mostram que, sintomaticamente, a confiabilidade mais baixa está na Sicília e no sul da Itália, em torno de 50% (INGLEHART, 1997, p. 34-5). Estudo anterior de Almond e Verba (1963, p. 212-4) mostrou também grau mais alto de confiança entre os nacionais dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, mais baixo na Alemanha e México, muito baixo na Itália. Nessa mesma ótica, Inglehart (1997) também estabelece uma estreita correlação entre confiança nas pessoas e longevidade do sistema democrático de governo.

Diante da discussão desenvolvida até aqui, percebemos que a proposta de estudo desses autores está baseada na identificação das características e efeitos das culturas políticas nacionais. Almond e Verba e Putnam, em seus estudos de política comparada, buscam desvendar fatores que fortalecem ou impedem a construção da democracia.

⁴⁷Esse dado nos lembra imediatamente os estudos de Banfield (1958) sobre o familismo e amoralismo da cultura dessas regiões e a mais recente análise de Putnam (1996) sobre sua baixa capacidade cívica.

3.2.2 Capital Social

Nos debates acerca da democracia e desenvolvimento social, travados nos últimos anos, o conceito de capital social tem ocupado lugar de destaque, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Para Rute e Marcello Baquero, isso tem acontecido porque o capital social “pode gerar um conjunto de atividades com resultados positivos, incluindo mais prosperidade econômica, maior segurança comunitária e governos mais responsivos e responsáveis” (2005, p.81).

Esse conceito emerge fortemente nos estudos de cultura política a partir do fenômeno de democratização nos países pobres nas últimas duas décadas, que criou condições favoráveis à revisão crítica das teorias convencionais. Também a percepção do ser humano como ator social tem levado ao aprofundamento da noção de capital social: ele tem a ver a necessidade gregária, o espírito de cooperação e os valores de apoio mútuo e solidariedade, como base na eficiência social coletiva dentro das sociedades democráticas. Em outros termos, no clima de incerteza e insegurança mais clássica, torna-se imprescindível à integração de novos conceitos e análises nos debates sobre desenvolvimento, como o de capital social.

Afinal, o que é capital social? Não há uma definição consensual. Sendo de recente exploração⁴⁸, o conceito está, de fato, em plena delimitação de sua identidade e definição. Porém, apesar das consideráveis imprecisões, há uma impressão cada vez mais generalizada de que as disciplinas que o investigam estão incorporando ao conhecimento e à ação um vastíssimo número de variáveis que desempenham papéis importantes e que estavam fora do enquadramento convencional.

Jacob Carlos Lima diz que capital social pode ser entendido como o “conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social” (2001, p.34). Portanto, trata-se de um conceito que tem sido amplamente utilizado na sociologia, sobretudo a norte-americana, para demonstrar a importância das redes sociais informais na

⁴⁸Segundo Baquero (2006), o termo capital social passou a ser conhecido no meio acadêmico, a partir do trabalho da pesquisadora Lyda Judson Hanifan, em estudo sobre as escolas comunitárias rurais, em 1916, nos Estados Unidos (EUA) e se popularizou na década de 80 com os trabalhos de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Francis Fukuyama, entre outros. No entanto, encontramos elementos precursores desse conceito nos estudos de Emile Durkheim, Max Weber, Aléxis Tocqueville, e Edward Banfield. Cada um desses autores estabeleceram segmentos distintos sobre capital social.

construção de relações sociais e de formas de sociabilidade nas quais interesses pessoais e coletivos se imbricam. Essa forma de rede, dentro do aspecto do capital social de confiança, de reciprocidade e de informação, segundo Rute e Marcello Baquero são importantes “porque materializam o potencial do cidadão para se envolver em atividades que exigem a ação coletiva, principalmente quando a política convencional não consegue motivar as pessoas a se envolver ou se engajar em ações de desenvolvimento comunitário” (2005, p.81).

Em seu difundido estudo sobre as diferenças entre a Itália do Norte e a do Sul, Robert Putnam tornou-se o responsável pela incorporação do conceito de capital social no discurso político, avançando em relação à teoria de cultura cívica de Almond e Verba. Para ele, o capital social conquistado apresenta-se como elemento de maior importância no processo de sustentação da democracia, já que envolve participação dos cidadãos nas comunidades cívicas. Assim, de acordo com Putnam, o capital social é, fundamentalmente, formado pelo grau de confiança existente entre os atores sociais de uma determinada sociedade, pelas normas, de comportamento cívico, praticadas e pelo nível de associativismo que a caracteriza⁴⁹. Para o autor, esses elementos evidenciam a riqueza e a força do tecido social interno de uma sociedade. A confiança, por exemplo, atua como redutor de potenciais conflitos limitando o recurso às reclamações. As atitudes positivas em matéria de comportamento cívico, que vão do cuidado com os espaços públicos ao pagamento de impostos, contribuem para o bem-estar geral. A existência de altos níveis de associativismo indica que é uma sociedade com capacidade para atuar cooperativamente, armar redes, coalizões, sinergias de toda ordem em seu interior.

Nesse seu estudo, Putnam (1996) observou que esse conjunto de fatores estaria mais presente na Itália do Norte, em relação à do Sul, isto é, as mesmas regras tiveram resultados diferenciados no norte e no centro, caracterizados pela existência de uma sociedade civil organizada em numerosas instituições e associações, maior desenvolvimento econômico e participação política. No sul, ao contrário, o êxito da descentralização foi limitado, devido à forte presença da patronagem, do personalismo, do catolicismo exacerbado e à alta desconfiança das instituições públicas, com restrita participação social e política de seus habitantes. Essa contraposição demonstraria a presença de maior capital social acumulado no norte-centro do país, o que tem resultado em maior dinamismo econômico, político e cultural

⁴⁹Putnam, analisando o caso italiano, procurou demonstrar, a partir do estudo das diferenças políticas e econômicas entre norte e sul, a relevância do engajamento cívico, isto é, a participação dos cidadãos nas várias instâncias organizacionais da sociedade civil, no funcionamento de instituições democráticas e na criação uma sinergia Estado-Sociedade que se reflete no grau de confiança existente entre os diversos atores sociais, seu grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico.

em contraposição à estagnação do sul e às dificuldades de implementação de políticas públicas exitosas⁵⁰.

Desse modo, podemos dizer que o conceito de capital social, por sua vez, atendo-se aos elementos que o constituem, implica confiança, organização social, normas e regras, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e sistemas de participação cívica, facilitando, portanto, as ações coordenadas (PUTNAM,1996). Em outras palavras, o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas. Em vez de controles e relações de dominação patrimonialistas, o capital social favorece o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses públicos coletivos. Enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da família, da comunidade e da sociedade.

Uma característica marcante do capital social, de acordo com Putnam (1996), é que ele não se desgasta, nem se esgota com o uso. Por outro lado, ele pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos, dos desempregados e desabrigados sujeitos às manifestações das diferentes formas de violência, agressões e delinqüência, transformando o ambiente numa situação em que o homem se torna o lobo dos homens como dizia Hobbes. De outra forma, desigualdade na distribuição da renda e de oportunidades, o desemprego e as catástrofes naturais configuram-se em fatores adversos ao capital social. Essas situações que levam a migração, desarticulando a rede de relações sociais existentes e exigindo dos indivíduos grandes esforços nas tentativas de reconstrução de uma rede de apoio e confiança.

Desse modo, assim como outras formas de capital, como o humano, o capital social é produtivo, viabilizando a realização de certos objetivos coletivos, que seriam inatingíveis se ele não existisse. Ele pode trazer benefícios aos vários aspectos da vida em

⁵⁰Putman (1996) estudou também a sociedade norte-americana. Em termos de capital social, apresenta dados de participação em atividades coletivas que indicariam a diminuição do engajamento cívico do cidadão americano médio. Comparando a geração anterior à Segunda Guerra Mundial com a posterior, afirma que estaria havendo uma queda na participação de atividades comunitárias, filantrópicas, e voluntárias. Essa queda é atribuída às mudanças na sociedade moderna, que levariam a um maior individualismo dos cidadãos e menor preocupação com atividades coletivas. A existência desse capital se constituiria, igualmente, um importante indicador de participação política através do estabelecimento ou consolidação de relações de confiança entre sociedade e Estado, o que o tornaria elemento crucial a ser mobilizado na implementação de políticas públicas, podendo explicar o êxito ou fracasso dessas políticas. O autor ressalta também que a existência de capital social na sociedade não significa, necessariamente, sua utilização, ou o êxito de políticas públicas nele baseadas. As mesmas políticas podem funcionar num lugar e não funcionar em outro, dependendo da forma de como esse capital é mobilizado ou construído.

sociedade. Contribui para o desenvolvimento econômico, reduzindo de forma sensível os custos das transações comerciais, já que facilita o estabelecimento de novas regras de cooperação e ajuda mútua. Contribui também para a melhoria do funcionamento das instituições democráticas ao estimular o interesse dos cidadãos pelo seguimento e avaliação das políticas públicas. Oferece igualmente importante contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, haja vista sua atuação na prevenção criminal, protegendo o indivíduo dos efeitos do isolamento social, com efeitos observáveis na redução do risco de acidentes mortais, suicídio e homicídio.

Frisamos também que, ao contrário, do capital convencional, normalmente tido com um bem privado, o capital social constitui um bem público. Essa característica advém do fato do capital social ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Isso faz com que não seja valorizado o suficiente e, muito menos, suprido pelos agentes privados.

Para finalizar, embora a ação do Estado de direito democrático seja importante para sua fomentação, apontamos que o capital social sozinho é insuficiente para explicar o sucesso ou fracasso da ação estatal. Outros elementos devem ser considerados nessa análise, já que, diferentemente de outras formas de capital, o capital social tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais. Todavia, como instrumental de análise esse conceito possibilita um novo olhar para fenômenos sociais, econômicos e políticos que, na maioria das vezes, são desconsiderados: o das redes sociais informais estabelecidas entre os atores sociais e das normas construídas como resultado dessas relações, assim como a importância de elementos subjetivos como confiança na compreensão da ação social.

3.3 CAPITAL SOCIAL E CONFIABILIDADE

Embora os conceitos de confiança e capital social já tenham sido trabalhados, queremos enfatizar um pouco mais sobre os itens acima mencionados, de modo a perceber as mútuas e diretas relações que há entre eles.

Conforme já acenamos, relações de confiança desempenham papel fundamental no acúmulo do capital social, a ponto de se tornar componente básico

(PUTMAN, 1996). Essa forma de relação urge por meio de regras de reciprocidade⁵¹ e sistemas de participação cívica que, por sua vez, fortalecem a confiança social porque reduzem os custos de transação e facilitam a cooperação. Pode ser vista em termos da confiança interpessoal que se estabelece na família ou nas relações de amizade restrita, como também da confiança mais difusa, estabelecida mediante cadeias mais complexas de relações de mútua confiança que facilitam a cooperação espontânea, já que ambas contribuem igualmente para o acúmulo do capital social.

Putnam (1996, p.104) identifica que dois tipos de regras de reciprocidade: a balanceada ou específica e a generalizada ou difusa. Segundo o autor, a primeira diz respeito à permuta simultânea de itens de igual valor; por exemplo, quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga, políticos combinam apoiar-se mutuamente. A segunda refere-se a uma contínua relação de troca que, a qualquer momento, apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro.

Assim sendo, a confiança e as regras de reciprocidade se sobrepõem em certos aspectos, especialmente quando implicam a assunção do risco, ou seja, envolvem a crença no que os outros poderão fazer após o estabelecimento de um acordo. A confiança que A deposita em B é baseada em sua crença de que B não faltará ao acordo estabelecido entre ambos ou de que o mesmo não o prejudicará. Envolve, portanto, certa vulnerabilidade pessoal, causada pela incerteza acerca do futuro comportamento do outro. Apesar de não se ter certeza, o que se espera é que a confiança depositada não seja defraudada ou, pelo menos, não resulte em prejuízos incalculáveis⁵².

As regras de reciprocidade são também um componente altamente produtivo do capital social. Putman (1996) verificou que as comunidades, onde as regras desse tipo são obedecidas, têm melhores condições de cobrir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva. Por outro lado, as regras de reciprocidade generalizada servem para conciliar interesse próprio e solidariedade. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a

⁵¹Destaca que normas de reciprocidade generalizadas são um componente altamente produtivo de *capital social*. Essas normas estariam relacionadas a densas redes sociais e reduziriam o oportunismo potencialmente presente na ação coletiva.

⁵²Para ilustrar essa questão, relatamos uma situação divulgada pela mídia nacional no mês de fevereiro de 2006. Uma senhora de uma cidade paulista perdeu o carnê de prestação juntamente com o dinheiro para pagá-la. Um jovem senhor encontrou-o, e como disse a matéria jornalística, não hesitou em ir até lotérica do bairro e realizar o tal pagamento. A surpresa foi quando a senhora chegou à lotérica para tentar resolver o problema e a atendente do caixa lhe informou que a conta havia sido paga, devolvendo-lhe o carnê já pago. Interessa-nos a fala daquele que encontrou o dinheiro e o carne. Disse que fez isso porque no futuro ele também pode passar pela mesma situação e gostaria ser ajudado da mesma forma. A confiança é o elemento que se sobressai nessa relação de ajuda, reforçando a colaboração mútua.

confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, há uma maior probabilidade de ocorrer intercâmbio. Além disso, aponta o autor, que o intercâmbio contínuo ao longo do tempo costuma incentivar o estabelecimento de regras de reciprocidade generalizada.

Segundo Putnam, essas formas de capital social são recursos morais. Isso implica que a oferta de tais recursos aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam caso não sejam usados. Assim, a criação e a dilapidação do capital social se caracterizam por círculos virtuosos ou viciosos, já mencionados anteriormente.

De modo resumido, podemos agrupar os efeitos sociais dos componentes do capital social em quatro pontos:

1. Promovem sólidas regras de reciprocidade reforçadas por cadeias de relacionamento dependentes da reputação individual ou institucional;
2. Aumentam os custos potenciais para o transgressor das regras nas transações individuais, prevenindo o oportunismo;
3. Facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos;
4. Corporificam o êxito alcançado em ações anteriores, criando, assim, um modelo culturalmente definido para futuras colaborações.

Diante do que apresentamos ao longo dessa discussão, percebemos que a teoria do capital social permite-nos analisar fenômenos presentes no comportamento social e pode ser operacionalizada na implementação de políticas públicas. Em outros termos, consideramos que esse conceito possui um forte caráter explicativo, a ponto de constituir um instrumental importante a ser utilizado ou mobilizado na busca de políticas públicas e sociais transparentes e na construção efetiva de relações de confiança entre Estado e Sociedade. cremos que a partir do fortalecimento dessas realidades nos aproximaremos do que seriam boas políticas ou bons governos.

Até agora, vimos às bases da formação e manutenção da cultura política das sociedades, com destaque para o conceito de capital social e confiança. Na sequência, trataremos acerca da noção de participação política ou cívica como exigência fundamental e expressão ímpar da vida democrática.

3.4 CAPITAL SOCIAL E JUVENTUDE

O cenário político mundial, apesar de algumas exceções, tem se caracterizado pelos altos índices de pobreza e de exclusão social, situação que interfere diretamente no apoio e na crença ao sistema democrático e as instituições políticas. O quadro geral é de uma crescente insatisfação com administração da coisa pública. Não muito longe disso, está a leitura da população juvenil, provocando nesta categoria sentimentos de apatia e de desconfiança sobre a política.

Diante disso, como uma forma de resposta, há o esforço da ciência política em encontrar mecanismo para reverter às atitudes e comportamentos dos jovens em relação às instituições políticas, no sentido de torná-las mais favoráveis politicamente.

É, por isso, que, nas últimas décadas, a Ciência Política tem desenvolvido estudos sobre atitudes e comportamentos políticos dos jovens. As pesquisas a respeito do engajamento político dos jovens, de modo geral, estão baseadas no conceito de cultura política, o qual privilegia a realidade dos indivíduos, a análise da formação de opinião, atitudes e comportamentos.

Nesse caso, emprega-se o uso do conceito de capital social, que pode ser compreendido como aquela realidade em que os indivíduos trabalham cooperando entre si, partindo do pressuposto da busca do bem comum e da confiança recíproca. São atitudes que gerariam um melhor desempenho político e econômico de toda a sociedade, tendo em vista o surgimento de uma cultura cívica e participativa.

Ao tratarmos de questões relacionadas à participação e cidadania, um novo conceito nos é acrescido, a noção de empoderamento⁵³. A aplicabilidade desse termo está no fato de que esse propicia um maior envolvimento “dos indivíduos em ações cooperativas, solidárias e políticas, capacitando-os para se articularem em prol de interesses coletivos” (SILVEIRA, 2006, p. 252). Essa idéia sustenta a noção da possibilidade dos cidadãos se sentirem protagonistas de programas, projetos e políticas públicas.

Com efeito, o termo empoderamento implica um processo que visa fortalecer a autoconfiança dos indivíduos, capacitando-os para articulação de interesses individuais de autonomia e para a capacidade de intervir na realidade, de modo a lhes permitir uma vida

⁵³Segundo Dallabrida, o termo empoderamento (em português) “foi introduzido na literatura internacional na obras de Friedman (1996): *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, traduzida para o português pela Editora Celta, de Portugal” (2006, p.166).

auto-determinada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão. Coincidentemente, o surgimento desse conceito sugere a eclosão dos movimentos sociais, como os dos estudantes, de negros, das mulheres, entre outros, ocorrido no final das décadas de 60 e 70 anos (SILVEIRA, 2005).

A respeito disso, Silveira aponta:

relacionar a noção de empoderamento à proposta de construção de capital social na juventude sugere a necessidade de realizar práticas de intervenção na realidade como forma de reverter o sentimento de apatia e o comportamento de repúdio em relação à vida política. Assim, requer a promoção de processos de socialização política, objetivando possibilitar aos jovens acesso a noções sobre direitos, cidadania e engajamento cívico em atividades coletivas e solidárias (SILVEIRA, 2006, p.261).

Também nesse processo de empoderamento é preciso não só trazer os jovens para a esfera da participação ou possibilitar o seu acesso a discussões, mas, sobretudo, levá-los ao questionamento das estruturas de poder que se configuram no seu cotidiano.

Putnam (1996) também comenta o fato de que a participação de pessoas em atividades associativas tem um peso significativo no desenvolvimento de normas de reciprocidade e de confiança interpessoal e institucional. Para ele, assim, relacionar o conceito de empoderamento com os jovens não significa que se trata apenas de inserir-lo nas discussões em torno da participação, mas, sobretudo, de levá-los ao questionamento das estruturas de poder presentes no dia-a-dia.

O que, de fato, está em questão é a idéia de que empoderar é a capacidade de proporcionar a reflexão e a ação das práticas cotidianas como uma proposta de intervenção na realidade, através de um processo intencional e conscientizador no âmbito educacional. Nesse sentido, a proposta de Paulo Freire pode ser de grande valia, uma vez que empoderar é a capacidade de possibilitar a reflexão e a ação os temas geradores, presentes no processo de ensino e aprendizagem podem desencadeá-los. Portanto, o ato de empoderar pode ser visto como um fator determinante no desenvolvimento de capital social, principalmente no que se refere à constituição de projetos coletivos no conjunto de uma comunidade ou de instituição, bem como no despertar do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação. Nessa ótica, Carla Pinto comenta também que empoderar é:

um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos a aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (PINTO apud SILVEIRA, 2006, p.262).

Sendo assim, o conceito de empoderamento pode ser reconhecido pela capacidade de promover valores cooperativos e cidadãos engajados, como na sua atuação de organizações na sociedade civil.

Diante disso, não podemos deixar de levantar alguns questionamentos: de que forma pode-se construir o capital social? Qual a relação que há entre capital social e juventude? É possível estabelecer uma relação entre capital social e juventude?

O que encontramos, nesse contexto, são estudos que tentam dar conta da dimensão do capital social e da juventude, ainda que muito discretamente tentem abordar a questão da juventude. Como exemplo, citamos a Unesco que, em agosto de 2001, promoveu, em Portugal, um seminário com a seguinte temática: *Automizar a Juventude para Agir*, enfatizando a importância de se delegar poder para os jovens e suas respectivas organizações a fim de eles terem a oportunidade de decidir suas vidas e o seu bem-estar. Um outro estudo, que segue a mesma linha é o de Rodriguez (BAQUERO; HAMMES, 2006), cuja análise está centrada nos jovens rurais. A partir desse estudo foi possível observar que a participação e o empoderamento permitem criar uma consciência no público e no coletivo fomentando a criação de relações de confiança que constroem e fortalecem as instituições. Em outras palavras, diríamos que “com a participação cidadã direta da juventude e a organização de novas formas de fazer política entre os jovens, rompendo com o esquema clientelista, desenvolvem-se também capacidades de gestão cidadã, pela experiência acumulada de participação” (SILVEIRA, 2006, p.235).

A partir daí, encontramos organizações governamentais e não-governamentais que, sabendo da necessidade de desenvolver a relação entre capital social e juventude, propõem projetos e programas que buscam desenvolver ações e propostas alternativas para o desenvolvimento da confiança direcionada para o bem-estar da coletividade.

As experiências em torno desses programas permitiriam que fosse realizada uma avaliação a respeito do capital social, no período de 2000 a 2002, avaliando o impacto

subjetivo da participação dos jovens chilenos em programas sociais, a cargo do Instituto Nacional da Juventud (INJUV). As constatações foram as seguintes:

a) É por meio do reconhecimento da comunidade, como espaço ativo de fortalecimento da identidade, que se definem estratégias de crescimento coletivo, desenhando programas de capacitação de sujeitos e grupos sociais;

b) As habilidades de empreender estão associadas às trajetórias vitais dos jovens, portanto, não transferíveis mediante experiência pontuais de capacitação ou trabalho grupal, mas são desenvolvidas em processos sistemáticos de participação;

c) Há um impacto positivo nos jovens que participam desse tipo de programas juvenis, com destaque para a participação nas atividades e na convivência entre os participantes e encarregados, pois os que avaliam mais positivamente tais programas são os que apresentam maior nível de capital social percebido no plano individual e coletivo;

d) Os jovens avaliam positivamente o funcionamento interno dos programas, de modo particular os diretamente vinculados à participação, tanto em programas produtivos como culturais ou social-comunitários, ainda que a maioria dos programas não vincule a noção de capital social com o conceito de capacidade empreendedora juvenil.

Através dessas ações empreendedoras é possível criar ainda mais políticas e programas de empregabilidade, estabelecendo conexão entre capital social e desenvolvimento da capacidade empreendedora juvenil. Um outro projeto, desenvolvido na Universidade Metropolitana da Venezuela intitula-se *O Proyecto Tutorial de Capital Social y Liderazgo Juvenil*. Esse projeto parte da premissa de que é possível a mudança cultural por meio do processo educativo, com o ensino de valores e atitudes na universidade, bem como, a prática dos valores via voluntariado social, como componente institucional, para exercitar os valores de capital social, transmitindo também para o Ensino Médio como para as organizações não-governamentais.

E também no Saguaro *Seminar on Civic Engagement in América*, com o título *‘Youth and social capital*, de 2001 discutiu-se sobre o desenvolvimento de capital social entre a juventude. O trabalho em questão apresenta os jovens norte-americanos com características contraditórias, isto é, jovens envolvidos em gangues, viciados em videogames, preguiçosos, andarilhos, jogadores de futebol, ativistas ambientais, artistas de *hip hop*, escoteiros e trabalhadores de empresas familiares. A respeito das discussões dentro do Saguaro, Baquero e Hammes apontam que:

Os adultos muito freqüentemente negligenciam os jovens, exceto quando eles estão em problemas. Os jovens desejam o que qualquer um de nós deseja: ter um sentimento de pertença, fazer parte de uma comunidade, solidariedade, respeito, sucesso e oportunidade. Se essas necessidades são satisfeitas por gangues – ou ao contrário, pelas escolas, igrejas, ligas desportivas – depende de nós enquanto sociedade. E as escolhas que fazemos têm efeitos a médio e longo prazos. A natureza do capital social disponível aos jovens influencia a qualidade de sua aprendizagem, suas chances de freqüentar a universidade, se cometerão crimes ou se envolverão com drogas e cometerão suicídio. Numa nação que se orgulha de se reinventar constantemente, os jovens representam a promessa de uma América mais forte e seu bem-estar é o indicador principal da saúde de nossas comunidades. Nossa nação vai à direção que forem os jovens (BAQUERO; HAMMES, p.239, 2006). (Tradução nossa)

Diante do exposto, o que podemos apontar é a necessidade de investimentos na juventude com vistas a construir o capital social nos diferentes setores da sociedade. Trata-se de uma política que significa um ganho não só para os jovens como categoria social, mas também para toda a sociedade. Se os jovens vão mal, também vai a sociedade como um todo. Os jovens não são apenas o futuro, mas já o presente de qualquer ordenamento societário. Daí, não poderemos negligenciá-los ou mesmo subestimá-los em termos de sua incidência na configuração das sociedades. Para estabelecermos a cultura política brasileira vigente, faz-se mister apresentar elementos que a caracterizam, sobretudo tendo em vista as atitudes da juventude a respeito da política. Faremos uma abordagem mais descritiva que problematizadora, já que interessa-nos entender como esses elementos ainda estão presentes em nossa cultura política.

4 TRÊS ELEMENTOS DA CULTURA POLÍTICA NACIONAL

Ainda que, recentemente, a história política brasileira revele um movimento que culmina na configuração da democracia representativa, em que milhões de eleitores escolhem livremente seus governantes, de modo geral essa mesma história demonstra uma persistência em construir critérios para a exclusão: desigualdade social, analfabetismo, discriminação à mulher, abandono à criança, etc. Esse processo, que se construiu ao longo de séculos com fortes raízes no patrimonialismo, permeia as ações dos diversos grupos políticos. Nossa intenção neste capítulo é fazer uma abordagem sobre essa formação social, política e institucional do Brasil, destacando alguns traços característicos da vida institucional brasileira, segundo as obras clássicas de Oliveira Vianna, Raymundo Faoro e de Victor Nunes Leal. Em seguida, abordaremos alguns trabalhos que indicam novas formas de analisar a questão.

4.1 TRÊS EXPLICAÇÕES CLÁSSICAS

Segundo Oliveira Vianna um dos primeiros elementos característicos da cultura política nacional consiste na ausência ou carência de “motivações coletivas,” ou na falta do “espírito público” nas instituições políticas brasileiras. Este sociólogo trata dessa temática na sua obra *Instituições Políticas Brasileiras*, de 1949, em que analisa os fundamentos sociais e políticos da formação do Estado brasileiro: Seu viés de pesquisa, como ele mesmo denomina, é o culturológico. Com base nas estruturas políticas municipais, Oliveira Vianna investiga os antecedentes históricos e a influência dos usos e costumes tradicionais da nossa vida local, afirmando que há um fracasso das instituições políticas, pois foram importados para pura inspiração ideológica liberal, sem adequação à realidade do país. As dificuldades para a implantação e implementação das instituições democráticas liberais no país, para ele decorreram da dificuldade em impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político (OLIVEIRA VIANNA, 1974).

Para Oliveira Vianna, o principal traço da cultura política brasileira é o privatismo e o personalismo, que funcionam como formadores de uma psicologia política. Essa marca adviria da herança colonial e da tradição do subconsciente coletivo do país desde

os primórdios da nossa história, e subsistiria em nas estruturas locais de poder. Trata-se de uma característica que envolve diretamente as elites que sempre comandaram a política nacional, sendo que o motivo privado ou privatista se constituía na marca principal da disputa pela conquista do poder municipal existente. Os interesses pessoais dos chefes de clãs se davam também no processo político.

Essa situação que revela a ausência da compreensão do Estado como órgão do interesse público, ocorre desde o momento de formação do Império e da nova ordem constitucional brasileira, tornando um grande obstáculo à instalação e a consolidação do regime democrático no país. Segundo Oliveira Vianna, aqui está o mal de nossa cultura política, já que “os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes” (1974, p.293). De acordo com o autor, tal comportamento político, de origem colonial, não sofreu alterações com o fim do Império ou com fundação da República. Nesse sentido, ele identifica outra característica das nossas instituições políticas republicanas, afinal seja a contradição existente entre o legal da Constituição e o real comportamental ou costumeiro.

Em outros termos, Oliveira Vianna aponta que os textos constitucionais brasileiros (1824, 1891 e 1934), inspirados no estrangeiro, são contrastantes com a nossa verdadeira cultura política. Como consequência dessa situação, o autor vê uma impossibilidade prática de se instalar no Brasil um Estado Nação, como a britânico ou norte americano, assentado sobre bases populares e democráticas. O município, assim, surge como a primeira estrutura local de poder do novo Estado Nacional de base democrática, que o autor identifica no Império brasileiro.

Oliveira Vianna destaca que outra característica da vida pública institucional é a ausência de educação política das nossas instituições. Segundo o autor, essa característica pode ser compreendida como a falta de preocupação das instituições brasileiras em se organizar e desenvolver uma educação democrática ou de liberalismo prático, pois, “o nosso povo-massa esteve sempre – seja legalmente, seja praticamente – ausente durante todo o curso da nossa história política e administrativa; isto é, durante cerca de 400 anos” (OLIVEIRA VIANNA, 1974, p. 293).⁵⁴

⁵⁴Ressaltamos que não é a formação política do povo-massa, com vistas a uma intervenção direta na vida pública que o autor defende para o Brasil. Pelo contrário, suas idéias aproximam-se do pensamento de Oliveira Vianna estão relacionadas à influência dos argumentos darwinistas da seleção natural, isto é, os fatores biológicos, genéticos, determinam à formação e os atributos culturais do ser humano. São argumentos constituintes do pensamento autoritário, conservador e racista predominante no país e no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX. Mas, do ponto de vista acadêmico, Oliveira Vianna exerceu grande influência sobre o pensamento político brasileiro.

4.1.1 O Estamento Burocrático

A obra *Os Donos do Poder*, de 1958, de Raymundo Faoro, apresenta-se como uma interpretação histórico-crítica da formação social brasileira. Para Faoro, o estamento burocrático assenta-se no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, difícil de ser desfeito ou diluído, mesmo pela pressão da ideologia liberal e democrática.

Faoro aponta que essa estrutura patrimonial assume a forma que os portugueses transplantavam para a colônia, consolidando-se e adaptando-se às mudanças políticas da história nacional. Foi esse tradicionalismo que se reproduziu desde a formação dos primeiros órgãos da administração colonial (Câmaras ou Senado da Câmara).

Com efeito, o estamento burocrático pode ser visto como “quadro administrativo e estado-maior de domínio característico do patrimonialismo⁵⁵, em que uma minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos” (1976, p.203). Trata-se de uma forma de domínio que se apropria das oportunidades econômicas de desfrute dos bens públicos, das concessões e dos cargos. E, como resultado, há uma confusão proposital entre o público e o privado.

Faoro chama a atenção para o fato de que esse tipo de estamento burocrático se perpetua como uma camada social sobre a sociedade. Ela está acima das classes sociais e, embora fosse configurada num estrato social, nem sempre se encontra articulada, mas constitui-se o aparelhamento político “que impera, rege e governa em nome próprio, num círculo impenetrável de comando”. Assim sendo, o estamento burocrático com seu aparelhamento próprio invade e dirige a esfera econômica, política e financeira, comandando o ramo civil e militar da administração. No âmbito político, interno à estrutura, o quadro de comando se centraliza, pretendendo senão a coesão monolítica, ao menos a homogeneidade de consciência, identificando-se com as forças de sustentação do sistema.

Como consequência dessas características, tem-se que a camada dirigente atua em nome próprio, servido dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Segundo Faoro, o impacto das novas forças sociais que possam surgir tem sido amaciado, domesticado e transformado por essa camada dirigente, que incorpora seus próprios valores, mesmo, às vezes, adotando uma ideologia diversa, mas compatível com

⁵⁵ Conceito de origem weberiana e pode ser compreendido com aquele capaz de “gerir a coisa pública como se fosse privada, não há distinção entre os recursos públicos e os particulares”. (SCHMIDT, 2001, p.147)

seu esquema de domínio. “O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre (FAORO, 1976, p.748). São elementos que moldam a fisionomia do chefe do governo, que é gerado e limitado pelo regime adotado. Nesse sentido, Faoro sublinha que “o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, numa atmosfera que dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais” (1976, p.739-740).

O resultado dessa prática política é o estabelecimento de um sistema compatível com uma ordenação formalmente jurídica (órgãos estatais separados, assembléias ou tribunais), que pode conviver com um constitucionalismo formal, nominal, isto é, reconhece-se que a validade jurídica da constituição, mas não se adapta ao processo político e não alcança capacidade normativa. Nesse cenário, a soberania popular não passa de uma farsa, escamoteação ou engodo⁵⁶. Assim sendo, Faoro aponta que o Brasil convive “com duas partes desacreditadas e opostas que navegam para pontos antípodas: a sociedade e o estamento” (1976, p.747-8).

As elites brasileiras controlam os processos de modernização política, de cima para baixo sob o pressuposto da incultura, senão da incapacidade do povo. O povo, por sua vez oscila entre o parasitismo, a mobilização de passeatas sem participação política e a nacionalização do poder, ficando mais preocupado com os novos senhores, com o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção.

4.1.2 O Coronelismo

A obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, de 1949, de Victor Nunes Leal, oferece um estudo aprofundado da relação entre o Estado e o municípios no Brasil. Tendo como base os municípios do interior, predominantemente rurais, esse estudo possibilita uma visão de relacionamento entre o macro e o microinstitucional da nossa vida pública. De acordo com Leal, o fenômeno do coronelismo é o principal traço característico do regime republicano que

⁵⁶O autor, no entanto, ressalta que há a incompatibilidade desse tipo de sistema autocrático e autoritário com o que ele considera sistema normativamente constitucional e democrático. Para Faoro, esse tipo de estrutura tem como essência o fato de que “os detentores do poder participam na formação das decisões estatais, mediante mecanismos de controle que atuam na participação popular” (1976, p.741-2).

consiste num sistema político de compromisso entre o poder público e o poder privado, cuja base de sustentação econômica é a estrutura agrária decadente.

Nesse sentido, “o coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, dos senhores de terras” (LEAL, 1986, p.20). Tal compromisso emerge de fraqueza de ambos os lados, principalmente do poder privado, uma vez que o Estado é forte e os setores privados não se sustentam sozinhos, dependendo dos benefícios do Estado. Nesse momento da história do Brasil, esse poder encontra-se diante da debilidade de se constituir frente ao alargamento do regime representativo por meio da ampliação do sufrágio, revelando-se incapaz de exercer a plenitude das suas funções. É assim que o poder público compõe-se com o poder privado dos donos de terras.

Acerca desse processo, Leal afirma:

a superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o leva a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do 'coronelismo' (1986, p.253).

O coronelismo, portanto, resulta da dependência do eleitorado rural pobre (massa de assalariados, parceiros, posseiros e pequenos proprietários) em relação aos donos de terras. Trata-se de um sistema de reciprocidade, de troca de favores, entre os políticos locais e o poder público estadual: de um lado, os chefes municipais e os coronéis conduzem uma quantidade de eleitores a apoiar o governismo; de outro, temos o Estado, “que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça” (LEAL, 1986, p.20).

Com efeito, para o autor, o advento da República, sob as bases do regime federativo e a eleição do governo do Estado, repousa no compromisso coronelista facilitador da montagem, nas antigas províncias, de fortes máquinas eleitorais que sustentam o fenômeno da política dos governadores. O governo estadual, assim, constituía a parte forte desse compromisso consolidado por meio do uso do poder público para fins de política partidária. Desse modo, Leal aponta que o coronelismo se firma no incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, pela parte dos chefes locais.

O governo, a seu termo, dá carta branca ao chefe local governista, geralmente o mais forte no que se refere aos assuntos relativos ao município, inclusive para a nomeação de funcionários estaduais do lugar. Assim, os dirigentes políticos locais, ao direcionarem seus votos para os candidatos governistas, tornam-se credores de especial recompensa, isto é, ficam livres para consolidar sua dominação política no município. Assim sendo, o espírito governista surge como a marca predominante da mentalidade da política coronelista. É apoiando o governo estadual que o chefe local consegue as melhorias julgadas por ele necessárias e urgentes para seu município. Esse tipo de relação gera o estabelecimento de uma ética especial, ou seja, “os compromissos não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas”, prevalecendo para uma ou para poucas eleições (LEAL, 1986, p. 41).

Esses comportamentos fazem com que o paternalismo por intermédio dos chefes locais se torne um importante instrumento de dominação política. Trata-se de um esquema que transforma favores de toda ordem, como, por exemplo, a concessão de empregos, empréstimo ou financiamento de dinheiro, contratação de advogado, providenciamento de médico ou hospitalização, apadrinhamento ou batismo de filhos ou de casamentos, legalização de terras, em realizações concretas dos préstimos pessoais que dependem direta ou indiretamente da pessoa do chefe local. E nesse processo de favorecimento pessoal, muitas vezes, não há fronteiras e nem barreiras entre o que é ou não legal, pois “para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (LEAL, 1986, p.38-9).

Embora o autor defenda que o sistema de compromisso se assenta nas fraquezas dos donos de terras (que dependem do poder) e daqueles que dependem das terras dos coronéis para sobreviver, observamos que o coronelismo persiste mesmo com o fortalecimento do poder público e com a modernização da estrutura agrária no país. Em outros termos, parece que em certos casos, o fortalecimento do poder público tem ampliado o poder de barganha daqueles que controlam o Estado. Isso revela que tal sistema se mostra flexível, com uma capacidade de adaptação extraordinária, metamorfoseando-se nas estruturas legais do poder constituído.

4.2 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

A discussão apresentada sobre a formação da cultura política brasileira. Diante destas análises, poderemos nos questionar: Como é possível relacionar esta cultura política com democracia? Será que a democracia vivida desde aqui do regime militar pôde produzir capital social, no sentido de ampliar e promover uma participação política efetiva e plena?

O que notamos é a especificidade histórica do país, com períodos autoritários e períodos democráticos frágeis e efêmeros. Ao fazer uma retrospectiva histórica, observamos que o Estado no Brasil, têm sofrido com “a influencia de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país” (BAQUERO, 2001, p.3).

A partir dessa perspectiva, estudiosos do pensamento político brasileiro, numa vertente de cunho culturalista, desenvolveram seus estudos no sentido de apontar fatores étnico-culturais da formação da sociedade brasileira. Essa linha teórica trabalhou num plano simbólico-ideológico analisando a institucionalização do poder político no Brasil, a fim de encontrar as raízes do caráter nacional do país (BAQUERO, 2001, p.3).

Como representantes dessa linha de pensamento, podemos referir Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos e Francisco Campos. O que os identifica nessa postura é o esforço teórico de tentar resgatar e compreender as matrizes estruturais da sociabilidade brasileira. Baquero avalia essa tendência teórica, apontando seu ponto de partida e também algumas de suas conclusões. Para esse autor,

o fator preponderante desta linha de análise é a influência do clientelismo, o personalismo e a incapacidade do povo na suposta incapacidade da sociedade em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político. A forma de evolução do Estado teria propiciado a socialização de valores de distanciamento e apatia tornando sua influência na política improvável. Essa tendência não-participativa era consequência de governos e de uma estrutura social que favoreciam muito mais a desmobilização e a inércia do que a participação cidadã (BAQUERO, 2001, p. 3).

Com efeito, notou-se que o Brasil não tinha capacidades de reformular as estruturas tradicionais do Estado, criando duas situações bastante diferentes.

O Estado brasileiro foi capaz de promover o acelerado desenvolvimento econômico e a estagnação do desenvolvimento político, cuja conseqüência, segundo Baquero, expressa-se na “ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus interesses, o que somou uma deficiente mediação entre Estado-sociedade e partidos” (2001, p.3).

A partir dos anos 50, o descompasso entre economia e política permitiu que viesse à tona a tecnocracia, enfatizando a industrialização e colocando a participação popular com algo secundário. O resultado desse modelo é o afastamento dos cidadãos das questões públicas e a visão de que elas devem ser resolvidas por técnicos, que gerem toda a máquina e a burocracia do Estado. Em outros termos, no Brasil,

enquanto o núcleo das decisões estatais ficou a cargo dos técnicos insulados nas agências estatais, deixou-se o espólio do sistema para o uso da política de clientela e do corporativismo: práticas que seriam realizadas, aí sim, pela classe política situada no parlamento. Como o parlamento passa a desempenhar um papel historicamente secundário na esfera das grandes decisões estatais no Brasil, decorrente dessa dinâmica, a hipertrofia do poder Executivo passa a ser uma característica prevacente no Brasil (BAQUERO, 2001, p.3-4).

Para este autor, o patrimonialismo ou também chamado mercantilismo estatal, advindos de um avanço sistemático do poder político no controle da economia e das diferenças sociais, “destruiu a institucionalização dos direitos individuais” (BAQUERO, 2001, p. 4).

Esse processo ocorreu na medida em que encontramos pessoas públicas, como funcionários públicos, parlamentares e personalidades, usufruindo suas funções com o objetivo de atender seus interesses pessoais. Com efeito, os cidadãos brasileiros, já tendo internalizado essa prática (na cultura e na sociabilidade) acabam também por legitimar essas ações patrimonialistas. Trata-se de uma realidade que não permite distinguir com clareza os limites do que é público e privado, uma vez que os brasileiros incorporam na prática política a troca de favores (SCHMIDT, 2001).

São elementos ligados à prática personalista, cuja conseqüência política é a não participação da população em assuntos de interesses comuns. Deixa-se que um representante político pense e aja em seu nome, na base de que ele vai ajudar quem o elegeu,

o que não acontece, porque o eleito busca seus interesses pessoais. É uma prática que todos querem levar vantagem, quando de fato, o poder político serve apenas àqueles que o detêm.

Para Baquero, esse pensamento da sociabilidade brasileira fundamenta-se na organização patriarcal, na fragmentação social, nas lutas entre as famílias, nas virtudes inativas. Nesse caso, o caudilhismo, e logo depois o coronelismo, substituíam segundo Baquero, “a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do estado foram delineadas” (2001, p. 3). Tal situação, por sua vez, levou o poder público brasileiro a incorporar uma dimensão personalista, na proporção de que as relações afetivas ou familiares precederam a constituição do espaço público. Portanto, nessa perspectiva, é fortemente presente o carisma-oniponte do representante político e a dependência do cidadão, realidade que gera uma atitude instrumental em relação à política, isto é, o cidadão faz aquilo que determina o político, sobretudo em relação em quem votar, por consideração afetiva, por medo, ou mesmo de olho nas vantagens pessoais que isso possa lhe trazer.

A partir de práticas como as apresentadas acima, ainda presentes em nossa cultura política, observamos que a experiência política brasileira tem se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, que leva a restrição da população em participar da política, de influir nas decisões do Estado.

O impacto de tal autoritarismo não favoreceu a ingerência da sociedade civil de forma significativa no Estado. Segundo Baquero, “após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas manifestações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo impeachment do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que têm se instalado ao longo do tempo”(BAQUERO, 2001, p. 5). Esperava-se que esses fatos políticos pudessem promover mudanças efetivas na cultura política dos pais, criando meios de participação mais efetivo e duradouro. Todavia, isso não aconteceu de modo significativo. Parece que a população brasileira se mostra vulnerável às crises econômica e problemas sociais que, de modo negativo, não percebe que sua atuação política é que poderá estabelecer um modelo Estado no qual os governos primem por manter a economia e o conjunto das instituições sociais a serviço do cidadão.

A política deixada em segundo plano contribui exatamente para a perpetuação de situação que não promove um Estado cuja finalidade seja o bem comum de sua população. As crises sócio-econômicas devem ser motivos para se requer e ampliar a participação política, e não causa de fuga. Do contrário, a democracia se pulveriza.

Para se entender a democracia brasileira é importante levar em consideração a cultura política, visto que é por meio dela que se é possível regular, bem como legitimar valores políticos. Dado se tratar de um processo a cultura política brasileira “deve ser vista como resultado de um processo interativo e cumulativo de experiências vividas” (BAQUERO, 2001, p.8), em que a recente redemocratização brasileira tem um papel fundamental.

Afinal, que democracia está sendo construída no Brasil?

De acordo com Baquero (2001), para entendermos o desenvolvimento da democracia brasileira na atualidade é preciso partir do processo da desconstrução democrática. Trata-se de uma realidade marcada pelo uso privado das instituições públicas, na medida em que os poderes e os interesses econômicos usam os poderes políticos e as instituições democráticas para dentro de uma legitimidade dominar e enriquecer. Baquero, assim, observa no Brasil “e que a democracia está se sustentando, mas suas instituições, longe de se consolidarem, estão cada vez mais submetidas aos interesses privados dos setores econômicos” (BAQUERO, 2001, p. 4).

O que temos é uma democracia fragilizada, cuja cultura política nacional se mostra ainda incapaz de promover profundas alterações em suas bases. Para Baquero, os resultados desse descompasso geram problemas no tocante à democracia representativa e os:

parlamentos com mais representatividade privadas do que política, eleições que elegem candidatos, mas não os legitimam, instituições políticas que servem para o linchamento político e vinganças privadas, dão lugar a uma desordem democrática capaz de desordenar qualquer ordem e ordenamento social, mas que, paradoxalmente, são naturalizadas por toda sociedade (BAQUERO, 2001, p. 6).

Diante desse quadro, tem-se a idéia de que para sanar problemas ligados à representação política é preciso existir uma maior participação política dos cidadãos. Mas eis uma situação complexa: como exigir maior participação quando a população não confia nas instituições políticas? Assim, pensamos que é preciso melhorar, antes, a própria representação, seja no Congresso como nos partidos políticos, como forma de se promover a confiança, que leva ao interesse pela maior participação política.

Nesse contexto, a compreensão do comportamento político na sociedade brasileira passa pelo entendimento da construção de uma cultura política, que ainda está longe de ser participativa e democrática. Sua caracterização se dá em termos de uma postura

fragmentada e individualista, com pouco capital social que tem se refletido na baixa confiança interpessoal assim como nas instituições.

Segundo Baquero, para reverter esse quadro é necessário considerar que o “desenvolvimento de redes baseadas na confiança interpessoal poderia constituir o mecanismo de resgate da sociedade civil, para um comportamento mais crítico e fiscalizador da coisa pública”. (2001, p.10) Com o desenvolvimento das associações informais, que funcionariam paralelas às tradicionais, fomentar-se-ia a construção de uma cidadania mais crítica e participativa, o que, por sinal, levaria ao aumento do capital social e, logo, ao engajamento cívico, possibilitando o fortalecimento da democracia.

Essa tendência parece tomar corpo entre os vários setores da sociedade, especialmente entre os jovens. As pesquisas constataam que a juventude tem buscado participar de espaços políticos alternativos, menos formais e partidários. Ali, a longo prazo, criam-se vínculos e se estabelecem processos de confiança interpessoal e mesmo institucional, cujo resultado é o aumento do capital social. É assim que a atual participação política da juventude poderá, num futuro próximo, interferir no estabelecimento da cultura política que promova e sustente os valores democráticos, em que a política aparece como elemento fundamental.

4.3 CULTURA POLÍTICA HÍBRIDA⁵⁷

A transição democrática no Brasil, iniciada na década de 80, trouxe a expectativa de que o país poderia entrar numa fase de desenvolvimento seja nos aspectos econômicos como sociais. Isso porque a superação dos regimes autoritários apontava para o resgate da participação política partidária em formas mais democráticas, o que fortaleceria as instituições políticas, tornando-as mais eficientes e eficazes. Entretanto, se o contexto da democracia apontava para os avanços, o que se verificou no conjunto das recentes mudanças

⁵⁷O fenômeno do hibridismo na cultura política encontra-se acenado na obra de Almond e Verba. Como apresentamos no capítulo dois, esses autores elencam três tipos de cultura cívica: paroquial, do sujeito e participante. Se entrarmos nos pormenores, vemos que Almond e Verba consideram a cultura cívica como uma cultura política mista, em que “as orientações políticas da cultura cívica, participante combina e não ocupa o lugar das orientações políticas paroquial e do sujeito” (1963, p.31) (tradução nossa). O fato de considerar que há “interação” entre esses tipos de cultura cívica, abre a perspectiva de abordagem da cultura política em termos da formação de uma cultura híbrida brasileira. Trata-se de uma realidade cultural de nossa política na qual podemos verificar a presença, ao mesmo tempo, de elementos democráticos e autoritários.

políticas em nosso país, foi à permanência de certas atitudes arraigadas na cultura política brasileira, que continuaram afetando o delineamento de nossa democracia.

Há uma conjuntura política se formando no Brasil que tem chamado a atenção de pesquisadores, no sentido de perceber seus elementos e implicações em termos de atuação política dos cidadãos brasileiros.

Marcello Baquero através de diversos surveys realizados no Rio Grande do Sul, aponta que embora os debates girem em torno da construção de uma nova mentalidade democrática *versus* o autoritarismo, ainda “as pesquisas de opinião cada vez mais revelam um distanciamento do cidadão em relação às instituições políticas”. (BAQUERO, apud SCHMIDT, 2001, p.173).

Não podemos deixar de mencionar, e de concordar, que temos no Brasil, segundo Schmidt, “uma cultura política híbrida ou dualista, em que se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e atitudes de apatia e distanciamento das instituições políticas” (2001, p.176). Schmidt com bases em pesquisas e surveys realizados recentemente indica-nos diversos instrumentos de orientações e atitudes políticas, a fim de melhor caracterizar a cultura política híbrida. Para esse autor, há oito traços fundamentais que definem esse conceito, a saber:

- (i) há um apoio difuso ao regime político democrático – os cidadãos têm demonstrado uma preferência majoritária pela democracia frente à ditadura ou outro regime político, bem como a rejeição à hipótese do retorno dos militares ao poder;
- (ii) o voto é valorizado como mecanismo de escolha dos dirigentes políticos;
- (iii) a confiança nos agentes e nas instituições políticas existentes é muito pequena, bem menor do que aquela em instituições sociais, como a família e a Igreja;
- (iv) prevalece entre os cidadãos uma visão negativa de Estado, ao mesmo tempo em que parece crescer a valorização da sociedade civil;
- (v) o sentimento de eficácia política, ou seja, a confiança na capacidade subjetiva de influenciar as decisões políticas, é bastante reduzida entre os cidadãos;
- (vi) o cidadão comum não se guia por orientações ideológicas, prevalecendo o pragmatismo e o personalismo por ocasião das escolhas eleitorais;
- (vii) há uma valorização genérica da participação política por parte dos cidadãos, mas mesmo entre os que lhe atribuem valor a efetiva participação em atividades e instituições políticas é pequena;
- (viii) há uma percepção crítica dos cidadãos em relação a autoritarismo social, mas prevalece ainda a resignação e a impotência diante das relações hierárquicas do cotidiano. (SCHMIDT, 2001, p.176-7)

Com efeito, a cultura política brasileira pode ser caracterizada como híbrida, visto que tais elementos revelam uma realidade marcada por “avanços e impasses, condições econômicas desiguais e capacidade de organização da sociedade civil, novos atores sociais e permanência de velhas figuras” (2001, p.177).

O problema, é que a cultura política híbrida, por conter elementos das várias formas da política nacional, segundo Baquero, acabou gerando também uma “ausência de uma revitalização da sociedade no que se refere ao desenvolvimento de predisposições positivas em relação às instituições políticas e aos políticos em geral (...) assistimos ao que se poderia denominar de um processo de deslegitimação da democracia” (2006, p.50).

Tal quadro nos leva a repensar como as pessoas internalizam normas e crenças a respeito da política. Um dos possíveis caminhos para compreender muitas das atitudes políticas atuais, sobretudo a da juventude, passa pela idéia de que hoje no Brasil, como já apresentamos, “temos uma cultura política híbrida que mistura dimensões formais procedimentais com aspectos informais, em que as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade” (BAQUERO, 2006, p.51).

Constatamos, portanto, que no processo de redemocratização, o Brasil não conseguiu eliminar vícios antigos da política, como “do clientelismo, do personalismo e, sobretudo, do patrimonialismo no cotidiano da política do país” (BAQUERO, 2006, p.51). São, certamente, fatores culturais que impedem a efetivação da democracia, uma vez que as mudanças estão relacionadas a atitudes de crítica, diálogo e mesmo enfrentamento do *status quo*.

Em geral, também não se percebe entre a população brasileira predisposições de participar em atividades políticas ou sociais, “confirmando a constituição de uma cultura política híbrida, caracterizada pela dimensão cognitiva: as pessoas sabem o que acontece na esfera política, mas não se sentem estimuladas a participar” (BAQUERO, 2006, p.64).

Por exemplo, um dos motivos do descrédito na política partidária ocorreria devido ao discurso durante a campanha eleitoral e a imensa discrepância depois que os candidatos a cargos públicos quando assumem seus mandatos.

Há, então, entre os cidadãos, uma frustração a cada eleição, reforçando a deslegitimação da democracia e, mais ainda, a (des) ativação política dos cidadãos.

Contudo, o que já podemos observar é uma participação dos cidadãos em organizações autônomas, paralelo às instituições tradicionais, expressando-se através de:

grupos informais como legítimos agregados do interesse coletivo perante o Estado, sem que isto signifique a substituição das entidades antigas de mediação política nem a diminuição do significado da democracia formal. Trata-se, sim, de tornar as pessoas mais protagônicas na política e não meramente entes passivos que se limitam a externar suas demandas via pesquisas de opinião pública (BAQUERO, 2006, p.55).

Tais grupos, através de suas ações, não só estariam reinventando a política, mas também a cultura política, o que teria incidência sobre o próprio Estado, uma vez que a sociedade civil teria maior controle sobre a coisa pública. A nova cultura política brasileira, assim, aponta para “proliferação de espaços públicos não estatais a partir dos quais seja possível republicizar o espaço estatal, entretanto, privatizado pelos grupos sociais dominantes que exercem hoje o poder por delegação do Estado” (SANTOS, apud SOUZA, 2006, p.148).

Com efeito, a cultura política híbrida traz também mecanismos de fortalecimento de nossa experiência democrática, à medida que se atrela ao capital social, gerando confiança, solidariedade, compromisso e acesso a informações sobre a vida política nacional. Esses mecanismos

contribuem, não só para o nascimento de uma nova cultura política de maior responsabilidade social, de valorização do cidadão, de fortalecimento da sociedade civil, mas também para o questionamento do papel do próprio Estado, para a necessidade de mecanismos alternativos de gestão pública e das questões inerentes a um desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. Contribuem, com certeza, para a ampliação da esfera pública, para a reação e a organização da sociedade civil brasileira. Contribuem para o surgimento de uma nova visão estratégica de desenvolvimento fundamentada nas potencialidades regionais, na participação direta do cidadão, na transparência, na identidade, nos valores e interesses locais (FRANTZ, apud SOUZA, 2006, p.148).

Acreditamos ser esse o caminho possível para uma maior participação política; para que se fortaleça a democracia no país, ou seja, um maior envolvimento dos cidadãos com a política, rompendo com a indiferença que costuma prevalecer.

4.4 PESQUISAS SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA E POLÍTICA

Que lugar ocupa a política para a juventude brasileira? Essa é pergunta que norteia as duas pesquisas sobre participação política dos jovens no Brasil, analisadas aqui.

Observamos que o cenário em que se encontra atualmente a juventude é complexo e preocupante. Os conflitos sociais vividos pela juventude brasileira são assustadores. Segundo dados oficiais do governo brasileiro e do Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o maior número de vítimas de homicídios no Brasil se encontra entre os 15 e 25 anos de idade. Tal fato pode ser interpretado e justificado pela carência de oportunidades de integração socioeconômica e pela ausência de uma política-cultural para a juventude.

Ainda pode ser visto pela dificuldade de diálogo entre os jovens e os mecanismos institucionais, sejam estatais, sejam sociais, como a instituição familiar e a escola. Um outro conflito, que é o enfoque central deste trabalho, é o de ordem política e está relacionado com o sentimento de apatia e de descrença dos jovens em relação às instituições e aos políticos, atitudes vistas com muita frequência.

A socialização política do jovem está distorcida e precária, e há também uma enorme ausência de políticas públicas⁵⁸ específicas para essa parcela de nossa sociedade.

Como sabemos, a juventude é fundamental para a organização interna de qualquer país, é ela quem forma “o grupo que renova, que questiona; é a juventude que capta as mudanças com mais facilidade e pode dar respostas a novos tempos, novas épocas, a juventude é futuro”(BORAN, 2000, p.12). Os jovens mostram-se vulneráveis às questões como desemprego, violência e drogas, problemas estes que vêm se agravando.

Segundo as estimativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde que a Constituição Brasileira, em 1988, instituiu o voto facultativo para os jovens de 16 e 17 anos, nunca foi tão reduzido o número de títulos emitidos nessa idade, como verificamos em eleições anteriores a 2006. Basta, por exemplo, observar que em 1998 foi confirmada a tendência sempre decrescente em relação aos anos anteriores. Eis os números:

- *1989*: 3.305.047 eleitores;

⁵⁸Entendemos aqui políticas públicas do mesmo modo que o educador Antonio Carlos Gomes da Costa (2004): políticas públicas é o conjunto de políticas econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, em conjunto ou não com a sociedade civil, para atender demandas específicas de grupos sociais, como, por exemplo, a juventude. As políticas públicas, assim, visam sanar e promover setores da sociedade que se encontram desprotegidos. É uma forma do Estado realizar seu papel social, garantido o bem-estar dos cidadãos.

- 1992: 3.221.480 eleitores;
- 1996: 2.375.464 eleitores;
- 1998: 1.874.612 eleitores.

Nesse sentido, Schmidt diz que o voto facultativo aos 16 anos tem servido como termômetro do humor juvenil no que se refere à participação no processo eleitoral.

A situação dos números apresentados pelo TSE preocupou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), já que estamos em um momento em que o Brasil conta com a maior população de adolescentes de sua história.

Esse órgão das Nações Unidas também já vinha apontando em seus estudos que nossa sociedade não se preparou para receber tal volume de adolescentes, e nem lhe ofereceu, as condições mínimas para o exercício pleno de sua cidadania. É o que veremos a seguir.

4.4.1 Relatório da UNESCO⁵⁹

O desinteresse pelo processo eleitoral, segundo o Relatório do Discurso do Representante da UNESCO (1999), é sinal de que a juventude está desencantada com o voto, isto é, com seu poder de transformação política. Esse processo vem se agravando a cada eleição, já que pesquisas indicam que a crença dos jovens no poder de mudança pela via da participação na esfera pública, é mínima⁶⁰.

Foi nesse contexto que a UNESCO deu início a uma série de pesquisas, inicialmente nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba. Os resultados publicados em 1999, no relatório intitulado *o Jovem e a Democracia* são espantosos. Vejamos alguns dados:

A pesquisa de Brasília procurou enfatizar a questão da cidadania, sobretudo no aspecto da confiabilidade, elemento importante do capital social. E constatou que:

⁵⁹Os dados apresentados nesse tópico trata-se de uma análise apresentada na Unesco Brasil, no Relatório do Discurso do Representante, do dia 09/09/1999.

⁶⁰Essa questão é tão urgente e preocupante que, segundo Lopes (2004), completou-se a 9ª Edição da Campanha “Se liga 16”, realizada em todo o país, através da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O objetivo dessa campanha é incentivar os jovens que atingiram a idade mínima a cadastrar-se nos cartórios eleitorais e também influenciar no processo de escolha dos administradores do poderes legislativo e executivo.

Os jovens em geral revelam que desacreditam nas instituições públicas: 5% diz não acreditar em nenhuma delas; 1,5% diz confiar na escola-universidade; 0,7% no poder judiciário; 0,5% no Congresso; 0,5% em entidades estudantis; 0,2% em entidades sindicais; 0,2% na polícia e 0,2% no governo (UNESCO, 1999, p. 2).

De modo geral, de acordo com os resultados finais apresentados nesse relatório, se somarmos os percentuais de confiança, obtemos um número bastante baixo: apenas 3,8% dos jovens entrevistados em Brasília dizem confiar nas instituições sociais. Em contrapartida, descontado quem não confia em nenhuma dessas (5%) instituições, temos que 91,2% dos jovens desacreditam em alguma dessas instituições.

Os questionamentos são inevitáveis: o que está acontecendo com tais instituições que os jovens já não mais confiam nelas? Qual é significado dessa desconfiança dentro um processo democrático, em que a confiança é base para seu funcionamento e ordenamento? Trata-se, de fato, de uma realidade que preocupa, haja vista a necessidade que temos de fortalecer nossa democracia.

Essa mesma pesquisa indicou que 92,8% dos jovens não participam de atividades político-partidárias e 88,1% conversam pouco ou não conversam sobre política. A pesquisa conclui que entre tais jovens:

Essa ausência de prática política pode levá-los a ter dificuldade para exercer qualquer papel no processo político-histórico do país e como agentes transformadores da realidade que eles mesmos criticam. O exercício pleno da cidadania parece, portanto, não ser praticado pelos jovens, pois isto implica praticar idéias, habilidades e compromissos políticos que, por sua vez, criam um sentido de identidade social (UNESCO, 1999, p.02).

Assim, diríamos que “a juventude brasileira vive uma vulnerabilidade, apesar de ser um grupo significativo tanto demograficamente como economicamente” (SOUZA, 1999, p.52). Para a UNESCO, isso exige uma nova forma de conduzir a política do país, a qual deverá garantir um amplo espaço de debates sobre questões sociais, educacionais e culturais referentes à juventude e à sua formação e atuação políticas.

A pesquisa da UNESCO mostra que há um deslocamento dos jovens no que se refere à sua atuação social e política. Eles, na maioria das vezes, não praticam a política de cunho partidário ideológico, como se deu com o movimento estudantil. Na década de 60 essa situação ocorre, segundo a UNESCO (1999), devida uma crise na formação política dos jovens estudantes, crise que começa a se mostrar no sistema escolar no que se refere à fragilidade de organizações estudantis. Há uma carência de grêmios estudantis, diretórios

acadêmicos e outras formas de organização dos estudantes. Em alguns casos, são os próprios professores e as escolas que não estimulam a criação dessas organizações estudantis.

O depoimento de um aluno ajuda-nos a compreender essa postura, muitas vezes marcada por uma visão autoritária, contrária à democracia << *tinha grêmio e acabaram, aboliram. O grêmio estava se opondo à escola. Discutiram, mas os professores não quiseram, por que os alunos acharam que era para discutir idéia*>> (UNESCO, 1999, p.4).

E se os jovens estão deslocados dos espaços convencionais de atuação política, como os grêmios estudantis, a UNESCO (1999) também constata que eles podem ser encontrados em outros grupos ou organizações, como no movimento *hip-hop, no reggae, no rock*, ou em movimentos ligados a questões ambientais, de esportes ou, ainda, em grupos vinculados à religião.

Analisando ainda o relatório da UNESCO, realizada na cidade do Rio de Janeiro, os jovens entrevistados, de dezesseis anos, disseram não ter mais sentido o ato de votar. De acordo com os depoimentos coletados, os jovens afirmam: << *Vou chegar lá e anular meu voto*>>; << *O voto não deveria ser obrigatório*>>; << *Eu ainda não votei porque não tenho 16 anos, mas tão cedo não vou tirar meu título, pra quê?*>>; << *Mesmo se eu tirasse meu título eu iria anular meu voto*>>; << *Eu não estou empolgada, só vou votar porque sou obrigada*>> (UNESCO, 1999, p.3).

Trata-se de atitudes que se revelam negativas no contexto de promoção da participação política institucional isto é, os jovens entrevistados se mostram reticentes em relação à representação política do Brasil. Essa atitude também quer dizer que o distanciamento da juventude da esfera da política convencional, assim como a pouca disposição para participar implica no suprimento de suas necessidades básicas. Como incorporar a população juvenil nas esferas políticas? Qual é a contribuição do contexto democrático no processo de socialização política no sentido de promover a maior participação política dos jovens, tanto em canais convencionais, como nos meios alternativos?

A pesquisa realizada pela UNESCO em Fortaleza traz mais informações sobre o assunto. No item que diz sobre o que jovens estão pensando da política, destaca-se a semelhança entre as falas de jovens de características e estilos diferentes. De certa forma, tais jovens também se mostram desacreditados com a política nacional. A indignação com tal situação é também marcante. A seguir, alguns depoimentos:

A política hoje em dia não vale nada para mim, num vale uma merda – a política ... Nem sei não, esse negócio de política, eu num entendo não, nem quero entender porque é só um quebra-cabeça para gente o que é doido? (jovem da galera). (UNESCO,1999, p.3)

A política é uma máfia! Eu acho que ela é uma máfia, que o interesse deles vem pra eles e pouco vem pra nós, né? (jovem dependente de drogas). (UNESCO,1999, p.3)

É tudo muito sem futuro esse negócio de política. Só tem roubo! Eles gostam é de roubar. Político, é só roubo. Eles não participam, eles só participam nos votos. Só querem é ganhar voto. E não mudam nada... (jovem de escola pública). (UNESCO, 1999, p.3)

Não, eu não acredito nesse negócio não. Porque para mim, política aquele grupinho ali, tudo ali acontecendo. Você acha que vai ter um que vai ficar vendo todo mundo tirar as coisas e só ficar olhando? (jovem de escola particular). (UNESCO, 1999, p.3)

Política ... a gente acha que nem existe mais política, porque quem tá aos poucos se apoderando do Brasil. O nosso país é dos Estados Unidos, cara, daqui a pouco o Fernando Henrique não existe mais, não existe mais presidente pro Brasil não ... Burocrática, eu acho que nem pode chamar mais de política, sei lá, é um jogo muito sujo, muito roubo, tudo, tudo de ruim, muito junto. (jovem homossexual feminina). (UNESCO, 1999, p.3)

É, fomos nós que tiramos o Collor, né? É a política, ela sempre prega essa ilusão. É aquela coisa ... a gente tem o governo que merece mas pior não pode ficar. E a gente sabe que tá piorando. (jovem de grupo religioso). (UNESCO, 1999, p.3)

E os jovens curitibanos não são diferentes. Nos resultados obtidos da pesquisa nas outras regiões brasileiras. O desinteresse pela política começa na família, com 54,3% de jovens que não conversam em casa sobre política, isto é, a maioria dos jovens entrevistados. Essa apatia ou aversão em relação à política continua nos meios de comunicação de massa: apenas 15,3% dos jovens responderam que sempre assistem noticiário político e 50,9% assistem eventualmente. A mesma tendência se observa entre os jovens em relação ao gosto de conversarem sobre política. Somente 8,1% afirmaram que sempre conversam, enquanto 40,7% conversam eventualmente e 33,6% nunca conversam⁶¹.

Ainda de acordo com o relatório da UNESCO, os jovens curitibanos expõem uma grande descrença nas instituições políticas e constroem uma visão negativa sobre os políticos, que não cumprem o prometido e tiram vantagens do exercício de seus cargos. Os jovens entrevistados deram nota 3,07 aos partidos políticos, a menor entre as opções: partidos

⁶¹Esclarecemos que a pesquisa analisada pela UNESCO não apresenta os demais resultados, que permitiriam fechar os 100%.

políticos, governo, congresso, judiciário e família. Trata-se uma situação confirmada também pela grande ausência dos jovens curitibanos em atividades político-partidárias: 92,9% das respostas dadas. Os números apresentados nessas pesquisas por cidade revelam uma realidade em termos da participação política dos jovens. A atitude de descrença da juventude leva quase sempre a não participar do processo político. Em sua maioria, os jovens encontram-se fora da política convencional, como por exemplo das eleições, ao não fazerem uso do direito facultativo ao voto aos 16 anos. Trata-se de uma realidade que preocupa a UNESCO.

Se fosse o caso de levar ao pé da letra as palavras de Rousseau no Contrato Social, para quem a ruína de Estado começa quando seus cidadãos afirmam não gostar da política, teríamos de ficar realmente alarmados com a posição alheia dos jovens em relação à política (UNESCO, 1999, p. 7).

Os exemplos apresentados pela UNESCO nos indicam desilusão dos jovens com a política. Notamos, portanto, que é preciso haver uma discussão mais ampla sobre a politização dos jovens, principalmente na questão da socialização política. Esse órgão ligado à educação está preocupado com o futuro da juventude brasileira. Dizia, em 1999, que era necessário ter presente que há uma tendência de crescimento da população jovem do Brasil, e que o futuro das próximas gerações depende da melhoria da condição sócio-econômica em nível nacional.

A UNESCO, nesse estudo, sugere que a juventude brasileira precisa ser integrada na ação transformadora da situação política que em 1999 ela apontava com ruim. Também acreditamos que nosso quadro político atual se mostra negativo, todavia, devemos trabalhar para que os jovens se interessem dele, e como força social que são, possam contribuir pra melhorá-lo a curto, e longo prazo. Para isso, a UNESCO, já em 1999, sugeria que “os responsáveis políticos, os educadores e pais possam compartilhar, com as categorias de pensamento e ação dos jovens, um projeto em favor do aprofundamento da cidadania, essa difícil construção sócio-histórica, cultural individual” (UNESCO, 1999, p.8). Trata-se de um valor imprescindível em se tratando da consolidação da democracia brasileira, e a participação política convencional é também uma forma importante de atuação do jovem na esfera pública.

4.4.2 Dados da Fundação Perseu Abramo

Chama a nossa atenção na pesquisa *Juventude: Cultura e Cidadania*, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA), em 1999 o fato de que os jovens das regiões metropolitanas⁶² situam hoje a política em um ponto intermediário, isto é, nem de extrema importância nem muito irrelevante. A partir dessa pesquisa, é possível observar o expressivo contingente de jovens que conhecem e acompanham as atividades de outros jovens e/ou se auto-organizam em grupos ligados a atividades culturais e de lazer.

Os resultados dessa pesquisa apontam que 56% dos jovens metropolitanos afirmam conhecer algum grupo cultural jovem no seu bairro ou comunidade.

A tabela abaixo mostra quais grupos esses jovens mais conhecem:

Tabela 2 - Grupos mais conhecidos pelos jovens

	33%
Dança	15%
Patins/skate	13%
Teatro	12%
Ciclista	11%
Pichadores	11%
Grafitheiros	9%
Rádios comunitárias	5%

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados da Fundação Perseu Abramo, 1999

Por outro lado, são membros de algum grupo dessa natureza 11% dos jovens (cerca de um milhão, na soma das áreas metropolitanas pesquisadas), com destaque para os grupos de música (4%), dança (2 %) e teatro (2%), e não são membros, mas participam de suas atividades, como espectadores ou acompanhantes de outros (6%).

Com efeito, notamos que há de um grau de auto-organização e mobilização em torno de atividades culturais e de lazer que, embora minoritário, supera a participação em atividades de cunho político, através dos diferentes canais institucionais disponíveis.

Parece que há mudanças significativas nas atitudes políticas dos jovens brasileiros. As pesquisas abaixo apresentam resultados que nos permitem perceber mais

⁶²A pesquisa foi desenvolvida em nove regiões metropolitanas, sendo elas, Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e no Distrito Federal, com jovens residentes de quinze a vinte e quatro anos.

claramente o que está acontecendo com a juventude brasileira em termos de sua cultura política. Em resposta espontânea e múltipla à pergunta aberta “quais os assuntos que mais lhe interessam atualmente?”, os resultados da pesquisa aponta que a política aparece em 7º lugar, citada por 11%, praticamente no mesmo patamar de questões como saúde (10%), economia (9%) e segurança/violência (9%). Bem abaixo, portanto, de temas ligados a emprego (37%), educação (30%), cultura e lazer (27%), família (25%), relacionamentos/amizades (22%) e esportes (20% - este é o 2º de maior interesse dos rapazes, citado por 34%, mas o interesse cai pouco 7% quando as meninas são incluídas).

Esses dados evidenciam que os jovens estão ligados a questões de saúde, economia e segurança, que envolvem diretamente questões políticas. Portanto, os dados expressam preocupações que atingem primeiro, a sua vida cotidiana. Os dados nos dizem que há um interesse maior por questões pessoais e, ou sociais, e só secundariamente a política. Esse fato representa uma característica no Brasil, como um todo, e é explicado justamente pela cultura política: são situações que atingem a sociedade, atingindo também o público juvenil.

Essa secundariedade da política, por um lado, confirma-se nas respostas à pergunta estimulada, em que, entre 10 assuntos sugeridos, a política aparece colocada em 8º lugar como tema em que os jovens “têm mais interesse pessoal”, citada por 21%, à frente apenas de ética e moral (16%, em nono lugar) e ecologia e meio ambiente (13%, em décimo lugar). Numa ordem crescente, do primeiro ao sétimo, os jovens, de modo geral, estão mais interessados em assuntos como educação (46% das respostas), sexualidade (39%), drogas (36%), esportes (32%, sendo 50% entre os rapazes e 16% entre as moças), desigualdade social e pobreza (32%), artes (29%) e racismo (27%, citado como de maior interesse por apenas 16% dos jovens brancos, mas por 45% dos jovens negros).

O interesse secundário por política não significa, no entanto, o não reconhecimento de sua importância. O problema é mais complexo. Em uma seqüência de perguntas estimuladas em que se solicitou aos jovens que indicassem entre os 10 temas acima os três “que mais gostariam de discutir com seus/as amigos/as”, inicialmente política apareceu outra vez no fim da lista (em 9º lugar, com 13%, junto com ecologia, 12%), ainda refletindo um certo grau de interesse pessoal.

Já entre os temas “que mais gostariam de discutir com seus pais ou responsáveis”, a política melhora um pouco de posição (7º lugar, citada por 23%), aparecendo junto com racismo (25%), à frente de esportes (17%), artes (13%) e ecologia (9%). O interessante, contudo, é que na pergunta sobre os temas “que acham mais importantes para

serem discutidos pela sociedade”, a política salta para o 1º lugar: é citada por 48% dos jovens, junto com desigualdade social e pobreza (45%), ficando à frente de educação (42%) e drogas (41%).

Na verdade, os dados apontam que os jovens não se reconhecem enquanto membros da sociedade. Eles reconhecem a importância dos temas políticos, mas não se consideram aptos a discutir e decidir sobre eles. Ou seja, trata-se de um claro déficit de cidadania. A juventude percebe a importância da política para a sociedade e por isso quer a sociedade discuta-a com mais profundidade e clareza, mas os jovens se sentem desmotivados em participar desse processo, seja por falta de elementos formativos, seja pela dificuldade em encontrar um canal de participação. Parece que eles vêem a política como algo a ser feito por profissionais e adultos, não acreditando que a voz da juventude possa ser ouvida.

Em resposta à pergunta direta sobre a importância da política, metade dos jovens disse considerá-la muito importante, 26% mais ou menos importante e apenas 20% nada importante. A estes últimos foi indagado o porquê da não importância à política, e a quase totalidade das justificativas desse grupo revela um deslocamento da questão da política em si para a pessoa e o comportamento dos políticos: a política não é importante, argumentam, porque os políticos “não cumprem nada do que dizem/não resolvem nada” (38%), “são todos corruptos/ ladrões” (27%), “só os políticos ganham salários altos” (8%), “tudo é mentira” (9%).

De fato, o reconhecimento do papel das instituições políticas (boas ou ruins) e a distinção da política como ideal de atividade humana em substituição à violência na mediação de conflitos só são possíveis a partir de um olhar que vá além das formas concretas predominantes com que a política institucional e profissionalizada tem mostrado sua cara hoje no Brasil. A dificuldade para esse exercício de abstração explicaria porque a noção de que a política é importante é partilhada por apenas 25% dos jovens que não ultrapassaram o ensino fundamental, e expressivas 8% dos que concluíram ou cursam o ensino superior. De forma semelhante, em cada três jovens investigados, há dois que reconhecem que a política influi em suas vidas (33% acham que influi muito, outros 33% um pouco) e um acha que não influi (31%). Entre este último grupo, está a percepção manifesta por 40% dos que não cursaram além da 8ª série, mas por apenas 7% dos que chegaram a uma faculdade. Quer dizer, a escolaridade é um fator que influi no entendimento do jovem sobre a política.

Mas, se a maioria dos jovens reconhece a importância social e a influência da política em suas vidas, ao se inverter a pergunta – indagando sobre o grau de influência que eles exercem sobre a política – os resultados apontam para um problema de outra ordem: o

descolamento entre as instituições políticas e o cotidiano dos jovens, levando-os a ver a política como algo distante, quando não inalcançável. Menos da metade (39%) acredita ter influência sobre a política (26% acham que influem um pouco e apenas 13% que influem muito), contra 56% que acreditam não influenciar a política. Mais uma vez, o nível de escolaridade interfere: não influencia, segundo 38% do *mais* escolaridade e 66% os *menos* escolarizados. Outra questão que expressa esse distanciamento, é que para muitos, a política é importante, mas para ser feita por outros. Nesta questão, concordam totalmente 25%; em parte: 18%. (...) esses 43%, encontram-se 51% que não ultrapassaram o ensino fundamental e 21% chegaram ao ensino superior. Isso mostra que a educação formal é um fator importante para o desenvolvimento da cidadania política. Em outros termos, quanto mais alta a escolaridade, maior é o interesse por política, isto é, a educação influi no processo de socialização política, cujo capital social encontra-se atrelado. A escolarização é uma realidade que melhora a participação política porque promove o interesse por assuntos ligados à política, formal ou não.

A pesquisa constatou ainda uma baixa taxa de participação em atividades políticas convencionais e afins: apenas 4% dos jovens que estão estudando participam de centros ou diretórios acadêmicos; só 3% dos que estão trabalhando têm algum vínculo com sindicatos ou associações profissionais; 8% participam de reuniões de partidos políticos, sendo 6% eventualmente e 2% sempre.

4.4.3 Análise das Pesquisas

Com efeito, os resultados das pesquisas revelam que se trata de níveis de participação inferiores aos observados em relação a grupos de jovens auto-organizados em torno de atividades culturais.

Isso aponta um caminho para o diálogo com os jovens e a reversão desse quadro: o desenvolvimento de políticas de lazer e cultura voltadas especificamente para a juventude – uma tarefa já iniciada por muitas entidades não governamentais e por alguns governos, principalmente locais, pode ser uma saída para estimular a politização. Poderíamos ainda lembrar que seria interessante desenvolver políticas públicas de integração, isto é, escola em tempo integral, atividades esportivas no bairro, atividades culturais (político-culturais, inclusive) organizadas nas escolas e nos bairros, etc.

Cabe, portanto, aos governos essa responsabilidade e também à sociedade civil, enquanto capaz de se organizar, estabelecer e exigir o cumprimento de tais atividades.

Portanto, os novos espaços de atuação política, cada vez mais comuns entre os jovens, podem ser compreendidos como uma forma inovadora de responder ao problema da apatia política na qual que se encontra a maior parte da juventude brasileira.

Como vimos no segundo capítulo, juntamente com a idéia de capital social, podemos mencionar o conceito de empoderamento, que é justamente o processo que visa fortalecer a autoconfiança, proporcionando aos cidadãos a “reflexão e ação de suas práticas cotidianas como proposta de intervenção na realidade, por meio de um processo intencional e conscientizador no âmbito educacional” (SILVEIRA, 2006, p.261).

Para, de fato, efetivar a construção do capital social e, logo, do empoderamento, Baquero propõe algumas formas, tais como:

- 1)Privilegiar a dimensão coletiva e não individual;
- 2)Estabelecer a reciprocidade mútua na busca de objetivos comuns;
- 3)Incentivar a formação de associações;
- 4)Promover o desenvolvimento de valores e normas de natureza coletiva para gerar um convívio harmônico e cooperativo;
- 5)Promover a participação cidadã. (2006, p.64)

Por fim, cabe dizer que, se os jovens se mantêm distantes da política, de acordo com a pesquisa realizada pelo Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA) a grande maioria acha que pode mudar o mundo, (mudar muito, 54%; mudar um pouco, 30%,). E a mudança que os jovens fariam no mundo é a erradicação de seus problemas mais pungentes: a violência, o desemprego, a fome, as injustiças sociais, as drogas, a pobreza e a miséria. São problemas sociais que majoritariamente atingem o cotidiano juvenil, mas é claro que são problemas políticos Podemos, então, dizer que as energias utópicas não estão esgotadas, que os jovens têm o desejo de um mundo melhor e apostam em sua capacidade de transformação.

O que apresentamos ao longo desse capítulo não visa afirmar que os jovens recusam a fazer política tradicional, mas se interessam por espaços alternativos do fazer política. Em termos de percentuais, as diferenças esse dois grupos são pequenas: de modo geral, 7% participação política tradicional, e 11% participação política alternativa. A cultura híbrida brasileira encontra-se na base dessas mudanças de comportamento político dos jovens,

revelando os problemas existentes, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de se rever o processo de socialização política dos jovens.

Os espaços alternativos são importantes sim, mas a socialização política precisa ser reforçada para a política como um todo seja vista positivamente. É necessário fazer com o jovem se sinta também interessado por política mais convencional como forma de exercício de sua cidadania e expressão do capital social acumulado pelas sociedades, no caso a brasileira.

Por fim sublinhamos que o relatório da UNESCO nos mostra que as instituições políticas são mal vistas pelos jovens. E a pesquisa do Perseu Abramo revela que os jovens têm uma simpatia pelas instituições. É a partir destas realidades, que nos capítulos seguintes apresentaremos os resultados de nossa pesquisa realizada em Londrina.

PARTE II
OS JOVENS DE LONDRINA

5 JUVENTUDE E POLÍTICA EM LONDRINA

Conforme descrevemos nos capítulos anteriores a respeito dos jovens e de sua participação política, neste capítulo trataremos especificamente da pesquisa feita por amostragem, que procura apontar como os jovens estudantes da cidade de Londrina encaram a sua participação nos diversos processos políticos. Na pesquisa, o objetivo foi observar questões conexas ao processo eleitoral, isto é, como os jovens estudantes vêem a si mesmos em relação à política, ao processo eleitoral, à democracia, à cidadania, e onde e como fazem a experiência da participação política.

Enfim, a intenção desta pesquisa não é meramente confirmar ou refutar as pesquisas analisadas, mas, sobretudo, analisar se os jovens de Londrina apresentam opiniões e atitudes semelhantes ao que foi apresentado nos capítulos anteriores e quais os fatores determinantes dessas opiniões e atitudes. A pesquisa não pretende conhecer apenas os jovens entrevistados, ou seja, os que foram efetivamente convidados, mas pretende, isto sim, apresentar o perfil político do jovem estudante de Londrina, partindo de uma amostragem probabilística por conglomerados que abrange toda a cidade de Londrina.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Dentre o universo de jovens no município de Londrina, Paraná, escolhemos os jovens estudantes, com a faixa etária entre 16 e 17 anos. Essa escolha se deu, sobretudo, devido a algumas limitações impostas pelo curso de mestrado, pois como tempo é exíguo, tornou-se mais viável trabalharmos com os jovens estudantes. Um outro motivo da escolha se deu pelo fato de que o jovem estudante nesta faixa etária é o que possui a idade em que o voto ainda é facultativo. Procuramos, então, verificar seu interesse “espontâneo” pela política, visto que o voto é obrigatório no Brasil a partir dos dezoito anos. A opção pelo jovem estudante, foi motivada também porque, por meio das escolas, é possível chegar até eles de modo mais facilitado, visto que nas escolas se concentra (sobretudo no Ensino Médio) o maior número de juventude em Londrina.

Consideramos a possibilidade de levantar dados também sobre os jovens dentro dessa faixa etária que estão fora da escola, ou seja, os que apenas trabalham e os que

não estudam e nem trabalham. Entretanto, devido à complexidade do acesso a esse universo, bem como a longa demanda de tempo, e tendo em vista as exigências no cronograma desse estudo, decidimos não incluir esse público juvenil na aplicação do questionário.

No que se refere à faixa etária, ela foi escolhida porque melhor expressa a particularidade deste trabalho de pesquisa, isto é, *O Jovem Eleitor e a Política*. Jovens estudantes de 16 e 17 anos estão na idade de retirar seu título de eleitor, ainda que tal direito lhes seja facultativo. Sendo assim, podemos perceber quais são as motivações em participar ou não, desmistificando ou reforçando a idéia de que os jovens, de fato, são politicamente apáticos.

Para a elaboração da amostra de pesquisa, recorremos aos dados do Núcleo Regional de Educação de Londrina (NRE) e ao Sindicato das Escolas Privadas de Londrina. Essas duas instituições nos forneceram os números e os nomes dos alunos matriculados no Ensino Médio por escola, faixa etária que nos interessa nesta pesquisa, bem como por período e turno. Na confecção da amostragem, escolhemos como critérios relevantes as seguintes variáveis:

- ❑ Diferença de gênero;
- ❑ Se trabalha ou não trabalha;
- ❑ Se estuda em escola pública ou privada;
- ❑ Se participa ou não da atividade comunitária.

O que interessa é saber em que medida esses fatores contribuem para elevar ou rebaixar o nível de interesse dos jovens em relação à política.

Em Londrina, o número total é de 18.204 alunos matriculados no Ensino Médio nas escolas públicas e 4.056 nas escolas privadas. Fizemos o levantamento por escola, selecionando as escolas de porte pequeno, médio e grande, que nos interessa na aplicação na pesquisa, já que pretendemos uma amostragem mais heterogênea e abrangente, ou seja, constituída não só de escolas de um mesmo porte. Segundo o NRE de Londrina, uma escola de grande porte é aquela com mais de 500 alunos matriculados no Ensino Médio; de médio porte, entre 250 a 500 alunos e de pequeno porte com até 250 alunos matriculados.

De posse do levantamento das escolas públicas, agrupamo-las seguindo as cinco regiões da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro), segundo o porte pequeno, médio e grande. A divisão por regiões foi importante, pois sua localização representa realidades sócio-econômicas diferentes.

Dentre as escolas públicas de cada região, foram sorteadas aleatoriamente duas delas, sendo uma de grande porte e outra de médio porte. A divisão deu preferência às

escolas com alunos matriculados nos turnos matutino e noturno, com a intenção de sempre manter uma amostra mais abrangente possível. Escolas que não tinham os dois turnos não foram incluídas no sorteio, uma vez que implicaria uma dificuldade maior de acesso para aplicação do questionário. Nas regiões em que não havia escola de grande porte, o sorteio foi realizado dentre as escolas de pequeno e médio porte.

No tocante às escolas privadas, o critério de seleção de amostragem não se deu por regiões urbanas. São escolas que, de modo geral, apresentam características do ponto de vista sócio-econômico mais homogêneo e todas se encontram situadas na área central. Essas escolas foram agrupadas em pequeno, médio e grande porte, de acordo com a classificação do NRE. Além desses dois critérios, introduzimos um terceiro grupo, que é o das escolas confessionais, isto é, escolas que trabalham com uma visão religiosa bastante clara e definida, também com a intenção de abranger de modo mais amplo a diversidade dos jovens da cidade. Dentre as escolas confessionais, aleatoriamente, foi escolhida apenas uma escola, independentemente do seu porte. É preciso ressaltar que, diferentemente das escolas públicas, nas instituições privadas não há o período noturno, portanto, todos os entrevistados das escolas privadas estudam no período diurno.

Tendo agrupado, por meio de sorteio, as escolas públicas e privadas, por região, porte e fator religioso, chegamos ao número de alunos da amostra. Ela foi construída seguindo essa proporcionalidade. A amostra abrange cerca de 2% do total de alunos londrinenses, na faixa entre 16 e 17, estudantes do Ensino Médio. Isso corresponde a um total de 270 alunos que foram entrevistados, a margem de erro é menor ou igual a 5%.

Os estudantes que responderam ao questionário foram selecionados aleatoriamente em número de dois ou três por sala de aula, de acordo com o número de sala destinado para o 2º e 3º anos do Ensino Médio. Como critério de escolha foi também determinado um percentual bem próximo entre meninos e meninas, sempre dentro da faixa etária de 16 e 17 anos, com pouca variação. (Ver amostra no Anexo 1)

Quanto à aplicação do questionário (Ver Anexo 2), ela aconteceu no mês de setembro de 2006. Foram formuladas 27 questões, 24 abertas e três fechadas. Entretanto, apenas as questões fechadas serão analisadas nesta dissertação. As questões abertas possibilitam uma análise qualitativa mais aprofundada, todavia, por uma questão de tempo, não foi possível, analisá-las aqui.

A seguir, analisaremos os resultados da nossa pesquisa, considerando como as variáveis: *gênero, trabalho, escola pública versus privada e participação em atividades comunitárias* se podem ou não interferir na percepção dos jovens entrevistados em relação à

política. As variáveis, trabalho e escola pública ou privada, envolvem o fator socioeconômico e o modo como os jovens fazem à experiência cultural em termos de relações e visão de mundo. No trabalho, é outra vida, com exigências e preocupações.

Na escola, por exemplo, os assuntos são diferentes, ainda mais se for escola privada, onde se pressupõe que os estudantes tenham padrão de vida mais alto. É fundamental, também, a variável da “atividade comunitária”, pois permite avaliar se ela estaria ou não interferindo na construção do capital social. Sendo assim, o questionário procurar verificar se há diferenças na percepção dos jovens tendo em vista fatores sociais e culturais que nos parecem relevantes.

Para termos uma compreensão melhor dos resultados obtidos por nossa pesquisa, dividimos a apresentação em três capítulos, já tendo presente os cruzamentos de variáveis:

1 – Uma apresentação da situação do sócio-econômica dos jovens de Londrina, relacionando os dados sociais à sua percepção sobre a própria vida e a juventude;

2 – Uma análise de sua percepção sobre política, considerando os posicionamentos políticos e institucionais propriamente ditos, a partir da apresentação dos jovens sobre temas como democracia, partidos políticos e voto;

3 – Uma análise da atividade comunitária dos jovens, e suas posições políticas, a partir de sua participação em organizações políticas e de sua confiança nas instituições sociais brasileiras.

5.2 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS JOVENS DE LONDRINA

As tabelas abaixo trazem os resultados referentes ao gênero e ao tipo de escolas dos jovens entrevistados, às quais revelam nossa opção metodológica, ou seja, a decisão de manter uma mínima variação entre feminino e masculino e também respeitar a proporcionalidade entre estudantes de escolas públicas e privadas.

Tabela 3 – Gênero

<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
49%	51%
131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Tabela 4 – Escola

<i>Pública</i>	<i>Privada</i>
80%	20%
216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que tange à questão de trabalho, podemos observar que a maior parte trabalha (40%), há pouca variação entre o percentual de jovens que se encontram trabalhando e aqueles que nunca trabalharam: apenas de três pontos percentuais. Por outro lado, se somarmos quem trabalha com que já trabalhou, temos um quadro que nos revela que a grande maioria dos jovens nessa faixa etária tem de certa forma, alguma experiência no mercado de trabalho.

Tabela 5 – Trabalho

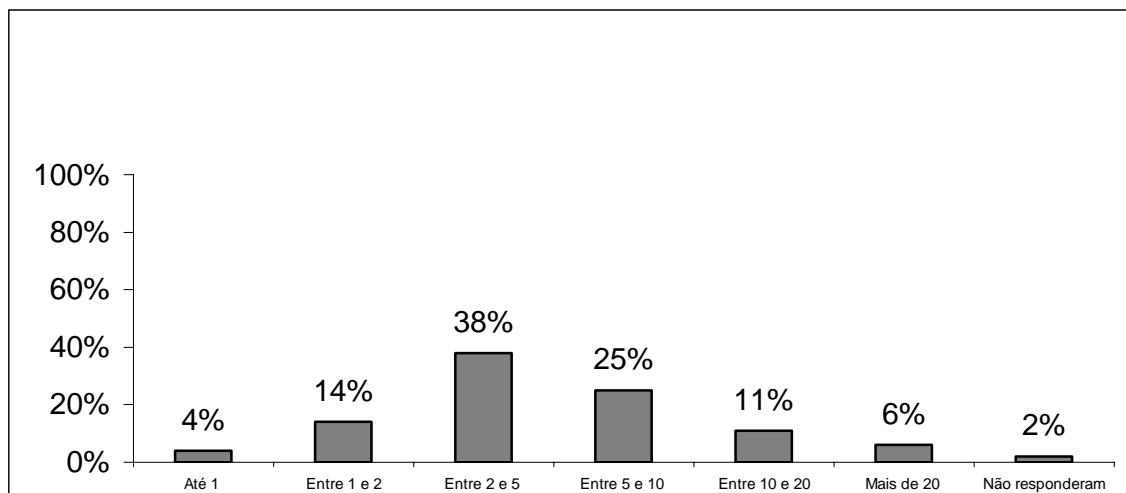
<i>Sim</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca</i>
40%	23%	37%
107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Todavia, esse quadro sofre mudanças quando visto a partir do aspecto de gênero e do tipo de escola que os jovens frequentam. Os dados revelam que as jovens estudantes, em sua maioria, não trabalham: 48% delas nunca trabalharam, 19% já exerceu alguma atividade e 33% trabalham. Em contrapartida, 46% dos jovens estudantes disseram que trabalha no momento. A partir desses resultados, observamos que as jovens estão mais especificamente dedicadas à sua formação escolar, enquanto uma parcela maior de meninos nessa faixa etária divide o tempo de estudo com o trabalho.

Também os percentuais revelam que não há diferença entre os estudantes matriculados nessas duas redes de ensino que já trabalharam: 23% entre estudantes de escola pública e 22% de escola particular. Por outro lado, os dados revelam uma tendência já esperada: os jovens das escolas públicas, que se encontram inseridos no mercado de trabalho são: 48%, contra 29% que nunca trabalhou. O contrário se verifica entre os alunos das escolas particulares, em percentuais bem significativos: 72% desse grupo nunca trabalharam, enquanto apenas 6% trabalham.

Acompanhem os resultados gerais obtidos acerca da renda familiar dos jovens estudantes entrevistados.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 1 - Renda familiar (em salário mínimo)

De modo geral, a renda familiar dos estudantes entrevistados coincide com a situação da maioria das famílias brasileiras, isto é, elas percebem até cinco salários mínimos, hoje em torno de 1750 reais, segundo dados do IBGE de 2006. Outro dado relevante é o fato de 25% das famílias dos jovens ter salário variando de entre 5 e 10 salários mínimos.

A tabela seguinte diz respeito à participação dos jovens entrevistados em atividades comunitárias.

Tabela 6 – Participação Comunitária

<i>Esportiva</i>	<i>Religiosa</i>	<i>Outros (artística, beneficente, lazer)</i>	<i>Não participa</i>
14%	23%	9%	54%
38	61	24	147

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

De início, o dado da não participação pode nos impressionar, pois 54% dos estudantes não participam de nenhuma atividade. No entanto, se somarmos os outros percentuais, verificaremos que a diferença é de apenas 8% entre os que participam e os que não participam. Em outros termos, esses dados revelam que uma parcela considerável (cerca de 50%) dos jovens está participando da vida comunitária.

A análise dessa participação revela dados interessantes. Em relação ao sexo, não há tanta novidade nos resultados quando analisados no quadro geral. No que se refere às mulheres, 34% das jovens participa de atividades ligadas à religião, contra 12% dos jovens.

Por outro lado, os jovens se interessam mais por atividades esportivas: 22%, enquanto apenas 5% das jovens estão inseridas em alguma atividade ligada aos esportes. Trata-se de uma tendência observada entre as mulheres, que buscam participar bem mais nas igrejas do que os homens, e eles, por sua vez, interessam-se mais por esportes, ainda que isso não seja em pequena parcela.

Tabela 7 – Participação Comunitária por Gênero

	Esportiva	Religião	Outros*	Não participo	Total
<i>Feminino</i>	5%	34%	9%	52%	131
<i>Masculino</i>	22%	12%	9%	57%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No entanto, a maior parte dos rapazes e moças não participa (cerca de 50%) de grupos comunitários.

A tabela abaixo apresenta a relação entre o exercício ou não de um trabalho regular e a participação dos jovens estudantes em atividades comunitárias.

Tabela 8 – Participação Comunitária por Trabalho

	Esportiva	Religião	Outros*	Não participo	Total
<i>Trabalha</i>	15%	22%	5%	58%	107
<i>Já trabalhou</i>	15%	23%	6%	56%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	13%	23%	15%	49%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

*Outros: artística, beneficente, lazer.

Como podemos notar, há uma pequena diferença entre as três situações de trabalho sendo que os que trabalham participam menos. Outro dado, é que a participação religiosa é maior em todas as situações de trabalho. Ou seja, quando o jovem participa de alguma atividade comunitária, a maior parte é de uma Igreja.

Notamos também que os jovens que não estão trabalhando atualmente não tendem a participar de atividades ligadas ao esporte e à religião. Outras atividades lhes são mais atraentes, ou seja, esse grupo, mais do que os outros dois, está também buscando diversificação na sua atuação comunitária. Os jovens estudantes que ainda não trabalharam são os que menos participam dessas duas atividades, mas também, são os que mais têm

experiência de participação comunitária diversificada. Eles parecem estar em condições melhores para buscar atividades de cunho culturais, de lazer e beneficente, já que tem mais tempo e recursos financeiros para desenvolvê-las.

Com relação às atividades comunitárias, os que estão nas escolas públicas tendem a se ligar mais às atividades religiosas (26%) e menos aos esportes (13%) e outros (8%). Já os estudantes de escola particular participam bem menos de atividades religiosas (9%) e mais de atividades esportivas (17%) e também de atividades como: ONGs, beneficente, associações (15% contra apenas 8% entre estudantes de escola pública). Contudo, a não participação é semelhante. Confira os dados na tabela seguinte:

Tabela 9 – Participação Comunitária por Escola

	Esportiva	Religião	Outros*	Não participo	Total
<i>Pública</i>	13%	26%	8%	53%	216
<i>Particular</i>	17%	9%	15%	59%	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

**Outro: artística, beneficente, lazer.*

A maioria não participa, independentemente de estudar em escola pública ou privada (o percentual dos que participam é um pouco maior entre os estudantes das escolas públicas). Essas diferenças podem estar relacionadas ao acesso a tais atividades, em termos de disponibilidade de tempo e de condições econômicas. Nesse sentido, a religião parece ser menos restritiva nessas duas situações do que, por exemplo, as várias modalidades esportivas e outras atividades que requerem maior empenho, seja no que se refere a uma presença mais constante, seja no que tange mesmo a uma colaboração financeira mais efetiva. A questão é de acesso e de oportunidades de qualquer modo os esportes e a religião parecem estar mais próximos da juventude do que outras modalidades.

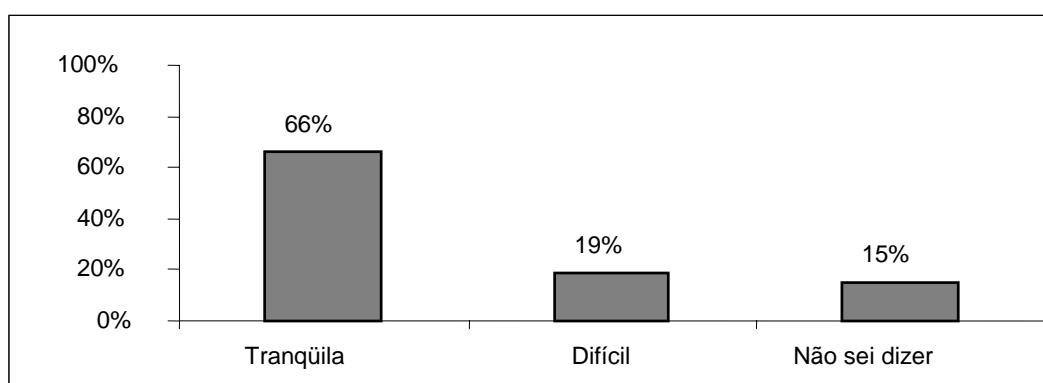
5.3 OPINIÃO DO JOVEM SOBRE A JUVENTUDE

Uma primeira preocupação da pesquisa foi verificar o quê o jovem pensa sobre a própria juventude. Os alunos foram perguntados sobre quatro questões: como definem

sua própria vida; qual a expectativa que têm do futuro; qual a avaliação que fazem sobre os jovens e a juventude; e, finalmente, como avaliam o relacionamento entre os jovens.

5.3.1 DEFINIÇÃO DE VIDA

Quanto à definição de vida, 66% (2/3) dizem que tem uma vida tranqüila; 19% afirmam que a vida é difícil e 15% não sabem dizer.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 2 – Definição de Vida

Chama atenção o dado de que 15% que não sabem definir se sua vida é tranqüila ou difícil; um número alto que aponta um período de incertezas.

Procuramos, então, conhecer o perfil dos que têm essas opiniões.

Tabela 10 – Definição de Vida por Gênero

	Tranqüila	Difícil	Não sei dizer	Total
<i>Feminino</i>	63%	17%	20%	131
<i>Masculino</i>	68%	21%	11%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

É interessante observar que as jovens estudantes se mostram mais indecisas: 20% não sabem definir se a sua vida é tranqüila ou difícil, mas a percepção de tranqüilidade é idêntica nos dois casos e os rapazes, em maior percentual, acham a vida difícil..

Mas o dado mais relevante é observar como o trabalho interfere no modo como os jovens definem suas vidas.

Tabela 11 – Definição de Vida por Trabalho

	Tranqüila	Difícil	Não sei dizer	Total
<i>Trabalha</i>	66%	18%	16%	107
<i>Já trabalhou</i>	48%	31%	21%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	75%	13%	12%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

É altamente significativo que 75% dos jovens estudantes que nunca trabalharam definem sua vida como tranqüila. Além disso, é o grupo com menos dificuldade em se posicionar diante do tema (12% das respostas) dizem não saber se tem ou não vida tranqüila. Por um outro lado, quem trabalha, num índice menor, mas também alto (66%, contra 75% que nunca trabalhou) define sua vida como sendo tranqüila. Os dados apontam à experiência de trabalho interfere no modo como os jovens vêem a sua vida, mas essa visão é positiva. Apenas 18% dizem que ela é difícil.

A situação menos positiva é a de quem já trabalhou. Novamente nos perguntamos: para eles a vida está difícil por que se encontra desempregado? E a maior dificuldade em se posicionar diante desse tema estava de algum modo ligado ao mercado de trabalho, em termos de futuro? De qualquer modo, é nítido que o fator trabalho interfere na visão do jovem sobre sua própria vida.

Quanto às escolas públicas e privadas, observamos que os jovens das duas redes de ensino, em sua maioria, apresentam diferenças significantes em relação ao modo como definem a vida. Seguem a tendência geral de considerar a vida como tranqüila, embora os estudantes das escolas particulares apresentem uma visão bem mais positiva do que os jovens entrevistados das escolas públicas (72%, contra 64%). Os jovens da escola pública acham a vida mais difícil e são mais indecisos.

Tabela 12 – Definição de Vida por Escola

	Tranqüila	Difícil	Não sei dizer	Total
<i>Pública</i>	64%	20%	16%	216
<i>Particular</i>	72%	15%	13%	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Finalmente, verificamos que as atividades sociais também são significativas. Os jovens estudantes que estão inseridos nas atividades esportivas, de longe, tendem a ver a vida mais tranqüila (84%). Em seguida vêm os que participam de outras atividades, e os que não participam. Os que participam de atividades religiosas são os mais pessimistas. Ainda sobre quem participa de atividades religiosas, eles compõem o grupo dos mais indecisos com relação ao modo como vêm sua vida (20% religião e 18% não participam, contra 3% esportiva e 0% outras atividades).

Até que ponto a religião está contribuindo para a formação humana, dos jovens, sendo esses que não participam de nenhuma atividade e os que participam de atividades de atividades religiosas apresentam percentuais de indecisão e pessimismo tão próximos?

Tabela 13 – Definição de Vida por Atividade Comunitária

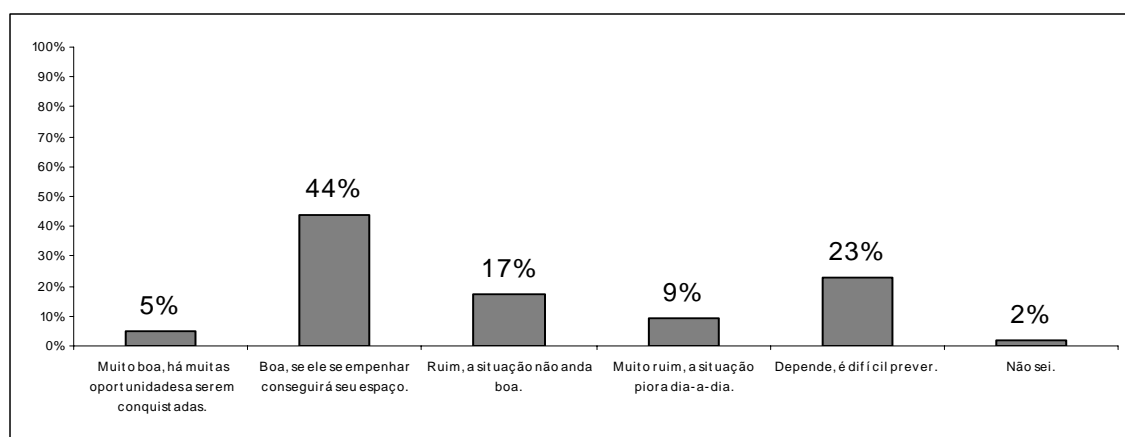
	Tranqüila	Difícil	Não sei dizer	Total
<i>Esportiva</i>	84%	13%	3%	38
<i>Religião</i>	59%	21%	20%	61
<i>Não participa</i>	64%	18%	18%	147
<i>Outros</i>	79%	21%	0%	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

As variáveis examinadas nos dizem, portanto, que a maioria dos jovens tem uma percepção otimista a respeito da sua vida, este resultado é mais intenso entre os que não trabalham e os da escola privada, assim como os que exercem atividades comunitárias, sobretudo atividades esportivas e outros.

5.3.2 Expectativa Sobre o Futuro

O gráfico seguinte revela o que os jovens entrevistados pensam em relação ao futuro, como o vêem.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 3 – Expectativa dos Jovens sobre o Futuro

Destacamos nesse gráfico que a maioria tem uma visão positiva em relação ao futuro, isto é, 44% acreditam que o futuro lhes está aberto. Em termos de gênero, percebemos que há pouca diferença entre garotas e rapazes e 5% estão muito otimistas, ou seja, cerca de 50% têm uma visão positiva. Confira os números na tabela seguinte:

Tabela 14 – Expectativa do Jovem em relação ao Futuro por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Muito boa, há muitas oportunidades a serem conquistadas.	4%	5%
Boa, se ele se empenhar conseguirá seu espaço.	47%	42%
Ruim, a situação não anda boa.	16%	19%
Muito ruim, a situação piora dia-a-dia.	11%	7%
Depende, é difícil prever.	20%	24%
Não sei	2%	3%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Como já vimos os jovens estudantes, em sua maioria, têm uma visão positiva em relação ao futuro. E quase não há interferência pelo fato de estar ou não trabalhando. O

dado que se destaca, no entanto, é sobre aqueles que já trabalharam. Observa-se que a situação não anda boa, 33% entre ruim e muito ruim contra 23% que atualmente trabalham e 26% dos estudantes que nunca trabalharam. A visão positiva também é bem mais baixa entre os que já trabalharam.

Tabela 15 – Expectativas do Jovem em relação ao Futuro por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Muito boa, há muitas oportunidades a serem conquistadas.	6%	5%	3%
Boa, se ele se empenhar conseguirá seu espaço.	47%	36%	46%
Ruim, a situação não anda boa.	13%	27%	16%
Muito ruim, a situação piora dia-a-dia.	10%	6%	10%
Depende, é difícil prever.	23%	24%	21%
Não sei	1%	2%	4%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Será que essa parcela de jovens tende a formar uma visão negativa do futuro pela falta de emprego, ou isso teria a ver com a percepção da carência de incentivos e de políticas públicas para a juventude?

A tabela seguinte analisa a mesma questão de acordo com a escola se é pública ou particular.

Tabela 16 – Expectativas do Jovem em relação ao Futuro por Escola

	<i>Escola Pública</i>	<i>Escola Particular</i>
Muito boa, há muitas oportunidades a serem conquistadas.	5%	4%
Boa, se ele se empenhar conseguirá seu espaço.	40%	59%
Ruim, a situação não anda boa.	19%	11%
Muito ruim, a situação piora dia-a-dia	10%	7%
Depende, é difícil de prever	24%	17%
Não sei.	2%	2%

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

É interessante notar também que os jovens das escolas particulares são os que mais vêem o futuro como algo promissor. Os menos positivos estão bem acima aos da escola pública: são 59% contra 40%, respectivamente. Esses jovens estudantes acreditam no

futuro enquanto algo que depende fundamentalmente do empenho pessoal, também é assim para os da escola pública (40%), embora em muito na sua proporção.

Em relação às atividades comunitárias, notamos entre os jovens que participam de atividades esportivas e de religião, não há diferença significativa, pois esses grupos vêem a vida como boa e que na verdade as coisas dependem de cada um para conseguir seu espaço. Do mesmo modo, não há diferença se somarmos os números entre os esportistas e os de religião, que vêem a vida como ruim ou muito ruim (26% e 27%).

Sublinhamos que há um paralelo entre os grupos Religião e não participa, e esportes e outros. Apresentam perspectiva positiva quanto ao futuro: muito boa. (2% e 3%, religião e não participa; 11% e 9% esportes e outros, respectivamente).

Assim, observamos que as atividades esportivas ajudam os jovens estudantes a ter uma expectativa “muito boa” (11% contra 2% religião).

Em contrapartida, os jovens que participam da religião contribuem para produzir uma visão boa da vida, entre os jovens (51% contra 45% do esporte), ao mesmo que diminuem o percentual de que a vida está ruim (16% contra 21% dos esportistas)

Apontamos que o percentual mais alto de que a vida está “boa” se dá entre os jovens que participam de outras atividades (54%), são os mais otimistas. Veja os resultados na tabela abaixo:

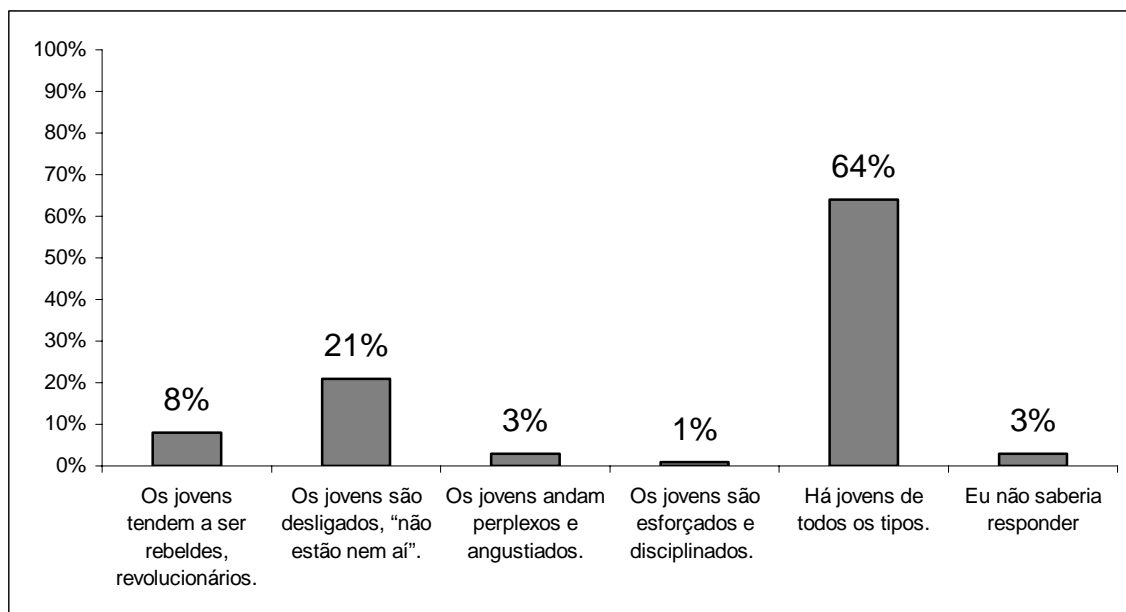
Tabela 17 – Expectativa do Jovem em relação ao Futuro por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Muito boa, há muitas oportunidades a serem conquistadas.	11%	2%	3%	9%
Boa, se ele se empenhar conseguirá seu espaço.	45%	51%	41%	54%
Ruim, a situação não anda boa.	21%	16%	18%	8%
Muito ruim, a situação piora dia-a-dia.	5%	11%	10%	4%
Depende, é difícil prever.	18%	18%	25%	21%
Não sei.	0%	2%	3%	4%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

5.3.3 Definição do Jovem

No que diz respeito ao modo como os jovens entrevistados definiriam o jovem hoje, apresentamos o seguinte gráfico:



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 4 – Definição do Jovem

Dentre essas três visões, a de menor percentual (8%) considera que os jovens tendem a rebeldia e a serem revolucionários, uma compreensão convencional que certamente advém daquilo que a própria sociedade pensa a respeito deles, mas que eles próprios não aceitam. A outra visão, de que são “desligados” também não é propriamente uma elaboração do próprio jovem. Apenas 21% pensam assim. Por último, a visão de que há jovens de vários tipos parece-nos ser uma construção própria do jovem, sendo também a de maior percentual (64%). Certamente essas respostas foram motivadas pela experiência de pertencerem aos diversos grupos existentes, como, por exemplo, dança, esportes radicais, movimentos pela paz, pela segurança, pelo meio ambiente, entre outros, ou mesmo não pertence a grupo algum, mas apresentam grandes diferenças entre si.

Esses 64% entendem que para definir o jovem é preciso tomá-lo a partir de uma perspectiva plural e diversa. Os próprios jovens nos dizem que é impossível, atualmente,

analisar a juventude sob um único aspecto, fenômeno que tem incidência direta sobre onde e como os jovens participam do espaço político. No que tange à definição do que é ser jovem hoje, os resultados são parecidos entre que os jovens de ambos os sexos, isto é, as diferenças não são relevantes, embora as mulheres tenham respondido em maior número que há jovens de todos os tipos.

Tabela 18 – Definição do Jovem por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Os jovens tendem a ser rebeldes, revolucionários.	7%	10%
Os jovens são desligados, “não estão nem aí”.	19%	23%
Os jovens andam perplexos e angustiados.	4%	1%
Os jovens são esforçados e disciplinados.	1%	1%
Há jovens de todos os tipos.	68%	61%
Eu não saberia responder	1%	4%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Também a experiência de trabalho apresenta pequena influência na definição que os jovens têm de si mesmos. Do mesmo modo, o fato de estar numa escola pública ou particular, não leva a resultados muito diferentes, ou seja, em quase nada interferem no como os jovens se vêem. Confira os resultados nas tabelas seguintes:

Tabela 19 – Definição do Jovem por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Os jovens tendem a ser rebeldes, revolucionários.	10%	11%	5%
Os jovens são desligados, “não estão nem aí”.	24%	14%	22%
Os jovens andam perplexos e angustiados.	2%	2%	4%
Os jovens são esforçados e disciplinados.	1%	0%	1%
Há jovens de todos os tipos.	60%	71%	65%
Eu não saberia responder	3%	2%	3%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Tabela 20 – Definição do jovem por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Os jovens tendem a ser rebeldes, revolucionários.	10%	2%
Os jovens são desligados, “não estão nem aí”.	18%	35%
Os jovens andam perplexos e angustiados.	2%	4%
Os jovens são esforçados e disciplinados.	1%	0%
Há jovens de todos os tipos.	66%	57%
Eu não saberia responder	3%	2%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Chama a atenção que entre os jovens não há uma única forma de definir a si mesmos. Todavia, os estudantes das escolas particulares tendem a afirmar com mais ênfase do que os estudantes das escolas públicas que os jovens são desligados. São 35% das escolas particulares, contra 18% de escolas públicas.

Segue-se a tendência geral, que aponta no quadro das associações comunitárias, que “há jovens de todos os tipos”. Isso é uma visão subjetivista do jovem e de suas relações sociais e comunitárias. Notamos que a religião reforça essa leitura, aumentando os percentuais se comparada aos outros dados. Por um outro lado, notamos que as atividades esportivas levam a percentual abaixo dos dados gerais.

Um outro dado que ainda nos chama atenção trata-se da visão de que os jovens “tende a serem rebeldes, revolucionários”. Os jovens, na sua grande maioria não se vêem assim. Eles rompem com essa leitura que a sociedade tem deles. Geralmente, baseada no senso comum. Compare os dados:

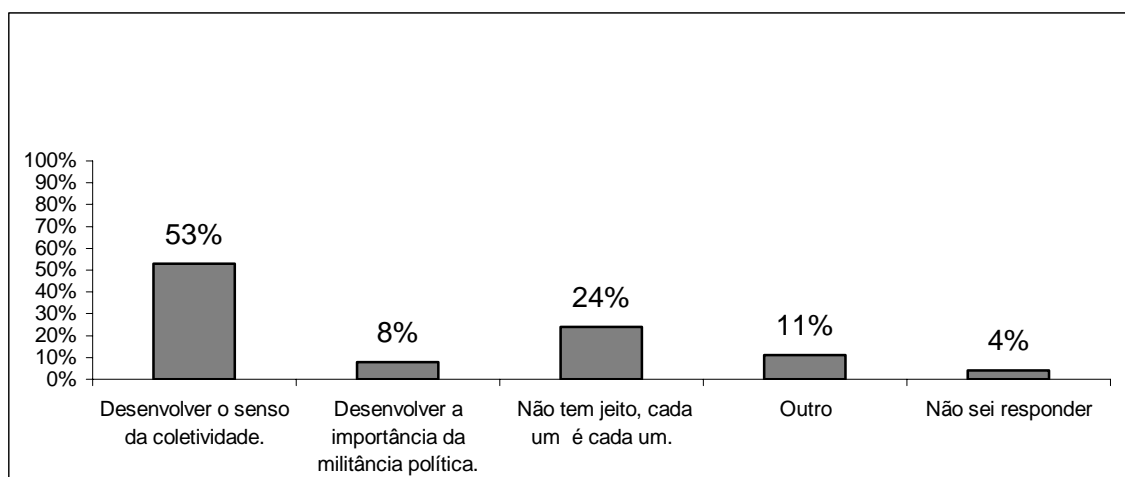
Tabela 21 – Definição do jovem por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Os jovens tendem a ser rebeldes, revolucionários.	5%	8%	10%	8%
Os jovens são desligados, “não estão nem aí”.	29%	20%	19%	25%
Os jovens andam perplexos e angustiados.	0%	2%	3%	4%
Os jovens são esforçados e disciplinados.	3%	0%	0%	4%
Há jovens de todos os tipos.	58%	70%	65%	59%
Eu não saberia responder	5%	0%	3%	0%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

5.3.4 Cooperação juvenil

A última questão deste item foi saber o grau de cooperação juvenil. Obtivemos os resultados abaixo:



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

*Outro: faz parte de uma questão aberta, que não será analisada neste trabalho, cujas razões já foram indicadas nas questões metodológicas desta pesquisa.

Gráfico 5 - Cooperação entre os Jovens

Nesse gráfico, o que nos chama atenção é que há duas posições diferentes em relação à cooperação entre os jovens, e elas vão de um extremo ao outro. Se, por um lado, a maioria (53%) acredita que é preciso trabalhar a questão da coletividade, por outro, 24% dos jovens opinam que, não tem como fazer nada para desenvolver a cooperação juvenil porque o individualismo prevalece. Isso significa que o idealismo associativo está presente no entendimento da maioria, contudo, 24% têm uma compreensão mais individualista e egoísta. Isso reflete o próprio movimento da sociedade atual, em que é ressaltado o isolamento do indivíduo. Esta postura, entretanto, é bem aceita.

A terceira visão é expressa num percentual muito menor: somente 8% valorizam a militância política como mecanismo de cooperação juvenil. O número é baixo em relação às visões anteriores, porém compreende-se que essa militância política é restrita a uma leitura mais institucionalizada. O dado revela que a participação política não é considerada importante, um mecanismo de cooperação. É a posição que se mostra menos interessante.

Não há alterações nesse quadro quando visto a partir do gênero, isto é, tanto os jovens como as jovens pensam praticamente o mesmo acerca do que deve ser feito para que haja maior colaboração entre eles.

Tabela 22 – Cooperação entre os Jovens por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Desenvolver o senso da coletividade.	53%	53%
Desenvolver a importância da militância política.	7%	10%
Não tem jeito, cada um é cada um.	22%	25%
Outro	13%	9%
Não sei responder	5%	3%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O mesmo se dá em termos de relação de trabalho, que segue a tendência geral, isto é, desenvolver o senso de coletividade predominante..

Tabela 23 – Cooperação entre os jovens por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Desenvolver o senso da coletividade.	52%	56%	52%
Desenvolver a importância da militância política.	9%	8%	8%
Não tem jeito, cada um é cada um.	25%	24%	22%
Outro	9%	7%	16%
Não sei responder	5%	5%	2%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

A militância política, embora com percentuais bem baixos, aparece como outra forma para se desenvolver a cooperação juvenil. Nesse ponto, os jovens das escolas públicas têm uma visão mais favorável do que os jovens das escolas particulares, e mesmo do que entre todos os jovens. Enquanto a média geral é de 8%, o percentual de jovens das escolas públicas é de dez pontos e das escolas particulares é apenas de três pontos.

Tabela 24 – Cooperação entre os jovens por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Desenvolver o senso da coletividade.	51%	61%
Desenvolver a importância da militância política.	10%	3%
Não tem jeito, cada um é cada um.	25%	17%
Outro	10%	17%
Não sei responder	4%	2%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Mais uma vez, a variável escola pública ou privada aparece clara. Os alunos da escola privada acreditam mais no senso da coletividade e os da escola pública são mais céticos. Já sobre a questão da cooperação entre os jovens estudantes, há semelhanças com os dados gerais, já que observamos que os jovens demonstravam saber de que é importante desenvolver o senso da coletividade e por um outro lado, não tem jeito, cada um é cada um. No entanto, mais uma vez fica demonstrado que a prática de esportes tem a ver com o espírito solidário. Aqui, em segundo lugar vem a religião.

Tabela 25 – Cooperação entre os jovens por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Desenvolver o senso da coletividade.	57%	54%	50%	50%
Desenvolver a importância da militância política.	11%	10%	8%	4%
Não tem jeito, cada um é cada um.	16%	21%	29%	13%
Outro	13%	12%	10%	25%
Não sei responder	3%	3%	3%	8%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

De modo geral, o que nos foi revelado aqui, também se encontra presente em uma pesquisa realizada entre os jovens estudantes das escolas públicas e privadas de duas cidades do Estado do Paraná: Curitiba e Cascavel. Também esse estudo observa que os jovens manifestam uma percepção interessante em relação ao futuro, isto é, “a compreensão da importância de um comportamento cooperativo para criar mecanismos que colaborem na elevação dos estoques de capital social na sociedade”. (NAZZARI, 2005, p. 148) Em outros termos, compreendemos que o jovem, ao almejar o desenvolvimento pelo senso de

coletividade, demonstra a importância das relações comunitárias, como forma de elevação do capital social em toda a sociedade.

Nessa ótica, Nazzari (2005) também aponta para fato de, para haver uma geração cooperativa, no caso já entre a juventude, é preciso desenvolver a confiança mútua, “que pode ser incrementada por um processo de socialização política que transmita crenças e valores de eficácia política dos jovens nas instâncias, decisórias de poder” (p.148).

Trata-se de uma visão predominante entre os jovens, o que, de certa forma, explica o acento dado pelos estudantes entrevistados à necessidade de se desenvolver o senso de coletividade para que haja maior cooperação. Por sua vez, os estudantes das escolas particulares vêm com mais ênfase essa questão (61%) do que os estudantes das escolas públicas (51%).

Notamos, assim, que a percepção dos jovens varia segundo algumas variáveis socioeconômicas.

O fato de ser homem ou mulher, não é significativo em termos de produzir grandes diferenças. A pesquisa realizada demonstra que os jovens entrevistados, independentemente de gênero masculino ou feminino, apresentam visão semelhante sobre o modo de compreender a vida, seu futuro e a juventude mesma.

Já quem já passou pela experiência de trabalho apresenta uma leitura diferente. Os jovens estudantes que trabalharam ou estão trabalhando parecem ser mais maduros, vêm a vida e seu futuro e a juventude mesma de forma mais definida, mais sólida.

Os jovens estudantes das escolas particulares, por seu turno, apresentam uma visão mais positiva da vida e do futuro. São mais otimistas do que os jovens das escolas públicas.

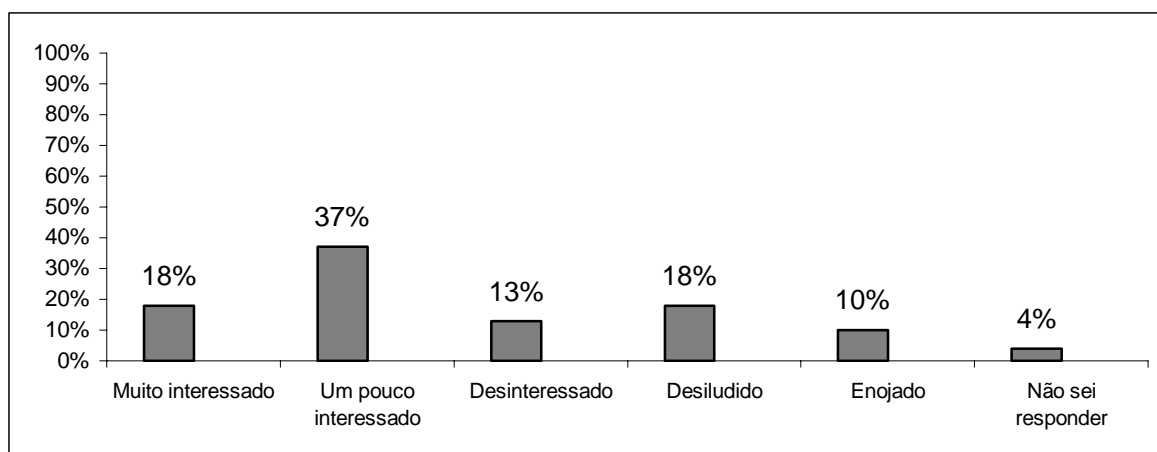
Finalmente, observamos, que quem participa de atividades artísticas, beneficente e de lazer é mais otimista do que os jovens estudantes que participam de atividades religiosas ou esportivas.

6 PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE POLÍTICA

Um segundo aspecto observado em nossa pesquisa diz respeito ao posicionamento dos estudantes quanto a política *institucional*. Os dados coletados permitem entender como está sendo vista a política institucional pelos jovens, e as diferenças de acordo com as variáveis analisadas: gênero, trabalho, tipo de escola (pública e privada) e pertencimento ou não a associações.

6.1 INTERESSE PELA POLÍTICA

O gráfico abaixo revela como os jovens se sentem em relação à política:



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 6 - Consideração do Jovem sobre a Política

A soma dos estudantes que se sente desinteressado, desiludido, enojado, e não soube responder, equivale a 45%. Conseqüentemente, temos que 55% dos jovens se mostram interessados em questões referentes ao mundo da política (muito ou um pouco). Ainda que os dados sobre o desinteresse político sejam preocupantes, de modo geral, a visão que prevalece apresenta-se como positiva, apesar de certo desconforto, pois o interesse da maioria (37%) é pequeno. Esses dados assemelham-se no resultado da pesquisa realizada pelo professor Schmidt (2001), que apresenta uma tendência negativa dos jovens nessa questão.

Em sua pesquisa, se for somado os que se interessam pouco com os que não se interessam, tem-se o resultado de quase 50% do total da amostra, o que pode ser entendido como a auto-exclusão política. Também, por um outro lado, se for somado os que têm um interesse médio com os que demonstram pouco interesse obtém-se 65%. Esses resultados, segundo Schmidt, podem ser compreendidos a partir da teoria dos três poderes: temos primeiramente o ‘público de massa’, caracterizado pelo grupo que tem um interesse pequeno pela política; em segundo, os ‘apolíticos’⁶³, grupo este caracterizado por aqueles que não tem opinião formada nem querem envolvimento com temas políticos e, por fim os ‘ativistas’, são aqueles que apresentam um alto nível de envolvimento em questões políticas. (SCHMIDT, 2001, p. 219)

No caso de Londrina, é possível que o dado da desilusão e do não engajamento esteja relacionado à conjuntura atual da política nacional. Esses 28% (18% + 10%) que estão cansados da política, certamente tem relação com a crise e denúncias de corrupção e impunidade presentes nas instituições políticas partidárias brasileiras. Fazendo o cruzamento dos dados, vemos que essa situação não se altera entre os estudantes de ambos os sexos, ou seja, 40% das jovens sentem-se desinteressadas, desiludidas e enojadas, contra 41% dos jovens estudantes. No entanto, os dados parecem revelar que há uma ligeira tendência dos rapazes em se interessar mais por política do que as jovens estudantes (20% contra 16%).

Tabela 26 – Consideração do Jovem sobre a Política por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Muito interessado	16%	20%
Um pouco interessado	40%	35%
Desinteressado	13%	12%
Desiludido	17%	19%
Enojado	10%	10%
Não sei responder	4%	4%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere ao fator trabalho, grau de interesse dos estudantes pela política, sofre interferência. Os jovens que nunca trabalharam demonstram *muito interesse* (21%), ou *pouco interesse* (39%) em relação à política, ou seja 60% deles apresentam algum nível de interesse. Por um outro lado, entre os jovens estão trabalhando, 47% apresenta algum

⁶³Também concordamos com Schmidt (2001) que o termo ‘apolítico’ usado no texto está relacionado com a teoria apresentada por Neuman. Esse termo, assim, pode ser compreendido a partir da idéia de que “não há indivíduos propriamente apolíticos, e sim indivíduos afastados da política institucional que, todavia, não deixam de ter atitudes políticas” (2001, p. 279).

interesse e entre os que trabalharam, 63% se sentem *pouco ou muito interessados* pela política. Portanto, quem já trabalhou está muito mais interessado em política, em comparação aos jovens estudantes que estão trabalhando. O trabalho parece que afasta da política. Entre os que nunca trabalharam, o número dos muito interessados é maior.

Tabela 27 – Consideração do Jovem sobre a Política por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Muito interessado	17%	16%	21%
Um pouco interessado	30%	47%	39%
Desinteressado	18%	11%	8%
Desiludido	19%	15%	20%
Enojado	11%	8%	10%
Não sei responder	5%	3%	2%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Os jovens das escolas particulares também se mostram mais interessados em política do que os jovens das escolas públicas. Somando os números de *muito interessado* com os de *pouco interessado*, obtemos entre os alunos das escolas particulares um percentual de 70% e apenas de 52% entre os estudantes de escolas públicas. Chama-nos, igualmente, a atenção o fato de que apenas 4% dos estudantes da rede particular disseram que são desinteressados, contra 15% entre estudantes da rede pública.

Tabela 28 – Consideração do Jovem sobre a Política por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Muito interessado	17%	24%
Um pouco interessado	35%	46%
Desinteressado	15%	4%
Desiludido	18%	18%
Enojado	11%	6%
Não sei responder	4%	2%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Observamos também que os que têm participado de alguma atividade comunitária são mais interessados do que aqueles que não participam. Chama-nos atenção que

aqueles que não participam de nenhuma atividade comunitária são os menos interessados em política, isto é, são 32% contra 48% dos esportes e 46% da religião.

Isso demonstra que, de fato, os jovens que não participam de nenhuma atividade comunitária também não são preocupados com questões de ordem política. Assim sendo, os que participam estão mais propensos a se interessar pelas questões políticas.

Um outro dado que nos chama atenção, diz respeito aos resultados obtidos no item “não sei responder”, em se tratando do grau de interesse. Seguindo a tendência de que quem participa de atividades tendem a se interessar por política, apresentando percentuais 0% de indecisão perante as alternativas, quem participa de outras atividades, deveriam apresentar percentuais próximos à tendência geral, que é de 4%, mas isso não verificou, já que quem participa de outras atividades apresenta um percentual altíssimo de indecisão (17%).

Notamos também aqueles que praticam esportes são também os que estudam em escolas particulares e nunca trabalharam, quer dizer, que é um segmento social de melhor nível sócio-econômico e que tem mais interesse na política.

E perguntamos: qual é o conteúdo e a forma com que são trabalhados assuntos ligados à política nesses espaços em que os jovens se fazem presente? Estariam gerando capital social? Percebemos que a escola pública não está sendo capaz de desenvolver essas discussões acerca do interesse pela política.

Tabela 29 – Consideração do Jovem sobre a Política por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Muito interessado	26%	23%	13%	25%
Um pouco interessado	48%	46%	32%	33%
Desinteressado	5%	7%	18%	8%
Desiludido	16%	18%	19%	17%
Enojado	5%	6%	14%	0%
Não sei responder	0%	0%	4%	17%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

6.2 FREQUÊNCIA DO CONTATO DOS JOVENS COM ASSUNTOS DE POLÍTICA

O quadro geral acerca do nível de interesse por política entre os estudantes entrevistados está relacionado às questões seguintes, em que eles se mostram relutantes em falar ou se informar sobre política. Os dados abaixo demonstram o que acabamos de dizer:

Tabela 30 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política

	<i>Conversa</i>	<i>Informa-se</i>
Sim, sempre	21% (57)	27% (73)
Às vezes	44% (119)	41% (111)
Raramente	23% (62)	19% (51)
Não	12% (32)	13% (35)

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Notamos que o interesse claro dos jovens é conversar menos do que se informar. Nos dois casos, observamos que o percentual é baixo: menor que 30%. O que prevalece é o interesse em torno de 40%.

Ainda é interessante observar que a soma do percentual *às vezes* e *raramente* entre as duas colunas correspondem a mais de 60% da frequência que o jovem busca se interessar sobre política.

Isso também foi observado por Schmidt. Segundo esse pesquisador, mesmo em tempos de insatisfação com a política, “os jovens não deixam de conversar sobre os assuntos políticos. O descontentamento e a desconfiança não impedem o debate político”. (2001, p.221)

Conforme já observamos, há uma ligeira tendência dos jovens em se interessar mais por política do que as jovens. Essa mesma relação pode ser vista sobre o costume de conversar e se informar a respeito da política, conforme resultados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 31 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Gênero

1) Costume de conversar sobre política					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Feminino</i>	19%	47%	23%	11%	131
<i>Masculino</i>	22%	43%	23%	12%	139
2) Costume de se informar sobre política					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Feminino</i>	24%	41%	24%	11%	131
<i>Masculino</i>	29%	40%	15%	16%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O interesse da mulher é de menor intensidade. De certa forma, essa tabela revela uma tendência mais tradicional, ainda presente em nossa sociedade, que afeta a juventude.

A política ainda se apresenta assunto de mais apropriado para os homens, embora haja um movimento significativo da mulher em se interessar pela temática da política.

A tabela a seguir revela como o fato de trabalhar interfere no modo como os jovens procuram ou não interagir com assuntos referentes ao tema da política.

Tabela 32 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Trabalho

1) Costumes de conversar sobre política:					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Trabalha</i>	16%	44%	21%	19%	107
<i>Já trabalhou</i>	23%	48%	19%	10%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	25%	42%	27%	6%	101
2) Costumes de se informar sobre política:					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Trabalha</i>	23%	32%	24%	21%	107
<i>Já trabalhou</i>	29%	48%	15%	8%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	29%	45%	18%	8%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Da interpretação desses dados, notamos que quem trabalha tem uma tendência menor em se informar sobre política do que aqueles estudantes que nunca trabalharam ou que já trabalharam. As situações de trabalho apresentam um apelo social forte, isto é, as pessoas buscam compreender onde estão e o que deles se é esperado em termos de integração e comprometimento com a sociedade.

Também é possível verificar que os estudantes que trabalham apresentam maior resistência ou até poderia ser falta de tempo em se informar ou mesmo conversar sobre política. Trata-se de uma tendência já verificada na questão anterior, isto é, quem nunca trabalhou se interessa muito mais pela política. É possível, assim, inferir que o interesse pela política entre os jovens estudantes que trabalham é mais restrito devido às suas circunstâncias de vida, enquanto que o jovem estudante que nunca trabalhou tem uma situação social mais favorável pelo fato de ter uma situação econômica melhor. Observamos que quem não trabalha, estuda em escola privada e participa de grupos esportivos corresponde a um segmento social economicamente mais alto. Provavelmente, estes fatores fazem com que

tenha mais acesso a informações culturais e mesmo políticas. O que nos surpreende é que entre os grupos que já trabalhou encontram-se os mais interessados em política. Afinal, quem são esses jovens? Qual relação entre trabalho e assuntos políticos?

No que se refere à frequência com que os jovens das escolas públicas conversam ou se informam sobre política, eles seguem a tendência predominante entre os jovens entrevistados, ou seja, são irregulares (às vezes e raramente apresentam os maiores índices). Mas entre os estudantes das escolas particulares, os números revelam uma situação interessante. Mais de 50% informa-se às vezes e somente 2% nunca conversam sobre política.

Tabela 33 – Costuma Conversar e se Informar-se sobre Política por Escola

	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>
Sim	19%	29%	24%	37%
Às vezes	42%	54%	38%	54%
Raramente	25%	15%	23%	4%
Não	14%	2%	15%	5%

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Claramente, a situação dos estudantes das escolas públicas é pior. Há uma tendência maior entre jovens das escolas particulares em procurar se informar e conversar sobre política, relacionando-se ao fato desses jovens se mostrarem, mais interessados em política do que os jovens de escolas públicas.

Finalmente a participação ou não em atividades comunitárias, (esportivas, religiosas, outras) não interfere significamente na frequência com que se conversa e se informa sobre política, embora quem não participa de nenhuma dessas atividades, conversa menos e se informa menos. A tabela abaixo, apresenta as variações nesses índices:

Tabela 34 – Costuma Conversar e Informar-se sobre Política por Atividade Comunitária

1) Costumes de conversar sobre política:					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Esportiva</i>	24%	45%	21%	10%	38
<i>Religião</i>	23%	49%	23%	5%	61
<i>Não participa</i>	18%	44%	24%	14%	147
<i>Outros</i>	25%	38%	25%	12%	24
2) Costumes de se informar sobre política:					
	Sim, sempre	Às vezes	Raramente	Não	Total
<i>Esportiva</i>	34%	42%	13%	11%	107
<i>Religião</i>	29%	46%	20%	8%	62
<i>Não participa</i>	23%	38%	21%	18%	101
<i>Outros</i>	29%	46%	17%	8%	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

6.3 VOTO E PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES

Ao tratarmos da participação política institucionalizada, sobretudo na questão do voto, temos os seguintes dados:

Tabela 35 – Participação nas Eleições

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sei</i>
1) Você já providenciou seu título de eleitor?	31% (84)	69% (186)	0%
2) Você acha que o voto deve ser obrigatório?	44% (119)	46% (124)	10% (27)
3) Você concorda com o voto a partir dos 16 anos?	71% (192)	20% (54)	9% (24)

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere ao percentual do jovem que não tem o título de eleitor, vemos que é alto (69%). Trata-se de um dado que se enquadra na tendência normal entre os jovens de 16 e 17 anos, que não têm feito uso desse direito institucionalizado, conforme indicou o Superior Tribunal Eleitoral. Por um lado, é interessante observarmos que a maioria absoluta dos jovens concorda com o direito do voto a partir dos 16 anos (71%). A tabela ainda nos ajuda a responder por que os estudantes, embora concordando com esse direito, não o efetivam? Uma das possíveis explicações é que um percentual alto (46%) acredita que o voto não deva ser obrigatório. Em outros termos, estão dizendo que providenciar o título de eleitor

aos 16 anos implica assumir um compromisso de caráter obrigatório. Assim, eles protelam sua retirada até a maioridade, quando serão obrigados legalmente a retirar o documento eleitoral.

Os rapazes se mostram mais interessados em votar do que as garotas. São 37% deles já providenciaram o título de eleitor (para as de 2006), enquanto apenas 24% delas o fizeram. Ou seja, nesse caso, a atitude concreta de tirar o título, a diferença do gênero é flagrante.

Tabela 36 – Participação nas Eleições por Gênero

1) Você já providenciou seu título de eleitor?				
	Sim	Não	Total	
<i>Feminino</i>	24%	76%	131	
<i>Masculino</i>	37%	63%	139	
2) Você acha que o voto deve ser obrigatório?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Feminino</i>	46%	43%	11%	131
<i>Masculino</i>	42%	49%	9%	139
3) Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Feminino</i>	73%	19%	8%	131
<i>Masculino</i>	68%	22%	10%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Diferentemente, entre três situações de trabalho, não aparecem diferenças importantes no que tange à retirada do título de eleitor e sobre o direito de votar a partir dos dezesseis anos. O quadro se altera quando o assunto é obrigatoriedade do voto. Os jovens estudantes que já trabalharam tendem a concordar majoritariamente que o voto deve ser obrigatório (52% das respostas desse grupo); já quem está trabalhando, em sua maioria (53%), diz que o voto não deve ser obrigatório; por outro lado, os que nunca trabalharam permanecem divididos entre o *sim* e o *não* (respectivamente, 44% e 43%), com um percentual de 13% de indecisos, contra apenas 8% dos que já possuem alguma experiência de trabalho regular.

É curiosa a posição dos que já trabalharam. Eles assumem posições bem distintas, mas não é possível detectar neste trabalho o motivo destas posturas.

Tabela 37 – Participação nas Eleições por Trabalho

1) Você já providenciou seu título de eleitor?				
	Sim	Não	Total	
<i>Trabalha</i>	29%	71%	107	
<i>Já trabalhou</i>	32%	68%	62	
<i>Nunca trabalhou</i>	32%	68%	101	
2) Você acha que o voto deve ser obrigatório?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Trabalha</i>	39%	53%	8%	107
<i>Já trabalhou</i>	52%	40%	8%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	44%	43%	13%	101
3) Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Trabalha</i>	65%	23%	12%	107
<i>Já trabalhou</i>	74%	19%	7%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	74%	18%	8%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Como temos apontado, ao longo deste trabalho, o estudante da escola particular parece desenvolver um interesse mais claro e amplo sobre política, quando comparado aos jovens das escolas públicas.

A tabela seguinte demonstra essa tendência de modo nítido.

Tabela 38 – Participação nas Eleições por Escola

1) Você já providenciou seu título de eleitor?				
	Sim	Não	Total	
<i>Escola Pública</i>	28%	72%	216	
<i>Escola Particular</i>	41%	59%	54	
2) Você acha que o voto deve ser obrigatório?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Escola Pública</i>	46%	44%	10%	216
<i>Escola Particular</i>	35%	57%	8%	54
3) Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Escola Pública</i>	67%	22%	11%	216
<i>Escola Particular</i>	81%	15%	4%	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Os estudantes das escolas particulares em maior número providenciaram título de eleitor (41% contra 28% de escolas públicas), atitude que confirma a concordância como o direito ao voto a partir dos 16 anos (81% das respostas).

Quanto à obrigatoriedade do voto, os jovens das escolas particulares têm uma posição mais liberal. Se os resultados entre os estudantes das escolas públicas revelam uma certa igualdade de entre *sim e não* (44% e 46%, respectivamente), os estudantes das escolas particulares em maioria afirmam que o voto não deve ser obrigatório (57% não contra 35% o sim).

É insignificante a variação observada no que se tange a influência da atividade comunitária sobre o percentual de jovens que disseram já ter tirado seu título. O mesmo se observa as questões que diz respeito ao voto obrigatório e o direito de voto aos 16 anos. Segue-se a tendência geral em que a maioria não tirou o título de eleitor e concorda com o voto aos 16 anos.

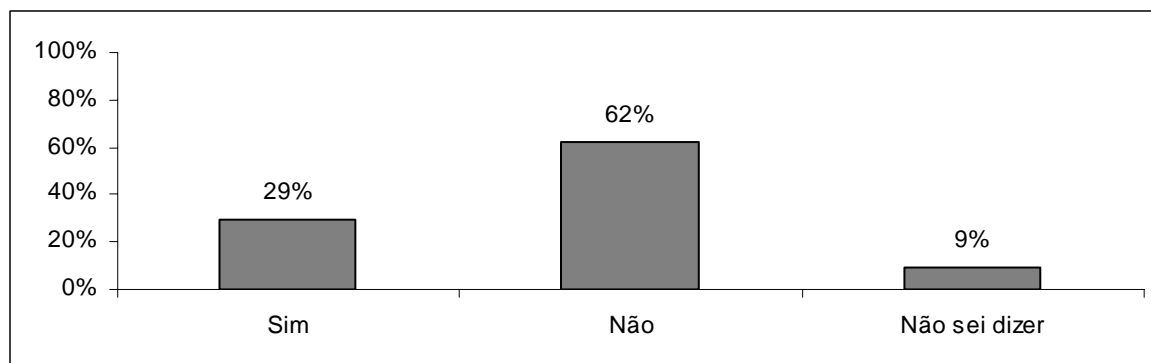
No entanto, com relação à obrigatoriedade do voto, as diferenças crescem entre aqueles que participam de grupos esportivos e religiosos. Há uma variação de 18% para mais entre os que participam de atividades esportivas, tendendo a considerar que o voto não deve ser obrigatório. O contrário se dá entre os estudantes que participam de alguma atividade religiosa, que tendem a afirmar que o voto deve ser obrigatório, cuja variação é de 14%.

Tabela 39 – Participação nas Eleições por Atividade Comunitária

1) Você já providenciou seu título de eleitor?				
	Sim	Não	Total	
<i>Esportiva</i>	29%	71%	38	
<i>Religião</i>	33%	67%	61	
<i>Não participa</i>	31%	69%	147	
<i>Outros</i>	29%	71%	24	
2) Você acha que o voto deve ser obrigatório?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Esportiva</i>	37%	55%	8%	38
<i>Religião</i>	52%	38%	10%	61
<i>Não participa</i>	42%	48%	10%	147
<i>Outros</i>	42%	46%	12%	24
3) Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?				
	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Esportiva</i>	79%	10%	11%	38
<i>Religião</i>	79%	16%	5%	61
<i>Não participa</i>	64%	25%	11%	147
<i>Outros</i>	71%	25%	4%	24

6.4 VISÃO SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS

A respeito da preferência partidária, 62% dos jovens não se mostram interessados em nenhum partido político, 9% não soube responder e apenas 29% disseram que têm alguma preferência partidária.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 7 – Preferência Partidária

Esses números, praticamente, repetem-se quando vistos a partir da situação de gênero, ou seja, as variações não são significativas: 61% não; 31% sim e 8% não sei dizer: para feminino; 63% não; 28% sim, 9% não sei: para masculino.

Tabela 40 – Preferência Partidária por Gênero

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Feminino</i>	31%	61%	8%	131
<i>Masculino</i>	28%	63%	9%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Já os resultados envolvendo situações de trabalho revelam uma ligeira tendência entre quem já trabalhou em manifestar preferência partidária. Também, é interessante notar que quem trabalha apresenta índices mais baixos de preferência partidária. Entre os que trabalham 68% dizem que não têm preferência por partido algum. É um dado impressionante, pois o que está acontecendo com os sindicatos que não trabalham essa questão, a ponto de não influenciar na socialização política de seus integrantes?

Veja os resultados na tabela abaixo. Mais uma vez, os que já trabalham se mostraram mais politizados.

Tabela 41 – Preferência Partidária por Trabalho

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Trabalha</i>	24%	68%	8%	107
<i>Já trabalhou</i>	36%	56%	8%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	31%	58%	11%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O fato de os jovens estarem estudando na rede pública ou particular altera razoavelmente o nível de preferência partidária. Os jovens das escolas particulares apresentem mais propensos a terem preferência (37%, contra 27% entre os jovens das escolas públicas), mas nos dois casos a maioria não tem preferência por nenhum partido.

Tabela 42 – Preferência Partidária por Escola

	Sim	Não	Não Sei	Total
<i>Pública</i>	27%	65%	8%	216
<i>Particular</i>	37%	57%	13%	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Ter ou não preferência partidária alterou pouco pelo fato de participar ou não de atividades esportivas, religiosas ou mesmo não participar. A diferença está nos dados entre os estudantes que participam de “outras atividades”.

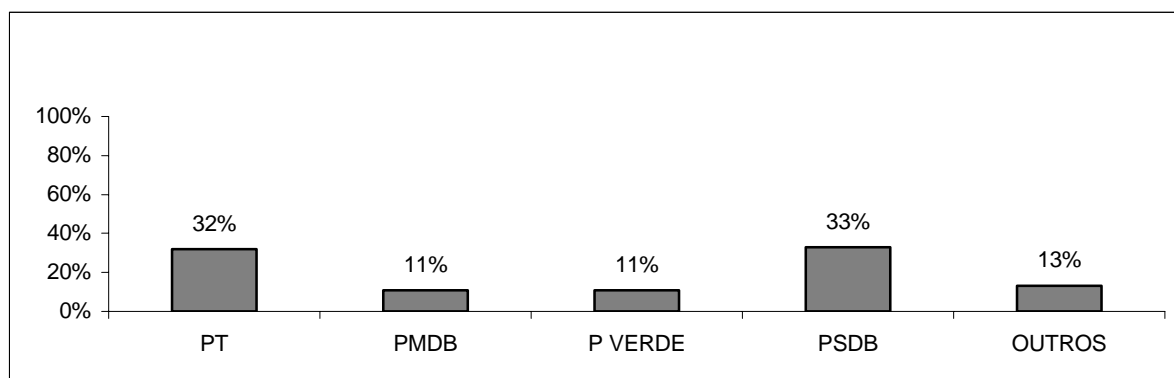
Se a tendência geral é de 29% para sim e 62% para não, há uma variação positiva de 13 pontos percentuais neste tipo de participação. Não é possível determinar o que estaria levando esse grupo a adotar essa atitude.

Tabela 43 – Preferência Partidária por Atividade Comunitária

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Esportiva</i>	29%	66%	5%	38
<i>Religião</i>	30%	62%	8%	61
<i>Não participa</i>	29%	62%	9%	147
<i>Outros</i>	42%	54%	4%	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O gráfico a seguir revela a preferência dos jovens em relação aos partidos políticos. Procuramos verificar como pensam os 29% que demonstraram ter preferência partidária.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 85.

Gráfico 8 – Identificação Partidária

Dentre os 29% de jovens que disseram ter alguma preferência partidária, 33% simpatizam com o PSDB e 32% com o PT.

Os jovens mostraram mais simpatia por esses dois partidos em função da conjuntura política da sociedade atual e do próprio processo eleitoral. Tivemos desde 1994, 1998, 2002 e 2006 eleições majoritárias, em que o PT e PSDB monopolizaram a sucessão presidencial.

Vejamos como se distribui essas preferências.

O fator trabalho tende a interferir na relação que os jovens têm a respeito de partidos políticos. Os que trabalham ou já trabalharam sentem-se mais aptos em identificar-se com um ou outro partido político. Entre os dois partidos que mais obtiveram a preferência dos estudantes, o PT recebeu 40% de respostas dos jovens que trabalham e 39% dos que já trabalharam.

O PSDB tem a preferência de 47% dos jovens que nunca trabalharam. Destes, somente 20% prefere o PT. Os dados são muito interessantes, mas é preciso lembrar que a grande maioria não tem preferência partidária.

Tabela 44 – Identificação Partidária por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
PT	40%	39%	22%
PMDB	13%	4%	12%
PVERDE	13%	9%	9%
PSDB	20%	30%	47%
OUTROS	14%	18%	10%
Total	29	23	32

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 85.

A mesma divisão ocorre quando analisamos o tipo da escola. Entre os dois partidos mais citados (32% o PT e 33% o PSDB), os jovens das escolas particulares tendem a optar mais pelo PSDB (60% das respostas, contra 15% para o PT); e os estudantes das escolas públicas tendem a optar pelo PT: 38% contra 25% para o PSDB.

Assim sendo, verificamos que a diferença entre preferir o PT ou PSDB entre os alunos das escolas particulares é de 45% (60% PSDB – 15% PT). Enquanto entre os alunos das escolas públicas é de apenas 13% (38% PT – 25% PSDB). Isso nos mostra que a opinião dos estudantes das escolas particulares é mais coesa e unitária, visão que pode estar ligada à classe social a qual eles pertencem, ou seja, as classes mais abastadas tenderem a optar pelo PSDB nas eleições de 2006.

Tabela 45 – Identificação Partidária por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
PT	38%	15%
PMDB	11%	10%
PVERDE	11%	10%
PSDB	25%	60%
OUTROS	15%	5%
Total	65	20

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 85.

A participação dos estudantes em atividades comunitárias não altera o quadro geral da preferência partidária. O PT e o PSDB continuam sendo os dois partidos de maior preferência dos jovens. Observamos que a participação em alguma atividade comunitária tende a elevar os percentuais de opção e de rejeição a um desses dois partidos. Por exemplo, quem participa de atividade esportiva tende a optar mais pelo PT do que os que participam de

atividades religiosas. E aqui a preferência ao PSDB cai bastante, concentrando-se entre os que não participam de atividades comunitárias.

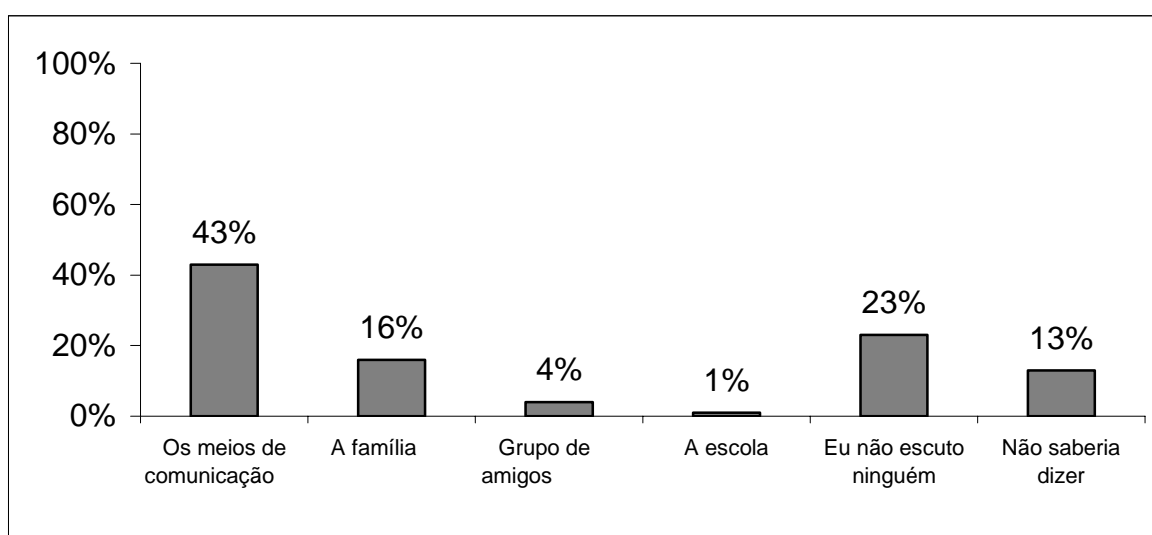
Tabela 46 – Identificação Partidária por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
PT	50%	44%	28%	20%
PMDB	8%	17%	7%	10%
PVERDE	0%	0%	13%	30%
PSDB	17%	22%	46%	20%
OUTROS	25%	27%	6%	20%
Total	11	18	62	10

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 85.

6.5 INFLUÊNCIA SOBRE O VOTO DO JOVEM

Foi perguntado, também, quem teria na visão do próprio estudante influência sobre suas posições políticas, no caso sobre. Vemos que os meios de comunicação são mais levados em consideração (43%), e 23% dizem que não ouvem ninguém.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 9 – Influência sobre o Voto do Jovem

Observamos, também, que apesar de muito pequena (4%), a influência dos amigos é maior do que a própria escola, sobre o voto do jovem. O que será que acontece com a escola? Não deveria ser ela um espaço de formação e socialização política? De todo modo, fica claro que eles não trocam idéias, nem com a família (16% apenas) e muito menos na escola e os amigos.

Segundo Schmidt (2001), os professores, de modo geral, tendem a não transmitir uma orientação clara em favor da participação política, ou seja, os próprios professores têm uma visão negativa da política. Atitudes essas que não diferem da maioria da população e estão impregnadas pelas idéias de uma educação politicamente neutra. A partir desta idéia, vêm ocorrendo discussões a respeito dessas práticas pedagógicas, buscando relacionar uma ligação entre a educação e a política.

Outro dado interessante é que 23% dos jovens não são influenciados por nenhuma dessas instituições sociais. Seu voto, portanto, parece ser um ato independente de influências, pelo menos é o que eles acham: ou seja, não escutar ninguém é mais no sentido de não votar cegamente naqueles candidatos apresentados por tais instituições. É um desejo de independência. Observamos que eles não têm a intenção de debater, trocar idéias sobre os políticos e as propostas, etc. quer dizer, é algo ainda muito pouco político no sentido amplo e verdadeiro do termo.

A nossa pesquisa revela que as garotas reconhecem ser mais influenciáveis no exercício de seu voto do que os estudantes. Compare os percentuais da tabela abaixo:

Tabela 47 - Influência sobre o Voto do Jovem por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Os meios de comunicação	47%	40%
A família	17%	14%
Grupo de amigos	4%	4%
A escola	1%	1%
Eu não escuto ninguém	17%	29%
Não saberia dizer	14%	12%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Ainda que as diferenças entre gêneros não sejam significativas, entre os percentuais das instituições listadas que influenciam o voto da juventude, os jovens estudantes demonstram um desejo maior de autonomia na decisão de votar: a amostra aponta para 29%

dos jovens que “não escuta ninguém” no exercício do voto, contra apenas 17% das jovens. Notamos mais uma vez que o envolvimento menor da mulher com a política. De forma diversa, elas buscam outras fontes de informação antes de tomar uma posição: é de 47% meios de comunicação; 17% família; 14% não saberia dizer. Curiosamente, amigos e escola são muito pouco considerados para ambos os sexos.

Tendo presente que os jovens da faixa etária de nossa pesquisa, de uma forma ou outra, encontram-se mais sistematicamente em contato com a família, a escola e a mídia, a tabela seguinte mostra como as três situações de trabalho relacionam-se estão em relação com aquelas instituições no que se refere à formulação do voto juvenil. Confira os resultados:

Tabela 48 – Influência sobre o Voto do Jovem por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Os meios de comunicação	39%	53%	42%
A família	14%	13%	19%
Grupo de amigos	4%	5%	4%
A escola	0%	0%	2%
Eu não escuto ninguém	24%	21%	23%
Não saberia dizer	19%	8%	10%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Os jovens que trabalham apresentem um percentual mais alto (19%), em relação aos que já trabalharam (8%) ou aos que nunca trabalharam (10%), no que tange a não saber quais seriam as instituições que mais influenciam no seu voto. Contudo, a maioria disse que os meios de comunicação, em primeiro lugar, e a família, em segundo são as instituições que mais interferem no exercício do seu voto. Para quem já trabalham, a influência dos meios de comunicação é maior, e a família o mais baixo. A indecisão também é menor. Assim sendo, os que nunca trabalharam são os que mais ouvem a família (19%) e aqui também está o grupo que menos considera a opinião ouvida na escola (2%).

De acordo com os dados, a escola em nada parece influenciar o voto dos jovens estudantes que têm uma experiência de trabalho. Todavia, quem nunca trabalhou, além de sentir mais a influência da família, sente igualmente a influência da escola (2% das respostas contra 0% entre quem trabalha ou já trabalhou).

Em relação à escola pública ou particular os jovens das duas redes de ensino apresentam respostas semelhantes sobre a influência dos meios de comunicação, da família e

do grupo de amigos no exercício do seu voto. Entretanto, vemos nos jovens das escolas particulares maior influência da escola: 4% das respostas entre os alunos das escolas particulares e 0% entre os das escolas públicas e maior influência da família: 22% contra 14%. Os estudantes das escolas públicas apresentam, por sua vez, mais dificuldade em perceber quem de fato está influenciando o seu voto: são 16% contra apenas 2% entre os jovens das escolas particulares. Na escola pública estão, portanto, os mais indecisos.

Tabela 49 – Influência sobre o Voto do Jovem por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Os meios de comunicação	42%	46%
A família	14%	22%
Grupo de amigos	4%	6%
A escola	0%	4%
Eu não escuto ninguém	24%	20%
Não saberia dizer	16%	2%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere à participação em grupos, mantém-se a tendência geral, ou seja, em todos os casos vêm primeiro os meios de comunicação, em segundo depois a família, o grupo de amigos. Chamam-nos a atenção alguns dados: quem está ligado à atividade esportiva tende a uma maior autonomia no exercício do voto, isto é, apresenta o percentual mais alto, entre aqueles que não escutam ninguém, e quem participa de outras atividades acredita receber menos influência dos meios de comunicação e mais da família, ao mesmo tempo em que se mostra mais indeciso em abordar essa questão. Os grupos religiosos de jovens ouvem bastante os meios de comunicação e a família.

Tabela 50 – Influência sobre o Voto do Jovem por Atividade Comunitária

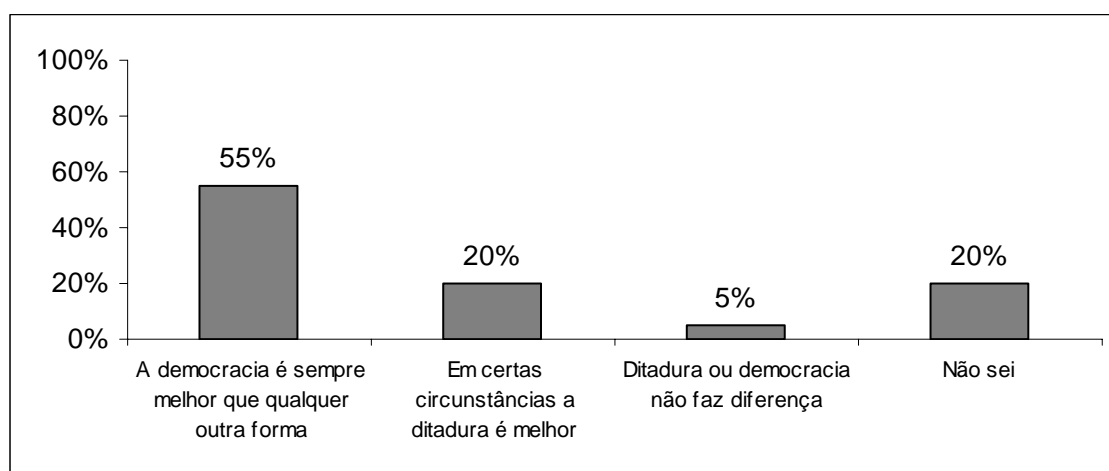
	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Os meios de comunicação	37%	41%	47%	29%
A família	13%	18%	14%	29%
Grupo de amigos	5%	5%	3%	4%
A escola	0%	2%	1%	0%
Eu não escuto ninguém	34%	24%	21%	21%
Não saberia dizer	11%	10%	14%	17%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Os que não participam são os que mais escutam os meios de comunicação. Em todos os casos, a influência da escola dos amigos é mínima.

6.6 REGIME POLÍTICO E DEMOCRACIA BRASILEIRA

Como último aspecto neste capítulo, o gráfico seguinte revela o que os jovens entrevistados pensam sobre a importância da democracia.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 10 – Regime Político

Esse gráfico traz algumas informações interessantes. No primeiro momento, parece que há uma desinformação acerca do que é ditadura e democracia e suas implicações na vida pública: 20% não souberam opinar e 5% dizem que tanto faz uma coisa como a outra. Trata-se de um índice alto. Um outro dado, é que embora 55% afirmem que a democracia é sempre preferível, 20% dizem que em certas situações é melhor um governo ditatorial. A respeito disso, Schmidt (2001) concluiu também que “há uma maioria pouco expressiva de 55,1% de jovens adeptos da democracia contra um segmento de 44,9% de simpatizantes da ditadura, indiferentes ou indefinidos” (2001, p.264-5). Ou seja, os dados dele corroboram aos de Londrina.

Entretanto, o que mais nos intriga é saber como é possível essa postura dos jovens a favor da ditadura sendo que eles nasceram e estão vivendo numa forma de governo democrático? Será desencantamento gerado pelos escândalos de corrupção nos três poderes,

vinculados diariamente pelos meios de comunicação? Ou um saudosismo dos pais, como um todo, que acabou influenciando a opinião dos jovens? Conforme aponta Schmidt (2001), por exemplo, “a opinião dos pais goza de mais prestígio junto aos jovens que a dos professores” (2001, p. 240).

Tabela 51 – Regime Político por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	54%	56%
Em certas circunstâncias a ditadura é melhor	20%	20%
Ditadura ou democracia não faz diferença	8%	2%
Não sei	18%	22%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Procuramos ver se a opinião modifica-se de acordo com variáveis. Quanto ao regime político, os jovens estudantes que nunca trabalharam apresentam-se mais convictos de que a democracia é sempre a melhor forma de governo: são 61% contra 48% dos que trabalham. Também são eles que se mostram menos indecisos em relação a melhor a forma de governo (11%, contra 21% que já trabalhou e 29% que está trabalhando). Pode-se dizer que entre os que nunca trabalhara há mais convicção democrática. (embora continue um % baixo).

É preocupante observar a realidade nas três situações de trabalho (trabalha, já trabalhou, nunca trabalhou), pois é altíssimo o percentual dos jovens que acreditam que em “certas situações é melhor a ditadura”, e também aqueles com respostas “não sei”, principalmente entre os que já trabalharam, com percentual é 29%, acima dos que já trabalharam, e muito acima dos jovens que nunca trabalham.

Vejamos todos os resultados na tabela abaixo.

Tabela 52 – Regime Político por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	48%	58%	61%
Em certas circunstâncias a ditadura é melhor	18%	21%	21%
Ditadura ou democracia não faz diferença	5%	0%	7%
Não sei	29%	21%	11%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere ao tipo da escola, os estudantes das escolas particulares têm uma posição mais clara. Para eles, a democracia é sempre a melhor forma de governo: 61%, um número acima do percentual geral que é de 55%. Porém, a ditadura parece-lhes também como alternativa viável, com 31% das respostas. Ressaltamos que na escola particular estão os mais politizados. Há um número maior de democratas, mas há um número substancialmente de autoritários, isto é, os que admitem a quebra, a ruptura do regime democrático (31% contra 17%).

Em contrapartida, os estudantes das escolas públicas têm percentuais que ficam dentro da tendência apresentada no total geral. O que nos chama atenção é que esse grupo apresenta mais dificuldades em se definir diante desse tema: 25%, contra 4% dos jovens das escolas particulares, ou seja, o grau de politização é bem menor.

Tabela 53 – Regime Político por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	53%	61%
Em certas circunstâncias a ditadura é melhor	17%	31%
Ditadura ou democracia não faz diferença	5%	4%
Não sei	25%	4%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que tange à vida em grupo os jovens que participam de atividade religiosa se destacam no grupo dos democratas (65%). Como a média geral é de 55% que afirmam que a democracia sempre é a melhor forma de governo, no caso dos religiosos esse percentual aumenta de 10 pontos.

Observe os dados na tabela:

Tabela 54 – Regime Político por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	53%	65%	51%	58%
Em certas circunstâncias a ditadura é melhor	26%	15%	20%	17%
Ditadura ou democracia não faz diferença	3%	5%	6%	4%
Não sei	18%	15%	23%	21%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Finalmente, para concluir, mostraremos a tabela abaixo, com dados que podem complementar as informações da tabela anterior.

Tabela 55 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático?

<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sei</i>
24%	38%	38%
64	103	103

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Os 38% dos jovens que não conseguiram definir se o Brasil é ou não é democrático enquadram-se na tendência já revelada no gráfico anterior de que um percentual razoável de jovens não sabe dizer qual é a melhor forma de governo. Esses dados ajudam a esclarecer que parece haver um grande desconhecimento acerca do que é democracia. Essa constatação também é feita por Schmidt. Não há, uma noção clara do que seja democracia entre os jovens, aparecendo como um daqueles termos muito utilizados e pouco conhecidos. (2001, p. 266). Apenas uma minoria considera o regime político brasileiro democrático.

No que se refere à visão dos jovens e das jovens a respeito da situação da democracia no Brasil, as diferenças entre gêneros são significativas. A opinião das mulheres é bem mais negativa (19% sim e 44% não)

Tabela 56 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por gênero)

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Feminino</i>	19%	44%	37%	131
<i>Masculino</i>	28%	34%	38%	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Diferente, porém, é a relação que as três situações de trabalho têm sobre o modo como os jovens estudantes vêem o Brasil no tocante a ser um país democrático ou não. Observamos que quem nunca trabalhou tende a considerar o Brasil como um país não democrático (46%). Quem trabalha apresenta muito mais dificuldades em definir se o nosso país é ou não democrático (48%). E os jovens estudantes que já trabalharam, mesmo apresentando dificuldade em se posicionarem diante dessa questão (35%), são os que mais

consideram o Brasil como um país democrático (31%, contra 18% dos que trabalham e 26% dos que nunca trabalharam).

Mais uma vez, quem trabalha tem mais dificuldade em compreender o processo político.

Tabela 57 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por trabalho)

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Trabalha</i>	18%	34%	48%	107
<i>Já trabalhou</i>	31%	34%	35%	62
<i>Nunca trabalhou</i>	26%	46%	28%	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Notamos também que essa tendência se faz presente no modo como os jovens estudantes de ambas as redes de ensino vêem a situação da democracia brasileira. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 58 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por escola)

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Escola Pública</i>	20%	37%	43%	216
<i>Escola Particular</i>	39%	46%	15%	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Diante desses resultados, salta aos olhos, novamente, a dificuldade que os alunos das escolas públicas têm acerca de temas referentes a aspectos da política, no caso, a democracia. Apenas 20% concordam que o regime é democrático. Em compensação, 46% dos alunos das escolas particulares, cuja visão sobre a democracia brasileira é mais favorável, dizem que não vivemos numa democracia: Será que tal dificuldade dos jovens resulta de um processo educacional que não dá conta de trabalhar os conceitos da política e democracia nas suas várias dimensões e relações?

Quanto à questão se o Brasil atualmente é um país democrático ou não, há um ligeiro aumento nos percentuais das respostas positivas para os que participam de atividades esportivas e de outras atividades. Por outro lado, observa-se que quem participa de outras atividades tem menos dificuldades em se posicionar diante do tema.

Tabela 59 – Você acha que, atualmente, o Brasil é Democrático? (por atividade comunitária)

	Sim	Não	Não sei	Total
<i>Esportiva</i>	32%	34%	34%	38
<i>Religião</i>	22%	39%	39%	61
<i>Não participa</i>	22%	39%	39%	147
<i>Outros</i>	33%	42%	25%	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Embora esses números se mostram preocupantes no que tange ao conceito mesmo de democracia dos jovens entrevistados, especialmente acerca da situação específica do Brasil, as variáveis são significativas. Os percentuais se mostram consideráveis. Entre os que não participam, a resposta *sim é democrático*, é o percentual mais baixo.

Para concluirmos essa discussão, não poderíamos deixar de registrar que é lamentável o baixo valor que a juventude tem dado à democracia. Disso não escapa ninguém: nem garotos e nem garotas, nem trabalhadores e ou não trabalhadores, nem estudantes de escolas públicas ou privadas e mesmo os que participam de atividades comunitárias.

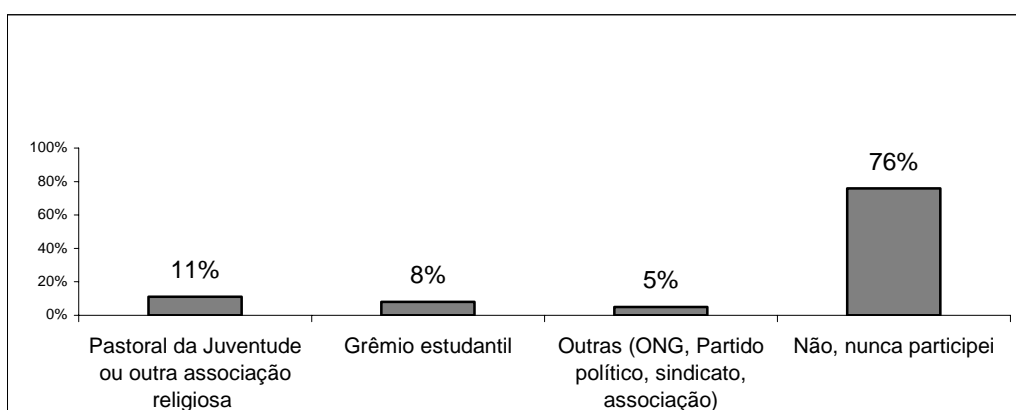
Notamos também através dos dados que o jovem mais participativo segue um determinado perfil. Por exemplo, os jovens são ligeiramente mais participativos do que as jovens. O estudante que não trabalha, estuda em escola particular e participa de atividades esportivas, tem maior interesse pela política. Por outro lado, os jovens que trabalham, estudam em escola pública e não participam de nenhuma associação são os mais desinteressados por política. E um grupo que se destaca é o dos jovens estudantes que já trabalharam, uma vez que apresentam índices altos de interesse pela política.

7 ATIVIDADE COMUNITÁRIA

Como terceira e última questão, o questionário procurou conhecer a postura dos estudantes sobre sua participação em atividades políticas, de caráter associativo. Também procurou esboçar a visão dos jovens entrevistados a respeito de temas políticos ligados à confiança nas instituições, bem como acerca de problemas da sociedade brasileira e propostas para solucionar os mesmos.

7.1 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS

No que tange à participação direta dos jovens em organizações políticas, obtivemos os seguintes resultados gerais.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 11 – Participação nas Organizações Políticas

Observamos, primeiro que a grande maioria dos estudantes não participa. Dentre os que participam, as atividades religiosas têm preferência de 11% dos jovens. Todavia, o que nos impressiona é o fato do percentual altíssimo de jovens que nunca participaram de nenhuma das organizações indicadas. E as atividades mais claramente políticas, como partido, sindicatos, apresentam percentuais muito baixos. No que tange à participação dos jovens e das jovens estudantes nas organizações políticas, a nossa pesquisa revela uma tendência já identificada por Schmidt (2001), ou seja, as jovens participam mais

no Pastoral da Juventude ou em outra associação de cunho religioso, e os jovens são mais ativos no movimento estudantil. Nossos números são de que 13% das jovens estão na Pastoral da juventude ou outra associação religiosa (contra 9% dos jovens), enquanto que 11% dos jovens estão militando no grêmio estudantil, contra apenas 5% das jovens. Mas de modo geral, elas participam menos (79% contra 73% não participam)

Tabela 60 – Participação nas Organizações Políticas por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	13%	9%
Grêmio estudantil	5%	11%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	3%	7%
Não, nunca participei	79%	73%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

São dados que confirmam a tendência tradicional de as mulheres estarem mais presentes em ambientes religiosos, conforme já apontamos ao tratarmos do comportamento dos estudantes em atividades comunitárias. Estando mais ligadas à religião, as mulheres sentem-se mais propensas a participar das organizações que as igrejas lhes apresentam, e de forma mais intensa que os homens. Em se tratando da experiência de trabalho, notamos certa influência na atitude dos jovens estudantes acerca de onde atuarem. Quem já trabalhou participa mais: 16% tende a preferir a participação em grêmios estudantis, 13% em pastoral e 6% em outros tipos. Quem trabalha participa menos, mas o curioso é quem nunca trabalhou, que apresenta os piores índices de participação. A respeito de participar da Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa, não há basicamente diferenças entre os jovens estudantes: 11% (trabalha), 13% (já trabalhou,) e 10% (nunca trabalhou). É interessante notar que, entre as três situações de trabalho, os jovens que nunca trabalharam são os que menos estão participando de organizações políticas: 83% deles, percentual acima da tendência geral que é de 76%.

Tabela 61 – Participação nas Organizações Políticas por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	11%	13%	10%
Grêmio estudantil	7%	16%	5%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	6%	6%	2%
Não, nunca participei	76%	65%	83%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O fato dos jovens estarem estudando em escolas públicas ou particulares parece não afetar significativamente a participação deles em organizações políticas. Todavia, já apontamos que há uma tendência dos jovens das escolas particulares participarem menos de atividades esportivas e religiosas. E essa mesma realidade se verifica quando se trata da participação no grêmio estudantil ou em grupos ligados a igreja. Nenhum dos estudantes das escolas particulares (0%) disse que gostaria de participar da Pastoral da Juventude ou de outra associação religiosa e apenas 6% se mostrou interessado em participar do grêmio estudantil.

Tabela 62 – Participação nas Organizações Políticas por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	12%	9%
Grêmio estudantil	8%	9%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	5%	4%
Não, nunca participei	75%	78%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere à participação em atividades comunitárias, ela interfere nas preferências. Por exemplo, uma parte dos que participam de atividades religiosas tende a participar da Pastoral da Juventude (25%).

Em todos os casos, a maioria não participa de associações de caráter político. Contudo, entre os que não participam de atividades comunitárias esse percentual é significativamente mais alto (83%). Quem participa de grupos esportivos tem uma tendência a ligar-se ao grêmio estudantil (16%).

No grupo dos jovens que participam de atividades religiosas, 61% não participa de nada, mas 25% estão ligadas à Pastoral da Juventude. No grupo dos “outros”,

67% não participam de nada, mas 17% encontram-se próximos a ONGs e outras instituições de caráter político. Notamos também uma tendência de posição.

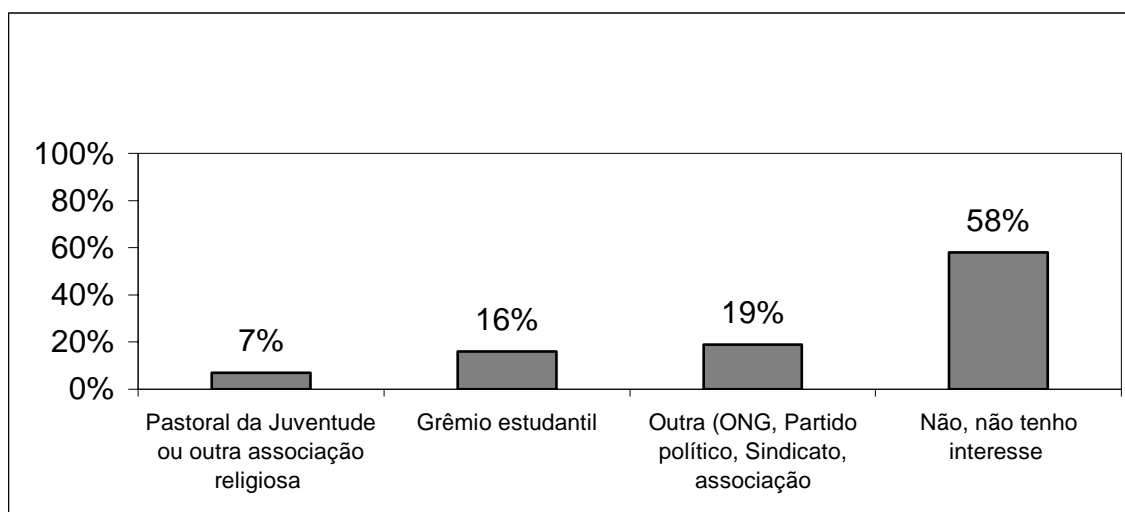
Quem participa de atividade religiosa tendem a participar mais da Pastoral da Juventude e menos do Grêmio Estudantil. O contrário acontece com os jovens que participam de atividades esportivas, com percentuais sempre acima da média. Compare os dados:

Tabela 63 – Participação nas Organizações Políticas por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	13%	25%	5%	8%
Grêmio estudantil	16%	13%	5%	8%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	5%	1%	7%	17%
Não, nunca participei	66%	61%	83%	67%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Se a situação referente à atual participação dos jovens nas instituições políticas está crítica, o quadro torna-se mais otimista quando se trata de uma eventual participação futura nessas instituições. No geral, notamos que há uma vontade dos jovens em participar. Observemos o gráfico abaixo.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

N= 147: Caso você não participe, gostaria de participar de algumas dessas atividades?

Gráfico 12 – Futura Participação em Organizações Políticas

Vê-se que a maioria (58%) não pretende mesmo participar, mas há na redução de 18% no nível de desinteresse. Ainda é alto o índice dos que não se interessam em participar nas instituições apontadas, mas vemos uma disposição significativa em “outros”, com 19% de pessoas interessadas, o grêmio ganha 16% de novos interessados, dobrando o percentual. Esse aumento liga-se, provavelmente, ao momento em que os jovens vivem sua vida escolar. O grêmio estudantil é o que lhe aparece como possibilidade imediata e efetiva de participação na vida política, no caso, na escola, que é o contexto político em que esses jovens encontram-se imersos. Também ONGs, partidos e sindicatos foram lembrados (19%). O que menos parece atrair é a religião.

A tabela seguinte apresenta os resultados comparando-se a intenção sobre a futura participação entre as e os jovens estudantes.

Tabela 64 - Futura participação em organizações políticas por gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	11%	4%
Grêmio estudantil	21%	12%
Outras (ONG, Partido Político, sindicato, associações)	11%	22%
Não, não tenho interesse	57%	62%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Essa tabela mostra o interesse não concretizado das moças. Em maior número do que os rapazes, elas querem participar, principalmente do grêmio, e demonstram seu menor interesse quanto à sua participação em ONGs, partidos, etc. Também aqui o número dos que não pretendem participar constituem maioria. Mas na tabela que mede a participação efetiva (tabela 1), os rapazes participam mais. Aqui são as garotas que gostariam mais de participar.

Observamos que as jovens mantêm a tendência de buscar participação em atividades ligadas à religião, diferentemente dos rapazes. Mas – em maior grau – elas gostariam de participar nos grêmios estudantis. Elas almejam uma participação, mas não participam. A diferença entre as jovens que não estão participando de grêmios nas escolas e que gostariam de participar é altamente significativa, salta de 5% para 21%.

Esse quadro é semelhante quando analisado pela ótica das três situações de trabalho. De modo geral, observamos que o grupo daqueles que nunca trabalharam apresenta buscar outras formas de atuação política, que escapam à dimensão religiosa ou estudantil.

Outro dado significativo é que quem não se encontra trabalhando, (20% já trabalhou e 24% nunca trabalhou), busca fazer experiências de atuação política para além das duas grandes instituições que marcam a vida dos jovens, ou seja, a escola e a igreja.

Nossa leitura tem apresentado um quadro de expectativa favorável aos jovens que buscam estar inseridos em organizações políticas, de caráter menos convencional. Todavia, os que trabalham tendem, em maioria, a não desejar nenhum tipo de participação em organizações políticas. Se 56% dos jovens estudantes, no plano geral, disseram que não têm interesse em participar de organizações políticas, visto a partir da condição daqueles que está trabalhando, o percentual salta para 66%, reduzindo para 61% entre aqueles que já trabalharam, e estando abaixo do total geral entre os jovens estudantes que nunca trabalharam (51%). Há, então, interferência na participação dos jovens organizações políticas o fato de eles estarem ou não trabalhando. Será que o fator de não-trabalhar os torna inibidos?

Tabela 65 – Futura Participação em Organizações Políticas por trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	6%	6%	10%
Grêmios estudantil	19%	13%	15%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	9%	20%	24%
Não, não tenho interesse	66%	61%	51%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Se as opções de grêmios e grupos ligados à religião não figuram como canais significativos para uma futura atuação política entre estudantes das escolas particulares, aparecem, a seu turno, como grandes possibilidades para os jovens das escolas públicas participarem de organizações políticas: 9% em pastoral da juventude e 19% em grêmios estudantis. Já acerca da participação em atividades alternativas, isto é, em ONGs, associações beneficentes, e outras associações, partidos, sindicatos, os resultados entre os estudantes de escolar particular são de grande relevância. Salta de 4% entre os que já participam para 40% entre aqueles que gostariam de participar. Neste caso, o quadro, sofre pouca variação entre os jovens estudantes das escolas públicas: de 5% entre os que já participam, sobre para 13% entre os que gostariam de participar.

Nos dois casos, a maior parte não pretende participar, mas os jovens das escolas públicas têm um interesse menor.

Tabela 66 – Futura Participação nas Organizações Políticas por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	9%	0%
Grêmios estudantis	19%	6%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	13%	40%
Não, não tenho interesse	59%	54%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere às atividades comunitárias o grêmios Estudantis é a organização que os jovens que já participaram de atividade religiosa mais gostariam de participar, assim como os estudantes ligados aos esportes, com percentuais de 21% para ambos. É uma situação um pouco diversa no quadro geral quando verificamos uma tendência do jovem em buscar participação em outras formas de atividades comunitárias que não o Grêmios e a Pastoral.

A tabela abaixo, traz informações sobre a participação do jovem:

Tabela 66 – Futura Participação nas Organizações Políticas por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	5%	13%	6%	4%
Grêmios estudantis	21%	21%	13%	8%
Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação)	19%	12%	19%	25%
Não, não tenho interesse	55%	54%	62%	63%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

7.2 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES POLÍTICAS ESPECÍFICAS

A questão seguinte procura observar o interesse dos estudantes por diversos temas políticos.

Tabela 67 – Participação do Jovem

	<i>Participa/Já participou</i>	<i>Gostaria de participar</i>	<i>Não pretende participar</i>
Movimento contra a corrupção política	6% (16)	61% (165)	33% (89)
Campanha eleitoral	7% (19)	19% (51)	74% (200)
Movimento pela segurança	11% (30)	66% (178)	23% (62)
Movimento pela melhoria da cidade	11% (30)	65% (175)	24% (65)
Protestos radicais de rua	12% (32)	28% (76)	60% (162)
Movimento pela melhoria do bairro	14% (38)	55% (148)	31% (84)
Campanha ecológica	14% (38)	57% (154)	29% (78)
Greve	20% (54)	21% (57)	59% (159)
Movimento pela paz	24% (65)	60% (162)	16% (43)
Grupo de jovens (dança, teatro, futebol).	54% (146)	31% (84)	15% (40)

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

A tabela apresenta dados relevantes em termos do estudo que estamos realizando. Na questão da participação efetiva quanto à participação futura dos jovens em atividades políticas específicas, destacamos que há um interesse no engajamento em atividades políticas não convencionais, como, por exemplo: campanha ecológica (57%), movimento pela paz (60%), movimento pela segurança (66%). Grupo de jovens, como dança, teatro, futebol e grande parte gostariam de participar (31%) a maioria, já participou.

Os jovens também se revelam preocupados com a situação do local onde mora e da cidade: 65% gostariam de participar de algum movimento em favor da melhoria da cidade e outros 55%, de movimento pela melhoria do bairro.

Chama atenção, o fato de que 61% dos jovens gostariam de participar de movimento contra a corrupção. Em outros termos, os jovens almejam mudança e demonstram preocupação em questões políticas e ligadas à coletividade.

A respeito da atuação política convencional dos jovens, 20% já participou de alguma greve. Certamente trata-se dos movimentos de greves realizados pelos próprios professores, bem como das lutas dos estudantes em torno da questão do preço do passe escolar. Por um outro lado, temos estudantes que já tiveram contato com movimento ecológico (14%) e também pela paz (24%). Por último, vemos que há um grande interesse deles em participar de eventos e grupos informais e esportivos (54%). Isso demonstra que os jovens não estão parados e nem apáticos.

Notamos também que os jovens não vislumbram a participação em greves (59%) e que a grande maioria não está interessado em atuar em campanhas eleitorais (64%).

Essa situação demonstra a descrença dos jovens nessas duas formas institucionais de fazer política: movimento sindical e partidos políticos.

Observamos, igualmente, que 60% deles não estão interessados em aderir a movimentos radicais de protestos de rua, o que revela, de certa forma, que os jovens buscam atuações políticas com mais prudência e diálogo.

A partir dessa tendência, Schmidt (2001) conclui que o século XX é marcado por uma redução da participação juvenil nas formas tradicionais de atuação na sociedade e na política brasileiras.

Por um outro lado, o início do século XXI pode ser caracterizado por um crescimento em atividades que envolvem o meio-ambiente, o contexto sócio-político e o cultural. Assim sendo, para esse autor,

os jovens não estão desatentos às questões de melhoria econômica, relacionadas à sua sobrevivência. Trata-se de um redimensionamento do universo dos valores e das expectativas, em que temas como ecologia e direitos humanos passam a conter com uma importância que não possuem ainda no conjunto da sociedade brasileira (SCHMIDT, 2001, p. 245).

Essas características são gerais, não havendo diferenças significativas no que tange ao envolvimento dos e das jovens em atividades políticas específicas. Mantêm-se as mesmas tendências, ou seja, tanto as garotas como os rapazes não são atraídos pela política convencional e buscam atividades alternativas, ligadas ao seu próprio bem estar em nível pessoal e cultural.

Tabela 68 – Participação do Jovem por Gênero

	<i>Feminino</i>			<i>Masculino</i>		
	Participa ou já Participou	Gostaria de participar	Não pretende participar	Participa ou já Participou	Gostaria De participar	Não Pretende Participar
Movimento contra a corrupção política	5%	59%	36%	7%	62%	31%
Campanha eleitoral	7%	18%	75%	7%	21%	72%
Movimento pela segurança	12%	67%	21%	9%	67%	24%
Movimento pela melhoria da cidade	12%	66%	22%	11%	64%	25%
Protestos radicais de rua	9%	28%	63%	14%	30%	56%
Movimento pela melhoria do bairro	15%	55%	30%	14%	56%	30%
Campanha ecológica	11%	56%	33%	18%	57%	25%
Greve	19%	17%	64%	21%	25%	54%
Movimento pela paz	28%	58%	14%	20%	62%	18%
Grupo de jovens (dança, teatro futebol)	51%	35%	14%	56%	28%	16%
Total	131			139		

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Também o fator trabalho interfere pouco em termos de participação política em atividades específicas.

De modo geral, os jovens estudantes tendem a estar participando mais em movimentos pela paz, e em grupo de jovens, como teatro, dança e futebol. O grupo que já tem a experiência de trabalho, além de participar dessas duas atividades, encontram-se também participando de greves.

No que se refere à futura participação em atividades políticas específicas, percebemos que as atividades que tiveram baixos percentuais de participação de jovens, como campanha ecológica, movimentos pela paz, pela segurança, pela melhoria da cidade, do bairro e contra a corrupção na política, são aquelas em que eles nas três situações de trabalho mais gostariam de atuar.

A tabela abaixo revela que há um aumento significativo no que refere aos percentuais dos jovens que já participam e dos que gostariam de participar, independentemente de estarem ou não exercendo alguma atividade laborial regular.

Tabela 69 – Participação do Jovem por Trabalho

	<i>Trabalha</i>			<i>Já trabalhou</i>			<i>Nunca</i>		
	P/P	G/P	N/P	P/P	G/P	N/P	P/P	G/P	N/P
Movimento contra a corrupção política	6%	54%	40%	5%	62%	33%	7%	66%	27%
Campanha eleitoral	8%	14%	78%	8%	30%	62%	6%	19%	75%
Movimento pela segurança	13%	61%	26%	10%	70%	20%	9%	70%	21%
Movimento pela melhoria da cidade	14%	60%	26%	8%	72%	20%	11%	65%	24%
Protestos radicais de rua	17%	29%	54%	13%	30%	57%	7%	27%	66%
Movimento pela melhoria do bairro	12%	59%	29%	16%	59%	25%	15%	50%	35%
Campanha ecológica	14%	56%	30%	15%	52%	33%	14%	60%	26%
Greve	25%	19%	56%	26%	23%	51%	12%	22%	66%
Movimento pela paz	30%	54%	16%	23%	61%	16%	19%	65%	16%
Grupo de jovens (dança, teatro futebol)	50%	32%	18%	62%	30%	8%	52%	32%	16%
Total	107			62			101		

Legenda

P/P-Participa ou já participou
 G/P-Gostaria de participar
 N/P - Não pretende participar

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Esses dados revelam que os jovens estão mais propensos a participar em movimentos novos, relacionados aos problemas da atualidade, como a luta pela segurança, pelo meio-ambiente e pela paz. Essa é uma tendência atual, que também são questões mais visíveis para eles (são mais compreensíveis do que a política tradicional).

Assim, se a campanha eleitoral e político-partidária é a atividade icônica da forma tradicional de fazer política, os jovens não se mostram interessados, na sua imensa maioria, a participar dela. Os resultados da pesquisa entre os estudantes de Londrina revelam essa tendência: são 78% entre os que trabalham, 62% entre os que já trabalharam e 75% entre os que nunca trabalharam. Como se vê, os que já trabalharam, demonstra um interesse um pouco maior.

A participação dos jovens em atividades políticas específicas altera se em função deles estar em uma das duas redes de ensino. Com efeito, mantêm-se a tendência geral

entre os jovens entrevistados de se aproximarem mais de atividades não políticas, como esportes e informais. No entanto, chama-nos atenção alguns números entre os alunos das escolas particulares, cujos percentuais são os mais altos.

Tabela 70 – Participação do Jovem por Escola

	<i>Pública</i>			<i>Particular</i>		
	Participa ou já Participou	Gostaria de participar	Não pretende participar	Participa ou já participou	Gostaria de participar	Não pretende participar
Movimento contra a corrupção política	4%	58%	38%	13%	72%	15%
Campanha eleitoral	7%	19%	74%	9%	21%	70%
Movimento pela segurança	12%	64%	24%	5%	78%	17%
Movimento pela melhoria da cidade	11%	64%	25%	13%	68%	19%
Protestos radicais de rua	13%	59%	28%	9%	28%	63%
Movimento pela melhoria do bairro	14%	57%	29%	17%	50%	33%
Campanha ecológica	11%	56%	33%	26%	61%	13%
Greve	21%	20%	59%	18%	26%	56%
Movimento pela paz	26%	58%	16%	17%	68%	15%
Grupo de jovens (dança, teatro futebol)	50%	35%	15%	70%	15%	15%
Total	216			54		

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Em termos de participação efetiva dos jovens, os estudantes de escolas públicas participam mais de movimentos pela segurança e pela paz. Será que essa tendência revela que tais estudantes encontram-se mais próximos de situações marcadas pela violência? Eles, também gostariam de participar de protestos de ruas (59% contra apenas 28% dos alunos de escolas particulares). Por outro lado, notamos que os estudantes de escolas particulares participam mais de campanhas ecológicas e contra a corrupção.

Com efeito, parece que os estudantes das escolas privadas demonstram um grau maior de interesse em todos os assuntos políticos, como combate a corrupção, segurança, melhoria da cidade, meio ambiente, movimento pela paz. Eleições, protestos e greves não são com eles.

Em relação ao que se refere às atividades de cunho mais lúdico, como dança, teatro e futebol, os estudantes de escolas particulares, em sua imensa maioria, encontram-se participando dessas atividades (70%), enquanto que um percentual bem menos dos jovens das escolas públicas tem ou já teve envolvimento com tais atividades (50%).

Tabela 71 – Participação do Jovem por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>			<i>Religião</i>			<i>Não participa</i>			<i>Outros</i>			Legenda
	P/P	G/P	N/P	P/P	G/P	N/P	P/P	G/P	N/P	P/P	G/P	N/P	
Movimento contra a corrupção política	8%	63%	29%	2%	60%	38%	5%	60%	35%	8%	67%	25%	P/P - Participa ou já participou
Campanha eleitoral	8%	29%	63%	10%	11%	79%	5%	19%	76%	4%	25%	71%	G/P - Gostaria de participar
Movimento pela segurança	13%	69%	18%	13%	62%	25%	9%	68%	23%	12%	67%	21%	N/P - Não pretende Participar
Movimento pela melhoria da cidade	27%	43%	30%	20%	39%	41%	9%	62%	29%	12%	46%	42%	
Protestos radicais de rua	16%	39%	45%	17%	61%	22%	8%	29%	63%	16%	16%	68%	
Movimento pela melhoria do bairro	27%	43%	30%	20%	39%	41%	9%	62%	29%	12%	46%	42%	
Campanha ecológica	21%	55%	24%	16%	54%	30%	11%	58%	31%	8%	63%	29%	
Greve	37%	18%	45%	20%	15%	65%	17%	22%	61%	21%	29%	50%	
Movimento pela paz	26%	66%	8%	29%	51%	20%	23%	62%	15%	17%	58%	25%	
Grupo de jovens (dança, teatro futebol)	68%	29%	3%	60%	28%	12%	45%	36%	19%	71%	8%	21%	
Total	38			61			147			24			

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

De modo, vimos que há pouca participação efetiva dos jovens. A maioria, no entanto, gostaria de participar de temas de interesse público, como movimento contra a corrupção, pela paz, pela segurança, pelo meio ambiente. Por outro lado, os jovens seu maior número não gostariam de participar de atividades política como greves, campanhas eleitorais protestos de rua. Há, assim, um descolamento entre os temas políticos (que os jovens julgam importantes) e o interesse em participar de mecanismos tradicionais, como voto e greves.

7.3 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

A tabela seguinte revela o nível de confiança dos jovens nas instituições sociais e nos canais de políticos. Observemos como os dados estão distribuídos.

Tabela 72 – Nível de Confiança

	<i>Muita</i>	<i>Razoável/pouca</i>	<i>Nenhuma</i>
Pai	75% (203)	19% (51)	6% (16)
Mãe	90% (243)	9% (24)	1% (3)
Irmão	49% (132)	39% (105)	12% (33)
Amigos	25% (68)	70% (189)	5% (13)
Igreja	43% (116)	42% (113)	15% (41)
Governo Federal	1% (3)	59% (159)	40% (108)
Congresso nacional	0%	57% (154)	43% (116)
Poder judiciário	3% (8)	66% (178)	31% (84)
Forças armadas	10% (27)	66% (178)	24% (65)
Polícia	5% (13)	61% (165)	34% (92)
Sindicatos	3% (8)	62% (167)	35% (95)
Movimento Estudantil	12% (32)	70% (189)	18% (49)

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Assim sendo, a família aparece como a instituição que os jovens mais confiam, em que a mãe continua sendo a figura mais confiável (90%), seguida pelo pai (75%) e pelos irmãos (49%). Os pais, portanto, são um dos principais referenciais dos jovens em relação à política, isto é, “eles, mais que ninguém, continuam representando para os jovens as pessoas em que podem acreditar e de onde esperam apoio e orientação”. (SCHMIDT, p.227)

Os jovens têm uma confiança razoável à pesquisa nas instituições. Dentre as instituições mencionadas, a Igreja é a que apresenta mais confiabilidade (43%). Em contraste, 43% dos jovens não têm nenhuma confiança no Congresso Brasileiro; e 40% também e não confiam no governo Federal. Essa desconfiança se faz presente nos três poderes, bem como nos sindicatos e na polícia.

Os dados acerca do movimento estudantil revelam extremos interessantes. Embora 12% dos jovens tenham muita confiança, no outro extremo, o percentual maior é daqueles que desacreditam no movimento estudantil (18%). Ainda que o grêmio apareça como uma instituição em que o jovem gostaria de participar em termos de futuro, a experiência atual do movimento estudantil acabou gerando essa desconfiança. O jovem atualmente percebe que os grêmios nas escolas são poucos efetivos no tocante às demandas políticas dos estudantes.

Ainda sobre o nível de confiança, agora, analisado a partir do gênero masculino e feminino, a família vem em primeiro lugar na confiança dos jovens e das jovens seguidas pela igreja e movimento estudantil, nessa ordem. Trata-se de uma situação que se enquadra na tendência geral observada entre a juventude, conforme dados gerais referentes à confiança que os jovens estudantes depositam em pessoas ou instituições.

Tabela 73 – Nível de Confiança por Gênero

	<i>Feminino</i>			<i>Masculino</i>		
	Muita	Razoável ou pouca	Nenhuma	Muita	Razoável ou pouca	Nenhuma
Pai	70%	23%	7%	80%	14%	6%
Mãe	92%	8%	0%	89%	9%	2%
Irmão	52%	39%	9%	46%	40%	14%
Amigos	25%	73%	2%	25%	68%	7%
Igreja	46%	43%	11%	40%	41%	19%
Governo Federal	0%	58%	42%	3%	59%	38%
Congresso Nacional	0%	54%	46%	1%	58%	41%
Poder Judiciário	2%	70%	28%	4%	62%	34%
Forças Armadas	8%	70%	22%	12%	63%	25%
Polícia	5%	69%	26%	5%	54%	41%
Sindicatos	3%	62%	35%	4%	61%	35%
Movimento Estudantil	11%	75%	14%	14%	64%	22%
Total	131			139		

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Embora a confiança nos três poderes seja baixíssima, são as jovens que se mostram um pouco mais descrentes.

Os dados gerais já demonstraram que a família e a igreja são as duas instituições que os jovens mais confiam. No outro extremo, isto é, da desconfiança, estão os três poderes. Esse quadro se mantém nas três situações de trabalho, revelando que a experiência de trabalho não interfere de modo significativo no grau de confiança que os jovens entrevistados depositam nessas instituições.

Porém, um dado nos chama atenção. Era de se esperar que a confiança no sindicato fosse mais considerável entre os jovens estudantes que trabalham ou que já trabalharam, mas os resultados obtidos nos indicam poucas variações, sendo até mais alto o percentual de nenhuma confiança.

Observemos os números, comparando-os com o total geral da pesquisa.

Tabela 74 – Nível de Confiança por Trabalho

	<i>Trabalha</i>			<i>Já Trabalhou</i>			<i>Nunca</i>			Legenda
	M	R/P	N	M	R/P	N	M	R/P	N	
Pai	81%	12%	7%	63%	30%	7%	76%	18%	6%	M - Muita R/P - Razoável ou pouca N - Nenhuma
Mãe	93%	6%	1%	84%	13%	3%	91%	9%	0%	
Irmão	52%	42%	6%	40%	38%	22%	52%	37%	11%	
Amigos	22%	71%	7%	26%	67%	7%	27%	71%	2%	
Igreja	51%	37%	12%	39%	26%	35%	36%	51%	13%	
Governo Federal	3%	50%	47%	0%	70%	30%	1%	60%	39%	
Congresso Nacional	1%	53%	46%	0%	62%	38%	0%	56%	44%	
Poder Judiciário	3%	59%	38%	2%	74%	24%	4%	67%	29%	
Forças Armadas	11%	58%	31%	6%	79%	15%	12%	67%	21%	
Polícia	8%	54%	38%	3%	66%	31%	3%	66%	31%	
Sindicatos	6%	55%	39%	2%	64%	34%	2%	66%	32%	
Movimento Estudantil	12%	63%	25%	7%	80%	13%	16%	71%	13%	
Total	101			62			101			

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Também notamos que os percentuais de desconfiança nessa instituição praticamente se mantiveram, com variações quase insignificantes.

No que tange à confiança e as duas redes de ensino, seguem a tendência observada no total geral dos jovens entrevistados. Eles confiam mais na família, isto é, na mãe, no pai e no irmão e muito menos nos três poderes. Todavia, a situação se altera no que se refere à confiança que eles depositam na igreja.

Os jovens das escolas públicas confiam muito mais do que os jovens das escolas particulares, na igreja (50% *muita confiança*, contra apenas 15%, entre os jovens das escolas particulares). E nas instituições políticas o nível da descrença dos estudantes das escolas públicas é bem mais alto.

Tabela 75 – Nível de Confiança por Escola

	<i>Pública</i>			<i>Particular</i>		
	Muita	Razoável ou pouca	Nenhuma	Muita	Razoável ou pouca	Nenhuma
Pai	73%	19%	8%	83%	15%	2%
Mãe	92%	8%	0%	89%	9%	2%
Irmão	46%	42%	12%	61%	30%	9%
Amigos	22%	72%	6%	35%	63%	2%
Igreja	50%	37%	13%	15%	59%	26%
Governo Federal	2%	56%	42%	0%	69%	31%
Congresso Nacional	1%	55%	44%	0%	61%	39%
Poder Judiciário	4%	64%	32%	0%	70%	30%
Forças Armadas	11%	64%	25%	7%	76%	17%
Polícia	6%	58%	36%	0%	76%	24%
Sindicatos	3%	60%	37%	4%	67%	29%
Movimento Estudantil	11%	71%	18%	17%	66%	17%
Total	216			54		

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Em relação ao nível de confiança dos grupos comunitários os dados seguem a tendência geral. Conforme tabela abaixo: muita confiança na família e pouquíssima confiança nas instituições políticas.

Chama-nos atenção para o fato de que os que participam de atividades esportivas tendem a ter muita confiança no movimento estudantil, se comparado com os dados gerais que é de 12%.

Também percebemos que os que participam de atividades religiosas apresentam um grau maior (mais de 50%) de confiança na Igreja, o que era de se esperar.

Já em termos de confiança nos três poderes, há um aumento significativo entre os estudantes que participam de outras atividades, quando comparados aos resultados gerais.

Os percentuais saltam de 1% para 8%, 0% para 4%, 3% para 4% respectivamente para confiança no Governo Federal, Congresso Nacional e Poder Judiciário.

Tabela 76 – Nível de Confiança e Grupos Comunitários por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>			<i>Religião</i>			<i>Não participa</i>			<i>Outros</i>			Legenda M - Muita R/P Razoável ou pouca N - Nenhuma
	M	R/P	N	M	R/P	N	M	R/P	N	M	R/P	N	
Pai	83%	3%	14%	83%	12%	5%	70%	25%	5%	74%	17%	9%	
Mãe	89%	8%	3%	92%	5%	3%	91%	9%	0%	83%	17%	0%	
Irmão	61%	31%	8%	52%	43%	5%	44%	40%	16%	63%	29%	8%	
Amigos	39%	50%	11%	21%	76%	3%	21%	75%	4%	33%	63%	4%	
Igreja	42%	45%	13%	59%	38%	3%	38%	41%	21%	37%	46%	17%	
Governo Federal	3%	71%	26%	0%	66%	34%	1%	53%	46%	8%	59%	33%	
Congresso Nacional	0%	74%	26%	0%	61%	39%	0%	51%	49%	4%	50%	46%	
Poder Judiciário	5%	71%	24%	7%	71%	22%	1%	63%	36%	4%	50%	46%	
Forças Armadas	3%	76%	21%	13%	67%	20%	9%	66%	25%	21%	54%	25%	
Polícia	8%	58%	34%	8%	64%	28%	2%	64%	34%	8%	42%	50%	
Sindicatos	5%	63%	32%	6%	66%	28%	1%	59%	40%	4%	63%	33%	
Movimento Estudantil	23%	60%	17%	10%	75%	15%	10%	71%	19%	16%	67%	17%	

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

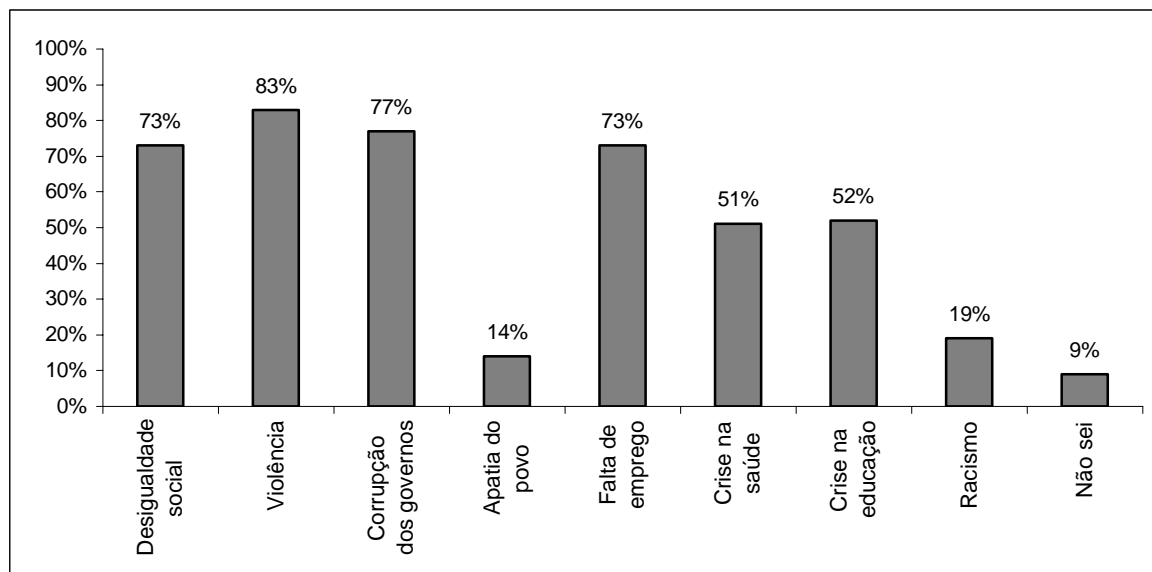
No que tange à questão de confiança, vemos que a família é sempre a instituição que os jovens mais confiam. É uma leitura mais personalizada. A Igreja vem sempre em segundo lugar.

A tabela acima apresenta um dado que preocupa. Quem participa de outras atividades tendem a confiar muito mais na forças armadas do que os jovens estudantes que participam de atividades religiosas, esportivas, ou não participa de nenhuma atividade.

Será que tal grupo é formado por aqueles alunos das escolas particulares que pensam que em certas situações é melhor a ditadura?

7.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS BRASILEIROS

Ainda para verificar mais detalhadamente se os jovens têm ou não interesse nos problemas sociais e econômicos brasileiros, solicitamos que elencassem os assuntos que consideram mais importantes.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 13 – Principais Problemas do Brasil

Os percentuais obtidos, de modo geral, inserem-se na leitura comum entre a população brasileira, isto é, não há algo que seja uma visão própria dos jovens. São, portanto, problemas sociais que afetam a vida de cada cidadão brasileiro, e não somente a juventude. É nesse sentido que os resultados da variável gênero não trouxeram mudanças significativas. Revelaram a tendência geral acima.

Tabela 77 – Principais problemas do Brasil

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Desigualdade social	73%	72%
Violência	85%	81%
Corrupção dos governos	76%	79%
Apatia do povo	11%	17%
Falta de emprego	75%	70%
Crise na saúde	53%	50%
Crise na educação	53%	52%
Racismo	22%	17%
Não sei	9%	9%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Violência, corrupção nos governos, desigualdade social e falta de emprego, nessa seqüência, são os quatro maiores problemas do Brasil apontados pelos jovens

estudantes, independentemente de terem ou não uma experiência de trabalho. Trata-se de uma visão que reflete a compreensão da população em geral, conforme já constatamos. Sendo que os jovens entrevistados são todos estudantes e já tiveram ou estão tendo, em sua maioria, uma experiência de trabalho regular, dois pontos nos chamam atenção: a crise na educação e a falta de emprego.

As respostas obtidas entre que nunca trabalharam elevam o percentual dos que vêem a crise na educação como um dos principais problemas do Brasil. Os números saltam de 52%, na soma geral, para 62% entre os jovens estudantes que nunca trabalharam. Certamente o entendimento desses jovens está relacionado ao fato de eles viverem mais intensamente a vida escolar. São jovens que formam um grupo que percebe o quanto a educação brasileira no seu conjunto está aquém de suas necessidades de formação humana e preparação para o mercado de trabalho. Trata-se de uma preocupação legítima porque a situação da educação interfere diretamente no futuro desses jovens, tendo em vista o acesso deles à universidade e inserção no mercado de trabalho.

Já quem está trabalhando não tem a mesma percepção com relação à escola. Os números revelam uma redução significativa quando comparado com os dados gerais: de 52% entre todos os jovens, para 42% entre os jovens estudantes que estão trabalhando. Esse mesmo grupo ainda faz cair o percentual dos que vêem a falta de emprego com um dos principais problemas do Brasil: de 73%, no total geral, para 67% entre os jovens que trabalham. A diferença pode ser pequena, mas nos indica que, de certa forma, quem trabalha apresenta mais dificuldade em perceber a magnitude do problema social que é o desemprego no Brasil.

Tabela 78 – Principais Problemas do Brasil por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Desigualdade social	69%	74%	74%
Violência	79%	81%	88%
Corrupção dos governos	71%	81%	82%
Apatia do povo	14%	19%	12%
Falta de emprego	67%	76%	76%
Crise na saúde	56%	44%	51%
Crise na educação	42%	53%	62%
Racismo	22%	13%	19%
Não sei	13%	6%	7%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

A leitura que os jovens de ambas as redes de ensino fazem sobre os mais importantes problemas do Brasil se liga, de modo geral, a uma condição de classe social. De modo geral, os jovens estudantes refletem a interpretação da situação que a própria população brasileira faz do Brasil atual, porém com algumas particularidades. Era de se esperar que os jovens das escolas públicas sentissem muito mais a crise na educação, dada à situação em que se encontram as escolas do país. Mas, os resultados não revelam essa hipótese. Apenas 45% dos jovens estudantes das escolas públicas apontaram a crise na educação como um dos principais problemas do Brasil, contra 80% dos alunos das escolas particulares. Por um outro lado, os alunos das escolas públicas sentem muito mais o problema do racismo (21%) e do desemprego (75%) dos que os alunos das escolas particulares (9% e 63% respectivamente).

Tabela 79 – Principais Problemas do Brasil por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Desigualdade social	70%	80%
Violência	82%	87%
Corrupção dos governos	74%	91%
Apatia do povo	12%	24%
Falta de emprego	75%	63%
Crise na saúde	54%	43%
Crise na educação	45%	80%
Racismo	21%	9%
Não sei	10%	7%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Quanto aos estudantes que participam de alguma atividade comunitária, eles revelam uma situação interessante: quem participa de atividade religiosa ou outras atividades parecem ter uma percepção mais apurada dos problemas que atingem o Brasil. Isso se dá talvez porque a religião e as outras atividades têm um forte apelo para os termos sociais. O discurso religioso é quase sempre voltado para a caridade e ONGs, por exemplo, destinam-se a desenvolver atividades ligadas a situações sociais específicas, como combate ao desemprego, analfabetismo. Por um outro lado, os que se encontram ligados aos esportes, e apresentam níveis mais baixos de percepção dos problemas. Confira a tabela:

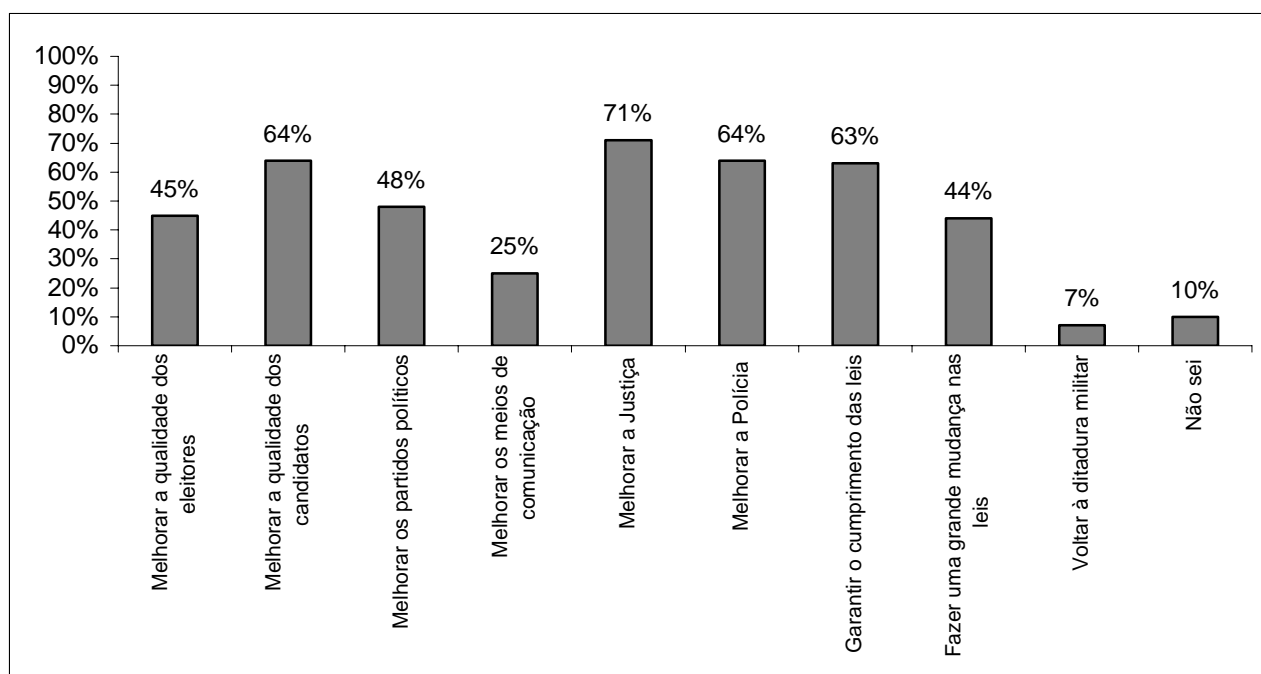
Tabela 80 – Principais Problemas do Brasil por Atividade Comunitária

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Desigualdade social	68%	80%	67%	92%
Violência	74%	87%	82%	92%
Corrupção dos governos	76%	79%	76%	83%
Apatia do povo	16%	11%	14%	21%
Falta de emprego	66%	72%	74%	67%
Crise na saúde	53%	61%	48%	46%
Crise na educação	50%	43%	57%	63%
Racismo	21%	25%	16%	21%
Não sei	11%	7%	10%	0%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

7.5 PONTOS PARA MELHORAR O BRASIL

Tendo em vista os problemas mencionados, o gráfico⁶⁴ abaixo revela o que os jovens, no geral, consideram que deve ser feito para melhor o Brasil. Essa questão objetiva verificar o grau de compreensão dos estudantes em relação aos problemas políticos.



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Gráfico 14 – Questões para Melhorar o Brasil

⁶⁴A metodologia usada para a tabulação desses dois últimos gráficos constituiu em somar os números referentes aos cinco quesitos que representam os problemas sociais no Brasil. O mesmo procedimento foi aplicado no que se refere às possíveis soluções para melhorar o país, apontadas pelos jovens entrevistados.

É interessante observar que os jovens acreditam que o país só irá melhorar através de algumas mudanças ligadas à esfera da política institucionalizada e tão pouco de canais alternativos. Em outros termos, embora eles não se mostrem interessados em participar da política partidária, eles compreendem que as instituições convencionais são importantes de tornar o Brasil em um país melhor.

Todavia, sabem também que não é possível que as instituições políticas continuem da forma que estão. Nesse sentido, eles dizem que é preciso melhorar a justiça, fazer cumprir as leis, punindo os culpados e evitando impunidades.

Acerca dessa questão, não há resultados significativos em termos de gênero. Tanto os jovens como as jovens tendem a elencar os mesmos pontos dos jovens no plano geral. Sendo que o percentual apontado pelas mulheres é em geral mais alto.

Tabela 81 – Questões para melhorar o Brasil por Gênero

	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
Melhorar a qualidade dos eleitores	47%	44%
Melhorar a qualidade dos candidatos	61%	68%
Melhorar os partidos políticos	48%	47%
Melhorar os meios de comunicação	25%	25%
Melhorar a Justiça	76%	68%
Melhorar a Polícia	68%	60%
Garantir o cumprimento das leis	64%	62%
Fazer uma grande mudança nas leis	48%	40%
Voltar à ditadura militar	9%	6%
Não sei	10%	10%
Total	131	139

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O mesmo se dá no tocante às três situações de trabalho, isto é, quem trabalha, quem já trabalhou e quem nunca trabalhou, tendem a manter a tendência já observada quando apresentamos, num plano geral, os resultados obtidos pela amostragem da pesquisa que realizamos com estudantes de Londrina, na faixa etária entre 16 e 17 anos.

Na maioria das questões, entretanto, os que trabalham apresentam índices percentuais mais baixos. Somente o “não sei” é mais alto. Confira os percentuais na tabela que se segue.

Tabela 82 – Questões para Melhorar o Brasil por Trabalho

	<i>Trabalha</i>	<i>Já trabalhou</i>	<i>Nunca trabalhou</i>
Melhorar a qualidade dos eleitores	37%	53%	49%
Melhorar a qualidade dos candidatos	62%	61%	69%
Melhorar os partidos políticos	49%	47%	48%
Melhorar os meios de comunicação	27%	37%	16%
Melhorar a Justiça	71%	66%	75%
Melhorar a Polícia	60%	61%	70%
Garantir o cumprimento das leis	62%	58%	67%
Fazer uma grande mudança nas leis	42%	47%	45%
Voltar à ditadura militar	6%	9%	8%
Não sei	13%	6%	7%
Total	107	62	101

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

A tabela abaixo apresenta os resultados envolvendo estudantes das duas redes de ensino. Os estudantes de escolas particulares apresentam índices acima dos obtidos no geral e entre estudantes de escolas públicas. Melhorar a Justiça, a polícia e a qualidade dos candidatos aparece com muitos pontos à frente. Mas também apontam, com 67% de respostas, a necessidade de melhorar a qualidade dos eleitores. Entre os estudantes da escola pública, os índices são bem mais baixos. Vejamos os resultados.

Tabela 83 – Questões para Melhorar o Brasil por Escola

	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>
Melhorar a qualidade dos eleitores	40%	67%
Melhorar a qualidade dos candidatos	62%	72%
Melhorar os partidos políticos	49%	44%
Melhorar os meios de comunicação	26%	20%
Melhorar a Justiça	70%	76%
Melhorar a Polícia	62%	72%
Garantir o cumprimento das leis	62%	65%
Fazer uma grande mudança nas leis	45%	41%
Voltar à ditadura militar	9%	2%
Não sei	11%	7%
Total	216	54

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Em termos de sugestões para melhorar a situação no Brasil, quem participa de alguma atividade comunitária tende a ver que esse processo passa pela mudança de qualidade dos eleitores com resultados acima na tendência geral.

Quem participa de atividades esportivas é o que menos acredita que o Brasil irá melhorar quando houver uma grande mudança nas leis. São eles também que mais sugerem uma solução via ditadura militar.

Quem participa de atividade religiosa acredita em mudança, sobretudo, via aprimoramento do poder judiciário.

Quem participa de outras atividades também acredita que as mudanças devem se dar na melhoria da justiça, porém que é preciso fazer o cumprimento das leis que já temos. Esse grupo ainda é o que mais acredita que melhorando os meios de comunicação, o país poderá melhorar.

Em todos os casos, meios de comunicação e volta à ditadura recebem percentuais baixos, de acordo com resultados da tabela abaixo.

Tabela 84 – Questões para Melhorar o Brasil? (por atividade comunitária)

	<i>Esportiva</i>	<i>Religião</i>	<i>Não participa</i>	<i>Outros</i>
Melhorar a qualidade dos eleitores	55%	54%	39%	54%
Melhorar a qualidade dos candidatos	63%	59%	67%	67%
Melhorar os partidos políticos	42%	54%	46%	54%
Melhorar os meios de comunicação	11%	23%	27%	42%
Melhorar a Justiça	66%	80%	69%	83%
Melhorar a Polícia	61%	66%	63%	50%
Garantir o cumprimento das leis	58%	66%	62%	71%
Fazer uma grande mudança nas leis	29%	41%	49%	50%
Voltar à ditadura militar	13%	7%	6%	8%
Não sei	11%	8%	11%	0%
Total	38	61	147	24

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Diante dos resultados obtidos no que tange a atividade comunitária, que os apontamos, embora apresentem resistência em participar da política mais convencional, não estão e não são alienados politicamente.

Com efeito, os dados mostram que a maioria não participa de movimentos políticos, nem de grupos associativos e muito menos comunitários. Mas os cruzamentos de dados mostram que as variáveis têm influencia em boa parte dos casos, diferente do outro capítulo anterior, quando se verificou que as variáveis se mostravam insignificativas. Por

exemplo, no que tange ao gênero, a religião marca as atividades das mulheres, e menos as dos homens, positivamente ou não. Outro ponto diz respeito aos jovens que já trabalharam: seus posicionamentos e leituras, no geral, são mais elaborados e críticos, parecem ter mais experiência em termos de atividade comunitária. Os jovens de escolas particulares, por sua vez, são mais participativos no que se refere às atividades comunitárias, ainda que voltados para atividades alternativas e menos tradicionais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação ajudou-nos a compreender que não é fácil definir o que é ser jovem. O que há, de fato, é uma pluralidade de formas de abordagem do jovem, já que os jovens mesmos são diversos entre si, sobretudo em termos de comportamentos e visão de mundo. Assim, para se falar de juventude faz-se mister analisá-la a partir de um contexto sócio-econômico-político, já que cada período histórico tem suas particularidades, interferindo e produzindo uma diversidade de “realidades juvenis”. Com efeito, podemos compreender juventude como uma categoria social e histórica, em que a dinamicidade da própria história e da sociedade não nos permite estabelecer uma única definição de juventude.

Em nossa pesquisa, sobressaíram-se alguns resultados significativos em função de diferenças em termos das variáveis. São dados importantes para se perceber como os jovens estudantes de Londrina se posicionaram diante dos questionamentos da pesquisa. Vamos apresentar tais conclusões de forma esquemática, por temas e segundo os resultados das variáveis. A intenção é fornecer uma visão mais de conjunto dos dados obtidos.

Em relação a definição de vida, os jovens da escola pública consideram a vida mais difícil e demonstram ser os mais indecisos. Já os jovens da escola privada consideram a vida tranqüila e bem positiva.

Dentro desse contexto, a pesquisa abordou a questão quanto a expectativa do jovem em relação ao futuro. Os que já trabalharam apontam que a situação não anda boa em relação ao futuro e os que nunca ou os que estão trabalhando possuem uma visão positiva do futuro. Destaca-se na atividade comunitária: a visão negativa foi maior entre os três, mais muito diferente, enquanto os que participam de outros são os mais otimistas. Mulheres e homens: adotam posturas semelhantes. O fator trabalho interfere mais quem já passou pela experiência do trabalho apresenta um modo diferente de compreender e perceber a vida. Estudar em escola pública e privada interfere na visão e compreensão de mundo, por exemplo, na escola privada os jovens se vêem tranqüilos e positivos em relação ao futuro. Já a escola pública falta igualdade de oportunidades. Eles acham a vida mais difícil e são os mais indecisos. Participar de atividades comunitárias interfere na visão de mundo, porque os que participam de esporte tende a desenvolver mais o senso da coletividade e que os “outros” também apresentam uma visão mais otimista em relação ao futuro.

Quanto ao interesse por assuntos de política, verificou-se que os rapazes se interessam mais por política que as jovens. Quem já trabalhou está muito mais interessado em

política do que aqueles que trabalham. Parece que o trabalho afasta-os da política. E entre os que nunca trabalharam, os números dos muito interessados são maiores. O jovem da escola particular se mostra mais interessados do que o jovem da escola pública. Os que praticam esportes são também a maioria dos que estudam em escolas particulares e nunca trabalharam, quer dizer, é um segmento social de melhor nível sócio-econômico. Este grupo tem mais interesse pela política.

Ao perguntarmos sobre a frequência com que os jovens se informam sobre política, observamos que quem não trabalha, estuda em escola privada e participa de grupos esportivos, corresponde a um segmento social economicamente mais alto. Provavelmente, estes fatores fazem com que tenha mais acesso a informações culturais mesmo políticas, têm maior interesse pela política. O grupo que já trabalhou encontra-se os mais interessados em política, com índices altos de interesses pela política, mostram-se mais politizados. Os que trabalham, estudam em escola pública e não participam de nenhuma associação são os mais desinteressados.

Falamos sobre o voto, e dentro deste aspecto, de modo geral: eles não trocam idéias, nem com a família e muito menos na escola, com os amigos. Os que nunca trabalharam são os que ouvem a família e que mais considera a opinião ouvida na escola. Os que participam são os que mais escutam os meios de comunicação. Em todos os casos, a influência da escola e dos amigos é mínima. É preocupante nas três categorias de trabalho: de modo igual, a ditadura é melhor. As respostas “não sei” principalmente entre os que trabalham, são altíssimos. Escolas particulares estão os mais politizados. Quem trabalhou tem mais dificuldades em compreender o processo político. Entre os que não participam, a resposta “sim”; é democrático, é o percentual mais baixo.

Em relação às atividades comunitárias claramente políticas, como partidos políticos, sindicatos apresentam percentuais muito baixos. Entre os que não participam de atividades comunitários esse percentual é ainda bem mais alto. Quem participa de grupos esportivos tem uma tendência em ligar-se ao grêmio estudantil. No grupo dos “jovens religiosos” não participam de nada, mas 25% estão ligados a Pastoral. No grupo dos “outros”, 67% não participam de nada, mas 17% encontram próximos a ONGs, outras instituições de caráter político. As jovens têm interesse em uma futura participação em maior número do que os rapazes. Elas querem participar principalmente do grêmio, mas também de pastorais, ONGs, partidos, etc. Os rapazes participam mais efetivamente enquanto que as garotas gostariam de participar. A tabela que mostrava o grau de participação segundo a situação de trabalho, apontava que os nunca trabalharam são os menos participativos. No entanto, quando

se trata da futura participação são esses jovens que demonstram maior interesse de participar. Há uma pouca participação efetiva. A maioria gostaria de participar de temas públicos como: corrupção, paz, segurança, meio ambiente. A grande maioria não pretende participar de: greves, campanhas eleitorais, protestos de rua. Não se mostrou interesse pelos protestos de rua. As instituições não estimulam a participação, mas muitos gostariam de participar, mas não participam. Há uma posição em relação a política institucionalizada e outra em relação as temáticas políticas: meio ambiente, desigualdades, etc.

As pesquisas a respeito dos jovens e a sua participação política, apresentadas neste trabalho, trazem interessantes pontos de reflexão, como, por exemplo, a relação entre capital social, cultura política e juventude.

Desse modo, no conjunto deste trabalho sobre juventude e participação política, fizemos uso do conceito de capital social para entendermos a construção do contexto político atual, especialmente após o processo de redemocratização do Brasil. Também esse mesmo conceito ajudou-nos na leitura da resposta que a juventude tem dado a partir das mudanças da cultura política brasileira, isto é, trata-se de uma sinalização de que a cultura híbrida traz em si elementos que favorecem o fortalecimento da democracia, embora mantenha traços do passado. Observamos isso entre os jovens, ao se sentirem menos motivados pela política formal atual e mais interessados por política feita por formas e em espaços alternativos, informais e menos ideológicos.

Assim sendo, a pesquisa realizada com os estudantes em Londrina mostrou que não há grandes diferenças em relação às atitudes ou às percepções políticas em comparação com outras pesquisas sobre a juventude e política. Em Londrina, seguem praticamente os mesmos resultados encontrados em pesquisas feitas com jovens de várias outras regiões brasileiras.

Segundo estudos aqui apresentados, tal comportamento pode ser relacionado também aos traços culturais da nossa história política. São “valores”, características, que ainda se perpetuam na política nacional. Trata-se de elementos culturais que têm privilegiado, sobretudo, a desmobilização e o não-envolvimento político dos cidadãos na esfera pública, tudo isso em nome de interesses de poucos, agravado ainda mais pela relação que a população comumente faz entre a política e corrupção, em especial depois dos últimos fatos envolvendo nossos parlamentares. Esse quadro acaba gerando, então, uma rejeição considerável à política institucional, principalmente por conta dos discursos demagógicos de uma grande parte dos representantes políticos, que não têm cumprido com suas promessas de campanha eleitorais. Isso aumenta a desconfiança e a frustração dos eleitores com a política institucional.

De acordo com essa tendência, constatamos que os jovens brasileiros estão insatisfeitos em relação à política institucional. Por outro lado, certamente por conta dessa insatisfação, o jovem manifesta quase sempre pelo desinteresse com política, onde os adultos acusa-os de politicamente apáticos. Há entre eles, também um sentimento de “perda de identidade nacional (...) que incide na configuração de uma cultura política híbrida, na qual se institucionaliza um comportamento de resignação com hostilidade em relação à política” (BAQUERO, 2005, p.91).

E as próprias às instituições parecem favorecer a descrença da juventude ao não atender muitas de suas demandas e reivindicações. Em outros termos, os jovens estão distantes até mesmo dos debates políticos que dizem lhes respeito mais diretamente, porque as próprias instituições não estimulam a participação. Baquero, assim, afirma que “institucionaliza-se, dessa forma, uma resignação (de que nada pode ser feito para alterar a situação) com hostilidade (rejeição da política formal) e, em alguns casos, o desenvolvimento da antipolítica” (2006, p. 61).

È a partir dessa realidade que retomamos a teoria de Almond e Verba no que se refere à cultura política *tipo sujeito* por ser a que melhor caracteriza o Brasil atual em termos de política e de democracia. Em seu conjunto, os brasileiros têm conhecimento da situação em que está a política nacional, como os escândalos de corrupção, o mau uso da máquina pública por parte dos governos, entre outros. Todavia, mesmo tendo esse conhecimento, os cidadãos não mudam de atitudes, e isso porque já houve uma internalização ideológica de que não adianta participar ou se envolver com política porque ela é “coisa suja”.

Nessa ótica, a partir dos estudos sobre juventude e política, acreditamos ser o capital social um caminho para que se possa superar a falta de credibilidade das instituições políticas perante a população. É partir do incremento do capital social que veremos se alterar os traços ainda autoritários presentes na cultura política brasileira, porque leva ao estabelecimento de atitudes entre os indivíduos que favorecem o amadurecimento do sistema político institucional, permitindo, assim, a consolidação da democracia.

Para que, de fato, ocorra a produção de capital social é indispensável a contribuição dos agentes de socialização política, mesmo influenciados e transformados pelas novas tecnologias. Entre os agentes, citamos a família, a escola, a igreja, partidos políticos, os meios de comunicação. Observamos na pesquisa em Londrina que esses agentes têm se ausentado do processo de formação política de nossa juventude, o que explica a produção baixa de capital social entre os jovens entrevistado. Falta, de modo geral, incentivo da parte desses agentes para a promoção da participação efetiva dos jovens em atividades associativas

e políticas. Em outros termos, o processo de socialização da juventude encontra-se deficitário. Parece não dar respostas às atuais demandas dos jovens. É a socialização política que, num movimento contínuo, permite o engajamento cívico dos cidadãos, contribuindo para com a constituição de uma cultura política mais democrática.

Também destacamos que o jovem brasileiro está inserido existencialmente na realidade de uma cultura híbrida que, do ponto de vista da política, mescla atitudes autoritárias e democráticas. Esse hibridismo cultural contribui para que o jovem, ao visualizar o autoritarismo político das instituições, afaste-se delas, sempre com descrença e desconfiança da política. Por um outro lado, quando os jovens visualizam a democracia, procuram, então, vivenciá-la entre eles, através de grupos associativos, isto é, novas formas de cooperação, de confiança, a partir da participação em espaços democráticos, contribuindo, assim, para a produção de capital social. Vale lembrar que essa participação, mesmo estudada pelos cientistas políticos, e praticada pelos jovens, só é possível porque já estamos inseridos numa experiência democrática.

A partir do hibridismo cultural de nossa política, notamos que entre elementos autoritários e democráticos, a presença de organizações e grupos informais de jovens aponta para o estabelecimento de uma cultura política diferente das práticas clientelistas, personalistas e patrimonialistas presentes na sociedade brasileira, pelos menos para aqueles jovens que se interessam pela política. Entretanto, para que isso ocorra, educação e política não podem estar dissociadas. As duas trabalhadas conjuntamente, segundo Rute e Marcello Baquero, possibilitam aos jovens “criar espaços educativos nos quais os sujeitos sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir e também de submeter à crítica não somente os valores, normas e direitos morais de indivíduos, grupos e comunidades, mas também os seus próprios valores” (2005, p.78).

Há muito a que ser feito para que essa realidade envolva um número cada vez maior de jovens. A socialização política da juventude nessa direção é ausente. As pesquisas apontam que ainda existem jovens simpatizantes de práticas autoritárias, revelando as contradições da cultura híbrida e da nova configuração da participação política dos jovens.

Por outro lado, sublinhamos que o quadro que se configura é positivo, sinal de que a juventude não está apática como tem se pensado, apenas está buscando outras formas de atuação na esfera pública, já que o contexto democrático lhe permite tais atitudes políticas. Mas o movimento não é natural, espontâneo. Cremos que educação política deve ser a fomentadora desse processo, de tal forma que a participação em espaços alternativos leve os jovens também a participar das instâncias políticas mais formais, já que as grandes decisões

públicas passam pelas instituições convencionais da vida política nacional. Assim, reclamamos como resposta a toda a conjuntura desenvolvida neste trabalho, uma atuação mais eficaz da educação brasileira, cuja abrangência esteja para além da própria escola como instituição formativa. Num diálogo permanente entre educação e política, teremos jovens dispostos a serem protagonistas de uma nova cultura política brasileira.

Para isso, apontamos a urgência de se promover uma atuação efetiva dos agentes de socialização, no sentido de que suas ações contribuam para incentivar os jovens ao envolvimento em associações voluntárias, ampliando a incorporação de crenças e valores de confiança e de solidariedade. E o capital social aí gerado leva também ao crescimento do capital social da sociedade como um todo, logo interferindo na cultura política.

Como já afirmamos, a relação que se dá nas esferas desses grupos, gera, por sua vez, a confiança, a solidariedade, a tolerância entre os jovens, elementos próprios do capital social que afeta a cultura política como um todo. Em outros termos, se a participação direta nesses espaços alternativos, não tem incidência direta na política institucional, no conjunto, o capital social gerado nesses grupos juvenis fomenta a cultura política. É como se fossem “portas” para se adentrar na política mais formal. Nessa ótica, a participação dos jovens em tais atividades parte da situação em nível micro (pessoal) para o macro (coletivo), num processo gradual de interferência na política institucional. Nazzari, assim, mostra tais relações e conseqüências,

no plano individual, desencadeiam sentimentos de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade. No plano social, fortalecem a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público e, no plano institucional, levam ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais. (NAZZARI, 2006, p. 205)

Esse processo se dá por que o capital social “surge como mecanismo que poderia proporcionar as bases de um resgate e revigoramento da participação dos cidadãos na política” (BAQUERO, 2005, p. 94). Os grupos e movimentos, assim, geram o envolvimento em associações formais ou informais, sobretudo pela reciprocidade e confiança produzidas entre os grupos sociais e os cidadãos. Em outras palavras, os grupos associativos operam como canais que possibilitam o desenvolvimento de habilidades cívicas que, ao fim, estendem-se também às esferas políticas, envolvendo, desde já, a confiança recíproca, elemento fundamental para a estabilidade democrática.

O momento histórico em que estamos é bastante oportuno para tratarmos com mais afinco a socialização política de nossa juventude, já que nossa pesquisa constatou, juntamente com outras, que há uma enorme lacuna na formação política de nossos jovens. E até o presente momento, a socialização política pouco ou quase nada interfere nos jovens no sentido de gerar sentimentos e comportamentos que os incentivem a participar de atividades políticas e associativas e como conseqüência não propicia a produção de capital social na sociedade. Notamos, também, que a juventude brasileira já está dando respostas positivas à política. Assim, cabe a sociedade democrática, especialmente a partir das instituições educacionais, colaborar e promover esse processo. A mudança na política que tanto almejamos passa necessariamente pela via da educação, na qual a juventude se mostra como destinatária e protagonista.

Por isso, retornemos à questão da educação política, pois ela poderá instrumentalizar o jovem para a reflexão, criticidade e atitudes coerentes com os princípios democráticos. A educação política ampla mostra-se urgente quando nos encaminhamos para a consecução de uma sociedade em que o acesso e a interpretação da informação fazem toda a diferença. A saúde da democracia e da cultura política brasileira depende de como a população lida com a informação que a mídia lhe passa. E com os jovens não é diferente.

É nesse sentido que sugerimos desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, que conteúdos sejam trabalhados detalhadamente e transversalmente, sobre a política e suas implicações na vida de cada cidadão. Dessa forma, colaborariam para uma socialização mais efetiva da juventude que se encontra em nossas escolas. Como conseqüência desse processo, a escola teria uma influência decisiva na construção de uma comunidade cívica mais atuante que, juntamente com o Estado, ocupar-se-ia da elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico, humano e democrático para nossa sociedade.

De modo geral, todos os agentes de socialização estariam norteando o processo de construção do capital social, que leva ao empoderamento, podendo ser práticas de intervenção no cenário político atual.

Vemos tais mecanismos como meios para a promoção da conquista ou da reconquista da confiança dos jovens na política institucional, para que haja efetivamente a realização da cidadania e de uma cultura política democrática.

A juventude parece que já está começando a despertar para isso. Ela estabelece grupos alternativos de atuação na esfera pública, cujo resultado, a longo prazo, será uma possível intervenção mais direta na política institucional.

O que acima pontuamos, no entanto, não significa que temos encontrado a uma resposta satisfatória à questão de o porquê dos jovens não participarem tanto da vida pública como deveriam. Vimos que se eles não buscam a política convencional, com pouca diferença positiva eles também participam de grupos alternativos. Fica-nos ainda em aberto o problema da não participação política dos jovens. O que conseguimos foram acenos de ordem mais pessoal, psicológica, social e cultural, que podem indicar possíveis caminhos no sentido de melhor compreender o que está acontecendo com nossos jovens e, conseqüentemente, encontrar soluções para aproximar o jovem da política.

Também gostaríamos de dizer que o término deste estudo não esgota o tema da juventude e da política. Sabemos que ainda há muito a ser feito. Este trabalho pretende ser o começo dos outros estudos. Precisamos pesquisar a respeito de temas que, no seu conjunto, aprofundariam nossas pesquisas, tais como:

- O papel dos agentes de socialização política dos jovens nos grupos informais?
- Como se dá a formação do capital social nos grupos associativos que os jovens estão participando?
- De que forma o capital social produzido ao nível de grupo atinge a política institucional, isto é, como as atitudes dos jovens em grupos informais convertem-se e influenciam a política formal?
- Investigar o fenômeno que acontece entre o grupo de estudantes que já trabalhou, uma vez que ele apresenta maior interesse por política. Buscar compreender como e porque isso se dá, e como isso tem influencia a atuação política desses jovens, seja do ponto de vista formal ou não.

São pontos que não desenvolvemos aqui. Todavia, essas e outras questões que ainda permanecem sem respostas nos instigam a continuar a pesquisar o tema da juventude e sua relação com a política. Sendo assim, como dizia Paulo Freire, “o que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (1970, p. 101)

Também gostaríamos de apontar que esse estudo não tem pretensão de responder cabalmente todas as indagações surgidas a partir do tema. O que propomos, portanto, são possíveis caminhos de reflexão sobre juventude e política. Esperamos que a pesquisa desenvolvida venha a contribuir, de uma forma ou de outra, para futuros estudos relacionados a essa temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, W.H. A Apatia da Juventude é um Mito. **Jornal Mundo Jovem**, PUCRS-Porto Alegre, maio 2000, p.16.

ALMOND, A G; BINGHAN, G. P. Junior. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALMOND, A G; VERBA, Sidney (org). **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston & Toronto: Little Brown and Co, 1963.

_____. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AUGUSTO, Maria H. Oliva. **Retomada de um Legado: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude**. **Revista Tempo social**. São Paulo, vol. 17. n.2, nov/2005. (versão impressa).

BAQUERO, Marcello. **O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil: Um Estudo Preliminar de Socialização Política**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol.15, n.4. out/dez/2001. (versão impressa)

_____. Credibilidad política e Ilusiones democráticas: Cultura Política y Capital Social en America Latina. **Revista Ecuador Debate**, Quito, n. 62, ago, 2005, p. 137-160.

_____. Globalização e Democracia Inercial: O que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa. In: BAQUERO, Marcelo & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 43-69.

BAQUERO, Rute. (Des) construindo a Democracia: educação política do jovem (Revista do Ensino – 1964-1978). In BAQUERO, Marcelo (org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004. p.49-78.

BAQUERO, Rute & HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de Jovens e Construção de Capital Social: Que Saberes são Necessários? In: BAQUERO, Marcelo & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.p. 227-250.

_____. Na Contramão da Cultura Individualista: Processos Educativos em Grupos Juvenis e Capital Social. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.164-178.

BAQUERO, Rute & BAQUERO, Marcello. Educação, Capital Social e Democracia – Buscando pontos de Convergência. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.77-83.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BORAN, Jorge. Sem Juventude não há Futuro. **Jornal Mundo Jovem**, PUCRS-Porto Alegre, abril 2001, p.12-13.

CARRANO R., Paulo César. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Revista Movimento**, n.1, maio de 2000, p.11-27.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, A.C.G. da. Uma Juventude sem Pátria. Conversa Afiada. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br>. Acesso em: 7 abril 2004.

DALLABRIDA, Roque Valdir. A Dimensão Inatingível do Desenvolvimento. Algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, Marcelo & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.p. 159-186.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1976, v.1 (República Velha -Os Fundamentos Políticos)

FORACCHI, M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Juventude: cultura e cidadania. 1999. (Coordenação de Gustavo Venturi e Marisol Recamán). Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 30 jan, 2006.

INGLEHART, Ronaldo. **Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies**, Princeton: Princeton University Press, 1997.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens jovens constetadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na pólis? In BAQUERO, Marcelo (org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004. p. 17-48.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LOPES, Leo. Campanha “**Se liga 16**” Movimenta Escolas Capixabas. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 30 abril. 2004.

LIMA, Carlos Jacob. A Teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.cchla.ufp.br>. Acesso em: 30 jan. 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital Social, Cultura e Socialização Política: A Juventude Brasileira. In: BAQUERO, Marcelo & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

_____. Capital Social e Socialização Política dos Jovens no Brasil. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.145-154.

OLIVEIRA VIANNA, F.J. **Instituições Políticas Brasileira – Fundamentos Sociais do Estado: Direito Público e Cultura**. 3.ed.. Rio de Janeiro: Record, 1974, vol. 1.

PERALVA, Angelina. O Jovem como Modelo Cultura. In: PERALVA, Angelina; SPOSITO, Marília. (org). Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n.5/6, maio/dez, 1997. p. 15-24.

PORTO, P. Mauro. Cultura Política e Democracia na América Latina. Disponível em: www.flacso.org.br. Acesso em: 21 set. 2005.

PRÁ, Jussara Reis. (Res) socializar é Preciso. Aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo (org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004. p. 79-119.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RATTNER, Henrique. Prioridade: Construir o Capital Social – os Descaminhos do Desenvolvimento Social. Disponível em: www.espaçoadêmico.com.br. Acesso em: 3.jan.2006.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil: A Socialização Política dos Jovens na Virada do Milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SILVEIRA, Angelita Fialho. O Empoderamento e a Constituição de Capital Social entre a Juventude. In: BAQUERO, Marcelo & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuiú, 2006. p. 251-274.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIN, Maria S. Souza de. Socialização Política e Capital Social: Uma análise da Participação da Juventude no Contexto Escolar e Político. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.155-163.

SOUZA, José D. Silva de. Do Capital Social ao Espaço Econômico. In: BAQUERO, Marcello & CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital Social. Teoria e Prática**. Ijuí: Ed. Unijuiú, 2006. p. 127-158.

UNESCO. O Jovem e a Democracia. Discurso do Representante, 09/09/1999. Disponível em: <http://www.unesco.org.br>. Acesso em: 11 abril/2004.

VENTURI, Gustavo. Juventude, Política e Cultura. **Revista Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo, n. 45, jul/ago/set/ 2000. (versão impressa)

ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 1 – PLANO AMOSTRAL

Tipo de escola	Seleção por área	Alunos: Nº Absoluto*	Amostra de 2%	Escolas Selecionadas	Homens (50%)		Mulheres (50%)	
					DIURNO	NOTURNO	DIURNO	NOTURNO
PÚBLICAS	Norte (selecionar 2)	2.542	52	ADÉLIA BARBOSA	7	6	7	6
				BEAHIR E. MENDONÇA	7	6	7	6
	Sul (selecionar 2)	1.006	20	ALBINO SANCHES	3	2	3	2
				PAULO FREIRE	3	2	3	2
	Leste (selecionar 2)	1280	26	Nª Sª DE LOURDES	4	3	3	3
				HEBER SOARES VARGAS	4	3	3	3
	Oeste (selecionar 2)	1.381	28	ANTONIO M. BARROS	4	3	4	3
				POLIVALENTE	4	3	4	3
	Centro (selecionar 2)	4.508	90	HUGO SIMAS	11	11	12	11
				NILO PEÇANHA	11	11	12	11
SUB-TOTAL **		10.724						
PRIVADAS		2.407		ADVENTISTA***	5		5	
				UNIVERSITÁRIO***	17		16	
				NOBEL***	5		6	
	TOTAL			270				

* Número absoluto dos alunos entre 16 e 17 anos matriculados nas 2ª e 3ª séries do Ensino Médio de cada região do município de Londrina.

** Número absoluto de alunos entre 16 e 17 anos no Ensino Médio nas duas escolas sorteadas, por região.

*** Nessas escolas não há o período noturno.

ANEXO 2

Q.6 Como você definiria sua vida?

1. Tranquila
2. Difícil
3. Não sei dizer

Explique _____

Q.7 Qual das respostas abaixo reflete mais a expectativa dos jovens de hoje em relação ao futuro?

1. Muito boa, há muitas oportunidades a serem conquistadas.
2. Boa, se ele se empenhar conseguirá seu espaço.
3. Ruim, a situação não anda boa.
4. Muito ruim, a situação piora dia-a-dia.
5. Depende, é difícil prever.
6. Não sei.

Q.8 Qual das frases abaixo define melhor o jovem de hoje?

1. os jovens tendem a ser rebeldes, revolucionários.
2. os jovens são desligados, “não estão nem aí”.
3. os jovens andam perplexos e angustiados.
4. os jovens são esforçados e disciplinados.
5. há jovens de todos os tipos.
6. Eu não saberia responder.

Q.9 O que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si?

1. desenvolver o senso da coletividade.
2. desenvolver a importância da militância política.
4. não tem jeito, cada um é cada um.
5. outro _____
6. ns/nr

Em seguida você poderia responder algumas questões sobre política?

Q.10 Como você se considera em relação à política?

1. muito interessado
2. um pouco interessado
3. desinteressado
4. desiludido
5. enojado
6. Não sei responder

Q.11 Você costuma conversar sobre política?

1. Sim, sempre
2. Às vezes
3. Raramente
4. Não

Se a resposta foi POSITIVA, com quem você conversa?

Q.12 Você costuma se informar sobre política?

1. Sim, sempre
2. Às vezes
3. Raramente
4. Não

Se a resposta foi POSITIVA, qual veículo de comunicação?

Q.13 Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas?

1. Partido político. Qual? _____
2. Sindicato. Qual? _____
3. Associação. Qual? _____
4. ONG. Qual? _____
5. Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa
6. Grêmios estudantis
7. Outra. Qual? _____
8. Não, nunca participei.

Q.14 Caso não participe, gostaria de participar de alguma dessas atividades?

1. Partido político. Qual? _____
2. Sindicato. Qual? _____
3. Associação. Qual? _____
4. ONG. Qual? _____
5. Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa

6. Grêmio estudantil

7. Outra. Qual? _____

8. Não, não tenho interesse.

Se a resposta foi POSITIVA, por que não participa?

Q.15 Assinale abaixo qual sua participação nas seguintes atividades:

ATIVIDADE	Participa	Já Participou	Gostaria de Participar	Não Pretende Participar
Greve				
Campanha eleitoral				
Movimento contra a corrupção política				
Campanha ecológica				
Protestos radicais de rua				
Movimento pela paz				
Movimento pela segurança				
Movimento pela melhoria da cidade				
Movimento pela melhoria do bairro				
Grupos de jovens (música, dança, teatro, futebol)				
Outro (qual?)				

Q.16 Você já providenciou seu título de eleitor?

1. Sim 2. Não

Por quê?

Q.17 Você acha que o voto deve ser obrigatório?

1. Sim 2. Não 3, Não sei

Por quê?

Q.18 Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?

1. Sim 2. Não 3. Não sei

Por quê?

Q.19 Você tem alguma preferência partidária?

1. Sim 2. Não 3. Não sei

Se a sua resposta for POSITIVA, identifique qual o partido?

- | | | |
|-----------|------------|----------------|
| 1. PT | 6.PSDB | 11.PLB |
| 2.PMDB | 7.PFL | 12.Outro: ____ |
| 3.PSOL | 8.PPT | |
| 4.P VERDE | 9.PPS | |
| 5.PDT | 10.PC DO B | |

Q.20 Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto.

- | | |
|----------------------------|--------------------------|
| 1. os meios de comunicação | 4. a escola |
| 2. a família | 5. eu não escuto ninguém |
| 3. grupo de amigos | 6. não saberia dizer |

Q. 21 No seu entender, qual é a melhor forma de governo?

1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma
2. Em certas circunstâncias a ditadura é melhor
3. Ditadura ou democracia não faz diferença
4. Não sei

Q.22 Assinale abaixo qual é a confiança que você deposita nas seguintes pessoas e instituições:

PESSOAS/INSTITUIÇÕES	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
Seu pai				
Sua mãe				
Irmãos				
Amigos				
Igreja				

Governo Federal				
Congresso Nacional				
Poder Judiciário				
Forças Armadas				
Polícia				
Sindicatos				
Movimento estudantil				

Q.23 Você acha que atualmente o Brasil é democrático?

1. Sim

2. Não

3. Não sei

Por quê?

Q.24 Em sua opinião, quais os cinco mais importantes problemas do Brasil atual? Coloque por ordem – do mais importante ao menos importante.

1. Desigualdade social
2. Violência
3. Corrupção dos governos
4. Apatia do povo
5. Falta de emprego
6. Crise na saúde
7. Crise na educação
8. Racismo
9. Outro: _____
10. Não sei

Q.25 Em sua opinião, quais as cinco questões mais urgentes para melhorar o Brasil? Coloque por ordem – da mais urgente a menos urgente.

1. Melhorar a qualidade dos eleitores
2. Melhorar a qualidade dos candidatos
3. Melhorar os partidos políticos
4. Melhorar os meios de comunicação
5. Melhorar a Justiça
6. Melhorar a Polícia

